



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – PPGEL**

**MATHEUS DE ARAUJO AZEVEDO**

**A VARIAÇÃO NO USO DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE**  
**POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS NO PORTUGUÊS FALADO EM**  
**LUANDA-ANGOLA: UMA ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA**

**MATHEUS DE ARAUJO AZEVEDO**

**A VARIAÇÃO NO USO DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE POSSESSIVOS PRÉ-  
NOMINAIS NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA: UMA ANÁLISE  
SOCIOLINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de  
Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre  
em Estudos Linguísticos.

**Orientador(a):** Prof. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo

Feira de Santana - BA  
2025

**Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS**

Azevedo, Matheus de Araujo  
A988v A variação no uso de artigo definido diante de possessivos pré-nominais no português falado em Luanda-Angola: uma análise sociolinguística / Matheus de Araujo Azevedo. - 2025.  
126f.: il.

Orientadora: Silvana Silva de Farias Araújo

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2025.

1. Artigo definido. 2. Sociolinguística variacionista. 3. Português angolano. 4. Contato linguístico. I. Araújo, Silvana Silva de Farias, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 806.90-21

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

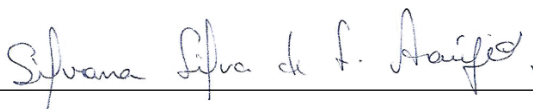
**MATHEUS DE ARAUJO AZEVEDO**

### **A VARIAÇÃO NO USO DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA: UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA**

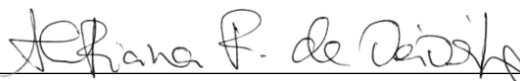
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, área de concentração Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa Variação e Mudança Linguística, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2025.

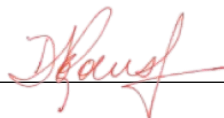
#### **BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS  
Orientadora



Prof. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS  
Examinadora Interna



Prof. Dra. Danielle Kely Gomes  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
Examinadora Externa

## AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Silvana Silva de Farias Araújo, pela excelente orientação deste trabalho. Por ter me proporcionado autonomia científica, o que me inspirou a ir sempre mais além do que achei que fosse capaz. Por ser um exemplo de pesquisadora e de ser humano, oferecendo a mim, desde a iniciação científica, uma formação ímpar. Pela compreensão, pela competência, por me apresentar à Sociolinguística, por me oportunizar novas experiências, por estimular a minha vontade de me dedicar às pesquisas e por justificar plena e merecidamente o título de orientadora.

À Professora Dra. Mariana Lacerda, pelas contribuições em meu exame de qualificação. Aprendi e evolui muito com a sua leitura atenta e correção generosa dos meus textos, desde a monografia.

À Professora Dra. Danielly Kely Gomes, por ter aceitado participar de meu exame de qualificação e pela gentileza e doce disposição em me ajudar a entender mais sobre meu próprio fenômeno. Seu trabalho inspirador na Sociolinguística tem toda a minha admiração.

Ao Professor Dr. Adeilson Sedrins, pela disponibilidade em fazer parte da banca de projeto dessa pesquisa e por ter me encorajado a ampliar minha visão sobre o meu objeto de estudo com suas valiosas contribuições.

Às Professoras Dra. Huda Santiago e Dra. Norma Lucia Almeida, pela parceria durante e após as aulas teóricas do mestrado e pelas discussões que levantavam em suas aulas, sempre com simpatia e leveza, que me fizeram amadurecer enquanto pesquisador.

À Professora Dra. Rosana Brito, estimada colega e grande referência que me ajudou com as leituras basilares sobre o fenômeno ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa.

À Professora Dra. Nadja Maciel, profissional de excelência a quem muito admiro, por supervisionar o meu estágio docência no ensino superior com tanta disponibilidade, afetividade e confiança. Foram inúmeras as conversas sobre língua portuguesa, pesquisa e ensino, dentro e fora da universidade. Concluo a dissertação sem dúvida da relevância de seu papel em minha vida e perspectiva acadêmica.

À Universidade Estadual de Feira de Santana, meu lar acadêmico, à FAPESB, pela bolsa concedida, e a todos os professores do PPGEL, pelas ricas discussões teóricas que me proporcionaram um aprendizado sólido e, ao mesmo tempo, prazeroso.

À minha turma de Mestrado, repleta de gente bacana e intelectual com quem tive muitas trocas científicas sobre língua e sociedade, bem como trocas de experiências de vida, companheirismo e amizade, o que tornou o percurso muito mais enriquecedor.

Aos amigos, pelo apoio e pelas expectativas positivas, me encorajando sem nem perceber. À Larissa, Keyla, Brenda, Marielle, Maria Jeocasta, Moisés Ewerton, Andressa e Helany pelas injeções de força e ânimo que me deram ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa. A Gustavo, que me acolhia nos momentos mais delicados e que, com seu amor, afago e zelo, me estimulava a continuar.

À minha família. Aos meus irmãos, tios, primos e sobrinhos. Ao meu sobrinho Michael Douglas, em especial, pelo apoio com a parte computacional. Ao meu pai, João, que não conseguiu me ver virar mestre, mas que sempre visualizou isso. À minha mãe, Arleide, por ter sido a minha principal parceira nos últimos dois anos, compreendendo minhas ausências, minhas queixas, minhas alegrias, e por ter sempre investido e incentivado minha educação com muito orgulho. Sem ela, essa dissertação não existiria.

## RESUMO

A variação no uso de artigo definido acompanhando possessivos vem sendo observada na língua portuguesa com dados do português brasileiro e do português europeu (Silva, 1982; Castro, 2006; Floripi, 2008; Schei, 2009; Magalhães, 2011; Sedrins; Pereira; Silva, 2017; Brito, 2019). Pesquisas previamente realizadas sobre o fenômeno permitem generalizações a respeito do tema, como a constatação de uma predominância do preenchimento de artigo definido na variedade europeia e um comportamento variável do artigo entre os falantes brasileiros no contexto de possessivos. Diante disso, essa pesquisa observou o comportamento variável do artigo definido diante de possessivos pré-nominais contemplando uma variedade africana, o português falado em Luanda, sendo esse representante do português angolano, a fim de contribuir para a descrição da norma de uso do português dessa variedade não europeia, bem como buscar indícios a respeito do efeito do contato linguístico em sua formação, que se deu em situação de contato com línguas africanas do grupo banto. A investigação buscou descrever e analisar a omissão do artigo definido e seus padrões de variação à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov (2008 [1972])). Para essa finalidade, utilizou-se um *corpus* de com dados orais de fala da variedade urbana luandense, coletado por meio de entrevistas sociolinguísticas gravadas na capital angolana nos anos de 2008 e 2013 com participantes que declararam ter o português como primeira e segunda língua, pertencente ao acervo linguístico do projeto de pesquisa “Em busca das raízes do português brasileiro - Fase III”, sediado no Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana. Por meio da análise estatística dos dados quantificados, os resultados revelaram que a variabilidade do artigo definido diante de possessivos na comunidade de fala é condicionada tanto fatores linguísticos, como função sintática, ausência ou presença e tipo de preposição, tipo de substantivo e gênero e número do núcleo do sintagma nominal, e também por fatores de ordem social, como faixa etária e língua materna do falante, com indícios de transferências estruturais das línguas bantas para o português. Ademais, verifica-se que, em um *continuum*, a norma angolana aproxima-se da norma brasileira, indicando uma possível convergência resultante de processos históricos compartilhados que configuraram a realização do fenômeno. Portanto, a investigação contribui com a agenda de estudos que investigam a realidade sociolinguística das variedades africanas da língua portuguesa, bem como para a ampliação do conhecimento sobre os efeitos do contato linguístico nas variedades do português.

**Palavras-chave:** Artigo definido; Sociolinguística Variacionista; Português angolano; Contato linguístico.

## ABSTRACT

The variation in the use of the definite article accompanying possessives has been observed in Portuguese, with data from Brazilian Portuguese and European Portuguese (Silva, 1982; Castro, 2006; Floripi, 2008; Schei, 2009; Magalhães, 2011; Sedrins; Pereira; Silva, 2017; Brito, 2019). Previous research on this phenomenon allows for generalizations on the topic, such as the predominance of the definite article in the European variety and a variable behavior of the article among Brazilian speakers in possessive contexts. Given this, the present study examined the variable behavior of the definite article preceding pronominal possessives in an African variety, Portuguese spoken in Luanda, representing Angolan Portuguese, in order to contribute to the description of the usage norms of this non-European variety, as well as to investigate possible indications of the effect of language contact in its formation, which occurred in a setting of contact with Bantu languages. The investigation aimed to describe and analyze the omission of the definite article and its patterns of variation based on the theoretical and methodological principles of the Theory of Linguistic Variation and Change (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]). To this end, a *corpus* of oral data from the urban Luanda variety was used, collected through sociolinguistic interviews recorded in the Angolan capital in 2008 and 2013 with participants who declared Portuguese as their first or second language. This *corpus* belongs to the linguistic archive of the research project “In Search of the Roots of Brazilian Portuguese – Phase III”, located at the Center for Portuguese Language Studies at the State University of Feira de Santana. Through statistical analysis of the quantified data, the results revealed that the variability of the definite article preceding possessives in this speech community is conditioned by both linguistic factors—such as syntactic function, the presence or absence of a preposition and its type, noun type, and the gender and number of the noun phrase head—and social factors, such as age group and the speaker’s first language, with indications of structural transfer from Bantu languages to Portuguese. Moreover, in a *continuum*, the Angolan norm appears to align with the Brazilian norm, suggesting a possible convergence resulting from shared historical processes that shaped the phenomenon’s realization. Therefore, this study contributes to the research agenda investigating the sociolinguistic reality of African varieties of Portuguese, as well as expanding knowledge on the effects of language contact on Portuguese varieties.

**Keywords:** Definite article; Variationist Sociolinguistics; Angolan Portuguese; Language contact.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1</b> - Províncias de Angola .....                                                                      | 22 |
| <b>Figura 2:</b> Ocorrências de artigo definido diante de possessivo no estudo de Costa (2002) ....               | 60 |
| <b>Figura 3</b> - Percentual de ocorrências do determinante nos DPs possessivos no estudo de Floripi (2008) ..... | 61 |
| <b>Figura 4</b> - Artigo + Possessivos em Sintagmas Não Preposicionados no estudo de Magalhães (2011).....        | 63 |
| <b>Figura 5</b> - Artigo + Possessivos em Sintagmas Preposicionados no estudo de Magalhães (2011) .....           | 64 |
| <b>Figura 6</b> - Proporção de frases nominais possessivas com artigo definido .....                              | 65 |
| <b>Figura 7</b> - Frequência de uso do artigo diante de possessivos em Callou e Silva (1997) .....                | 68 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Quadro 1</b> - Radicais dos possessivos pessoais no umbundo .....                                                                   | 50 |
| <b>Quadro 2</b> - Aplicação de uso do artigo diante de possessivos, quanto ao tipo de possuído no estudo de Callou e Silva (1997)..... | 69 |
| <b>Quadro 3</b> - Variáveis relevantes para o uso do artigo junto a possessivos em dados do PB contemporâneo.....                      | 78 |
| <b>Quadro 4</b> - Estratificação da amostra de fala do português falado em Luanda segundo as variáveis sociais.....                    | 81 |
| <b>Quadro 5</b> - Estratificação da amostra de fala dos informantes.....                                                               | 82 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Tabela 1</b> - Realização do artigo frente ao possessivo. Overall dos corpora em Portugal no estudo de Silva (1982) ..... | 66  |
| <b>Tabela 2</b> - Realização do artigo frente ao possessivo. Overall dos corpora no Brasil no estudo de Silva (1982) .....   | 67  |
| <b>Tabela 3</b> - Aplicação do artigo diante de possessivos em capitais brasileiras .....                                    | 69  |
| <b>Tabela 4</b> - Efeito da faixa etária sobre o uso do artigo definido em Helvécia-BA .....                                 | 72  |
| <b>Tabela 5</b> - Omissão de artigo definido e ausência/presença e tipo de preposição .....                                  | 98  |
| <b>Tabela 6</b> - Omissão de artigo definido e o gênero do núcleo do SN.....                                                 | 100 |
| <b>Tabela 7</b> - Omissão de artigo definido e o tipo de substantivo .....                                                   | 101 |
| <b>Tabela 8</b> - Omissão de artigo definido e o número do núcleo do SN .....                                                | 101 |
| <b>Tabela 9</b> - Omissão de artigo definido: gênero e número do núcleo do SN .....                                          | 103 |
| <b>Tabela 10</b> - Omissão de artigo definido e a função sintática .....                                                     | 104 |
| <b>Tabela 11</b> - Omissão de artigo definido e a língua materna do falante .....                                            | 106 |
| <b>Tabela 12</b> - Omissão de artigo definido: língua materna e escolaridade .....                                           | 107 |
| <b>Tabela 13</b> - Omissão de artigo definido e a faixa etária do falante.....                                               | 108 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Gráfico 1</b> - Variação do uso de artigo definido diante de possessivos pré-nominais em Luanda, Angola ..... | 96 |
| <b>Gráfico 2</b> - Realização do artigo diante de possessivos em capitais brasileiras e africanas ....           | 97 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                       | <b>15</b> |
| <b>1. PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO E SÓCIO-HISTÓRICO DE ANGOLA.....</b>                                                            | <b>20</b> |
| 1.1 UM PANORAMA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA EM ANGOLA.....                                                                      | 20        |
| 1.2 LÍNGUA E PODER: CONFIGURAÇÃO DA REALIDADE SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA .....                                                | 24        |
| <b>1.2.1 Os reflexos do multilinguismo generalizado na ecologia linguística angolana.</b>                                     | <b>27</b> |
| 1.3 SÍNTESE DA SEÇÃO .....                                                                                                    | 30        |
| <b>2. LÍNGUA E SOCIEDADE: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA A ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA .....</b>                                     | <b>32</b> |
| 2.2 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA .....                                                                                    | 33        |
| 2.3 A SOCIOLINGUÍSTICA DE CONTATO .....                                                                                       | 37        |
| 2.4 A IMPORTÂNCIA DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS NO ESTUDO LINGUÍSTICO DO PORTUGUÊS FALADO EM ANGOLA .....                          | 43        |
| <b>2.4.1 Transplantação linguística: situações de contato entre o português e línguas africanas e o multilinguismo.....</b>   | <b>44</b> |
| 2.5 SÍNTESE DA SEÇÃO .....                                                                                                    | 47        |
| <b>3. O ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE POSSESSIVOS: DOS COMPÊNDIOS GRAMATICAIS ÀS DESCRIÇÕES DAS VARIEDADES DO PORTUGUÊS .....</b> | <b>49</b> |
| 3.1 OS POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS E A DEFINITUDE: ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....                                             | 49        |
| 3.2 A VARIAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO EM CONTEXTOS DE POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS NA LÍNGUA PORTUGUESA: PERCURSO HISTÓRICO .....     | 56        |
| <b>3.2.1 Do latim ao português: o artigo definido.....</b>                                                                    | <b>56</b> |
| <b>3.2.2 Estudos antecedentes em <i>corpora</i> diacrônicos .....</b>                                                         | <b>58</b> |
| 3.4 ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS DE VARIEDADES CONTEMPORÂNEAS .....                                                              | 68        |
| <b>3.4.1 O português brasileiro contemporâneo .....</b>                                                                       | <b>68</b> |
| <b>3.4.2 Variedades africanas do português .....</b>                                                                          | <b>74</b> |

|                                                              |           |
|--------------------------------------------------------------|-----------|
| 3.4.2.1 Variedade moçambicana.....                           | 74        |
| 3.4.2.2 Variedade são-tomense .....                          | 75        |
| 3.4.2.3 Perspectivas para a variedade angolana .....         | 76        |
| 3.5 SÍNTESE DA SEÇÃO .....                                   | 78        |
| <b>4. ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>                       | <b>80</b> |
| 4.1 A CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA .....                          | 80        |
| 4.2 FATORES CONDICIONADORES.....                             | 82        |
| 4.2.1 A variável dependente .....                            | 83        |
| 4.2.2 As variáveis independentes .....                       | 84        |
| 4.2.2.1 Variáveis linguísticas.....                          | 84        |
| 4.2.2.1.1 Pessoa do pronome possessivo pré-nominal .....     | 84        |
| 4.2.2.1.2 Ausência/presença e tipo de preposição .....       | 85        |
| 4.2.2.1.3 Função sintática do SN.....                        | 86        |
| 4.2.2.1.4 Gênero do núcleo do SN.....                        | 87        |
| 4.2.2.1.5 Número do núcleo do SN .....                       | 88        |
| 4.2.2.1.6 Natureza do possuído .....                         | 88        |
| 4.2.2.1.7 Tipo de substantivo.....                           | 89        |
| 4.2.2.1.8 Status informacional.....                          | 89        |
| 4.2.2.2 Variáveis sociais .....                              | 90        |
| 4.2.2.2.1 Gênero do informante.....                          | 90        |
| 4.2.2.2.2 Faixa Etária.....                                  | 91        |
| 4.2.2.2.3 Grau de Escolaridade.....                          | 91        |
| 4.2.2.2.4 Língua Materna.....                                | 91        |
| 4.2.2.2.5 Local de Nascimento .....                          | 92        |
| 4.3 CRITÉRIOS PARA A EXCLUSÃO DE DADOS.....                  | 92        |
| 4.4 PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO QUANTITATIVO DAS OCORRÊNCIAS | 93        |
| <b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>                       | <b>96</b> |

|                                                                 |            |
|-----------------------------------------------------------------|------------|
| 5.1 DISTRIBUIÇÃO GERAL E ANÁLISE DE DADOS .....                 | 96         |
| 5.2 AS VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE RELEVANTES.....               | 97         |
| <b>5.2.1 Análise de variáveis linguísticas relevantes .....</b> | <b>98</b>  |
| 5.2.1.1 Ausência/presença e tipo de preposição.....             | 98         |
| 5.2.1.2 Gênero do núcleo do SN.....                             | 100        |
| 5.2.1.3 Tipo de substantivo .....                               | 101        |
| 5.2.1.4 Número do núcleo do SN.....                             | 101        |
| 5.2.1.5 Função sintática .....                                  | 104        |
| <b>5.2.2 Análise de variáveis sociais relevantes .....</b>      | <b>106</b> |
| 5.2.2.1 Língua materna .....                                    | 106        |
| 5.2.2.2 Faixa etária .....                                      | 107        |
| 5.3 SÍNTESE DA SEÇÃO .....                                      | 108        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                | <b>112</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                        | <b>115</b> |

## INTRODUÇÃO

Os sintagmas nominais (SN) da língua portuguesa são, geralmente, iniciados por determinantes, sejam eles demonstrativos ou artigos definidos (o, a, os, as). Semanticamente, os determinantes agem com função de delimitar a extensão dos nomes, diferenciando-os de conceitos gerais do mundo (Mira Mateus *et al.*, 2003). Contudo, o não-preenchimento de artigo definido na posição de determinante antecedendo pronomes possessivos não configura alteração semântica, sendo, assim, um caso de variação linguística (Silva, 1998a), como em:

Ex. 1: “**O meu** avô nos deixava sair, ...” (A.E., Faixa A, I, I<sup>1</sup>)

Ex. 2: “...eu comecei a viver com Ø<sup>2</sup> **meu** avô.” (A.E., Faixa A, I, I)

Ex. 3: “...tando com uma pessoa de **minha** província, eu gosta falar pela língua materna.” (V.M., Faixa B, III, II)

Ex. 4: “A última foi a mãe **da minha** mãe...” (F.M., Faixa B, III, I)

Ex. 5: “Ø **Vosso** pai mesmo que morreu cedo...” (P.A.B., Faixa A, I, II)

Ex. 6: “Ah, **o vosso** tempo é outro, isso tá ultrapassado...” (R.M., Faixa B, II, I)

Os exemplos de 1 a 6, bem como todos os exemplos que se sucederão neste trabalho, são retirados de entrevistas orais do *corpus* do Projeto *Em Busca das Raízes do Português Brasileiro*, sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), vinculado ao Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP)<sup>3</sup>.

Esta pesquisa insere-se no âmbito dos estudos sociolinguísticos variacionistas e tem como foco a investigação dos padrões de variação no uso de artigos definidos diante de

---

<sup>1</sup> Os exemplos retirados do *corpus* ao qual esse estudo acessou para o levantamento de dados serão identificados sempre a partir da seguinte legenda, respectivamente: *iniciais do nome do informante*, *faixa etária* (Faixa A: 18 a 35 anos; Faixa B: 36 a 50 anos; Faixa C: acima de 51 anos), *nível de escolaridade* (I: Baixa ou nula, II: Ensino Médio; III: Culta) e *português como primeira ou segunda língua* (I ou II) do falante.

<sup>2</sup> O símbolo (Ø) é utilizado neste trabalho para destacar a eventual ausência do artigo definido em estruturas cuja alternância com sua presença é possível e realizável com o mesmo valor semântico em situações reais de fala.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://nelp.uefs.br>.

pronomes possessivos em posição pré-nominal no português falado em Luanda, capital de Angola, partindo da hipótese de que o contato entre o português e as línguas africanas na formação da variedade angolana, assim como na brasileira, tornou possível a omissão de artigo definido onde o Português Europeu (PE) pede ou utiliza mais frequentemente, como é o caso dos possessivos (Chavagne, 2005).

O principal interesse pela adoção do artigo definido como objeto de estudo nos moldes labovianos foi motivado pelo grau de referência definida que os possessivos pré-nominais podem atribuir, o que seria suficiente para dispensar a presença do artigo definido, uma característica geral no português brasileiro (doravante PB). O fato levanta as seguintes questões norteadoras, sendo a primeira a principal delas:

i) Há vestígios do contato entre o português e as línguas africanas na construção e na consolidação da norma linguística de Angola a partir do não-preenchimento do artigo diante de possessivos pré-nominais?;

ii) Quais são os principais contextos, estruturais e sociais, que favorecem a omissão do artigo definido diante de pronomes possessivos pré-nominais na variedade luandense da Língua Portuguesa?

iii) Considerando um *continuum* sócio-histórico de colonização portuguesa, o português de Angola aproxima-se mais da variedade brasileira ou da europeia?

Essas interrogações fazem-se relevantes nas suas possibilidades de fornecer um panorama das tendências do emprego variável do artigo, permitindo-nos descrever o fenômeno a partir de seu caráter heterogêneo em toda a pluralidade social e cultural da comunidade de fala. As hipóteses levantadas para as questões apresentadas são:

i) A possibilidade de ausência do artigo definido singular em sintagmas nominais observada nas comunidades rurais afro-brasileiras e nas diversas variedades de português em África (Avelar; Galves, 2014) é produto do contato entre línguas nas suas formações, uma vez que as línguas bantas de Angola contam com um sistema de artigos definidos que não encontram paralelo formal e funcional com o português e, nesse sentido, o falante angolano produziria menos artigos;

ii) O percentual geral de uso de artigo deverá indicar favorecimento da variação, conforme observado em outras cidades de colonização mais recentes (Callou; Silva, 1997);

iii) A história colonial compartilhada por Brasil e Angola favorecerá a variação do fenômeno, em oposição à categorização existente no PE, haja vista que ambas as variedades

foram formadas em situação de contato com línguas africanas do grupo banto e compartilham semelhanças que as situam em um *continuum* afro-brasileiro (Petter, 2008).

Assim, o objetivo geral proposto para este estudo é o de analisar a variação do artigo definido diante de pronomes possessivos pré-nominais por meio da investigação de possíveis interferências do contato entre línguas existente em Angola, contribuindo para os estudos sobre a formação e a caracterização atual do português falado em Luanda-Angola.

A fim de alcançar o objetivo geral, traçaram-se os seguintes objetivos específicos:

i) identificar os grupos de fatores de natureza social/extralinguística e linguística/estrutural que condicionam a omissão do artigo definido diante de pronomes possessivos no português urbano falado em Luanda-Angola;

ii) observar e descrever, por meio de análises contrastivas, as semelhanças e as diferenças entre o português falado em Luanda e as outras variedades da língua portuguesa, no que concerne ao uso de artigo diante de possessivos;

iii) verificar se os contextos que favorecem a realização de artigo em diferentes comunidades de fala de língua portuguesa também podem ser verificados no PA.

Neste trabalho, tomou-se como regra a *ausência* do artigo definido, em vez de a presença, em contextos variáveis, conforme o primeiro objetivo específico. Ainda que a presença tenha visivelmente superado a ausência de artigos em termos gerais estatísticos no *corpus* analisado, optou-se por investigar os fatores que condicionam a ausência por ela ser muito mais produtiva em revelar em que aspectos o PA difere-se do PE, uma vez que se entende que a norma de Angola pode refletir o contato entre o português e as línguas bantas, que não dispõem de um sistema de artigos funcionalmente análogo ao da norma de referência. Além disso, buscou-se alinhamento metodológico a trabalhos realizados sobre o mesmo fenômeno em comunidades de fala africanas: Atanásio (2002), cuja comunidade de fala estudada foi o Português de Moçambique (PM), e Gomes e Cordeiro (2021), cuja comunidade de fala estudada foi o Português de São Tomé (PST), ambos os trabalhos tomando como regra a *ausência* do artigo.

A comparação da norma angolana com a norma europeia justifica-se a partir dos apontamentos de Undolo (2014), que afirma que é possível notar, em Angola, “um processo de institucionalização em curso de uma nova norma, confirmando-se a influência da sociedade na língua” (Undolo, 2014, p. 283) até mesmo entre falantes cultos, que estão constantemente expostos à norma europeia de referência. Para o autor, no país, coexistem duas normas, sendo

uma norma ideal, a do PE, e uma norma real, que compreende a realidade linguística do PA, manifestando-se num contexto social que condiciona sua estrutura e sua real funcionalidade.

No entanto, se é verdade que a norma padrão emana, em princípio, dos hábitos linguísticos dos falantes cultos de uma sociedade, não é menos verdade que, no caso de Angola, o falar das camadas cultas angolanas se afasta já significativamente da norma padrão, identificada com o PE, sendo evidente a existência de um vocabulário comum específico, bem como um sistema fonético-fonológico e morfosintático com particularidades assinaláveis. (Undolo, p. 284, 2014)

Assim, para analisar, sob uma perspectiva sociolinguística, um aspecto morfosintático variante da língua portuguesa em Luanda, fez-se necessário compreender a sócio-história colonial do país, em cujo solo a generalização da língua portuguesa somente ocorreu a partir da metade do século XX, diferentemente do Brasil, tendo estado, até então, a língua portuguesa restrita social e geograficamente à elite afro-portuguesa, o que explica a manutenção das línguas do grupo banto como línguas maternas da maior parte da população angolana e a atual situação de multilinguismo<sup>4</sup> que caracteriza o país (Inverno, 2009).

Ademais, estudos sociolinguísticos que tenham como enfoque o uso variável do artigo definido em língua portuguesa ainda são poucos. O trabalho aqui desenvolvido, portanto, soma esforços a estudos prévios (Callou; Silva, 1997; Silva, 1982, 1998a, 1998b; Amaral, 2003; Floripi, 2008; Campos Júnior, 2011; Sedrins; Pereira; Silva, 2019; Brito, 2019; Silva, 2020; Gomes; Cordeiro, 2021; Menon, 2022, Azevedo, 2024; Araújo; Azevedo, 2023, 2025 etc.) para lançar luz ao fenómeno no português, sobretudo tendo em vista que cada comunidade de falantes da língua portuguesa carrega suas próprias especificidades quanto ao uso da língua, o que possibilita análises a respeito das relações entre língua, sociedade e cultura de um povo, compreendendo que essas relações fornecem dados na compreensão de fatos que sofreriam limitações interpretativas, caso fossem analisados apenas linguisticamente.

Assim, este estudo entrecruza fatores intra e extralinguísticos, destacando dados estruturais e sociais, a fim de contemplar o problema do encaixamento linguístico e social e os fatores condicionantes (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]) da variação do artigo definido em Angola, abarcando um relevante aspecto da configuração sociolinguística da comunidade

---

<sup>4</sup> A adoção do termo *multilinguismo* em vez de plurilinguismo no contexto angolano tem respaldo na Carta Europeia do Plurilinguismo (disponível em: <[https://www.observatoireplurilinguisme.eu/images/Charte/Charteplurilinguisme\\_ptV2.13.pdf](https://www.observatoireplurilinguisme.eu/images/Charte/Charteplurilinguisme_ptV2.13.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2023), que define o plurilinguismo como “a utilização de várias línguas por um indivíduo”, em oposição a *multilinguismo*, que é “a coexistência de várias línguas num grupo social” (p. 01). A evidente realidade social de Angola demonstra que a língua portuguesa, imposta pelo antigo colonizador como oficial, coabita com diversas línguas africanas.

estudada, visto que conhecer e reconhecer a história linguística de uma determinada comunidade de falantes é relevante para a compreensão e valorização da língua e da identidade daquele local.

A estrutura da presente dissertação segmenta-se em sete partes, incluindo esta seção introdutória.

Como introdução, apresentou-se e descreveu-se o fenômeno linguístico delimitado para estudo, além de apresentar as questões de pesquisa, as hipóteses para essas questões, os objetivos a serem alcançados e a justificativa para a execução da pesquisa.

Na primeira seção de pesquisa, intitulada “Perfil sociolinguístico e sócio-histórico de Angola”, contextualiza-se a sócio-história da comunidade de fala e as implicações do processo colonial para a atual situação sociolinguística multilíngue do país.

Na segunda seção, denominada “Língua e Sociedade: fundamentação teórica para a análise sociolinguística”, apresentam-se as correntes teóricas que embasam o presente estudo: a Sociolinguística Variacionista e a Sociolinguística de Contato.

Na terceira, nomeada “O artigo definido diante de possessivos: dos compêndios gramaticais às descrições das variedades do português”, realiza-se uma revisão do estado da arte do fenômeno estudado, uma formalização analítica diacrônica do artigo definido e seu caráter variável junto a possessivos pré-nominais no devir histórico da língua, além do levantamento de resultados de estudos já realizados sobre o fenômeno em todas as suas esferas em diferentes variedades da língua portuguesa.

Na quarta, intitulada “Aspectos metodológicos”, descrevem-se os caminhos metodológicos assumidos para o desenvolvimento da pesquisa, o *corpus* utilizado, as variáveis controladas, as decisões de natureza metodológica tomadas no tratamento dos dados e os procedimentos de análise adotados.

Na quinta, que se intitula “Resultados e discussão”, apresentam-se os resultados da análise qualitativa e quantitativa do fenômeno pesquisado, bem como o comportamento das variantes em relação aos grupos de fatores, propondo identificar a realidade do fenômeno na comunidade estudada.

Na sequência, são apresentadas as considerações finais alcançadas com a execução da pesquisa aqui desenvolvida.

Finalmente, apresentam-se todas as referências utilizadas.

## 1. PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO E SÓCIO-HISTÓRICO DE ANGOLA

Nesta seção, a sócio-história da comunidade de fala é contextualizada, apontando as implicações do processo colonial na sua situação atual. Além disso, visa-se descrever a realidade multilíngue de Angola, a partir de estudos que demonstrem a diversidade linguística existente no país.

### 1.1 UM PANORAMA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA EM ANGOLA

Em 1482, a frota do português Diogo Cão alcançou a foz do rio Congo, iniciando os contatos entre os angolanos do reino do Congo e o povo de Portugal (Souza, 2003). Segundo Júnior (2011, p. 18), os objetivos dos navegadores portugueses incluíam a criação de colônias agrícolas, a conquista de territórios, a exploração de minas de prata, o controle de rotas comerciais do sal e o estabelecimento de uma comunidade cristã.

No reino do Kongo, o líder Manikongo governava seis províncias e estados independentes, como Ndongo e Matamba, com uma economia baseada em tributos pagos em ráfia, marfim, cativos e conchas nzimbo, utilizadas como moeda (Pantoja, 2000). Assim, os portugueses estabeleceram uma relação inicial com os líderes ou reis das comunidades, associada a tradições religiosas locais, que viam os lusos como figuras divinas, ligadas à divindade Zambem-apongo (Vainfas; Souza, 2006). A interação foi favorecida pela captura e posterior devolução de angolanos levados a Portugal, onde adquiriram conhecimentos linguísticos e religiosos. O retorno dos angolanos aos seus conterrâneos, que os davam como mortos, após algum tempo gerou a percepção dos portugueses como intermediários divinos por parte dos sujeitos bantos, facilitando a cooptação de lideranças locais para o estabelecimento de relações “amistosas” e a conversão ao catolicismo (Pantoja, 2000).

A estratégia consolidou a lógica de dominação portuguesa, centrada na conversão religiosa e na aliança com líderes locais, que colaboraram com o tráfico de pessoas. Indivíduos capturados eram enviados aos portos de Luanda e Benguela e, posteriormente, ao Brasil, para atender às demandas do sistema escravocrata colonial. Assim, o contato inicial transformou-se em uma relação de exploração que sustentou a expansão colonial portuguesa na região (Caregnato, 2010).

O domínio colonial em Angola, iniciado no século XV, estendeu-se por quase cinco séculos, com impactos profundos. De 1589 até cerca de 1850, o país era essencialmente uma colônia de exploração. Consistia principalmente em uma dúzia de centros urbanos na costa, alguns fortes no interior ao longo dos rios Kwanza (nos séculos XVI e XVII) e Kunene (no século XVIII) e a infraestrutura mínima necessária para garantir um fluxo abundante e ininterrupto de sujeitos escravizados para o Brasil e as Américas (Broadhead; Martin, 1992; Pinto, 2015).

A luta pela independência de Angola foi marcada por um despertar político dos africanos contra a opressão colonial, com esforços clandestinos que culminaram na formação de movimentos nacionalistas como MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), protagonistas da luta armada iniciada em 1961. Dois eventos significativos nesse processo foram o Levantamento de 4 de fevereiro e a Sublevação de 15 de março, que simbolizaram a resistência ao colonialismo português e intensificaram a repressão, mas também reforçaram a determinação angolana em busca da autodeterminação (Cá, 2011; Mateus; Mateus, 2011). A independência de diversos Estados africanos no período serviu como inspiração e estímulo para a luta angolana.

O cenário de crescente resistência culminou na Revolução dos Cravos em Portugal, em 25 de abril de 1974, que derrubou o regime ditatorial e acelerou a descolonização. Esse contexto possibilitou negociações entre o governo português e os movimentos de libertação de Angola, resultando no Acordo do Alvor em janeiro de 1975. Este acordo estabeleceu as bases para a independência em 11 de novembro de 1975, reconhecendo os três movimentos nacionalistas como legítimos representantes e definindo estruturas de transição. Contudo, a cooperação entre as partes foi frágil e repleta de incertezas, evidenciando divisões históricas entre os movimentos (Moreira de Sá, 2011; Comerford, 2005).

As divisões internas entre MPLA, FNLA e UNITA rapidamente resultaram em conflitos militares, prejudicando a unidade do movimento nacionalista e favorecendo o início de uma guerra civil em Angola. Esses conflitos, descritos como uma “guerra fratricida” por Mbah (2010), revelaram-se devastadores para o recém-independente país, enfraquecendo sua capacidade de consolidar a independência e prolongando instabilidades políticas e sociais. Esse cenário de guerra só encontrou resolução décadas depois, com o fim do conflito em 2002.

Portanto, a independência de Angola, embora formalmente alcançada em 1975, foi acompanhada por profundos desafios internos que comprometeram a harmonia e a coesão

nacional. As rivalidades históricas entre os movimentos nacionalistas resultaram em uma transição marcada por conflitos e tensões, complexidades do processo de descolonização e de construção de um estado-nação pós-colonial.

Geograficamente, Angola está localizada na costa oeste da África Central e faz fronteira ao norte e leste com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, ao sul com a Namíbia e a oeste com o Oceano Atlântico Sul. É o sétimo maior país de África e o 23º maior do mundo, abrangendo uma área de 1.246.700 km<sup>2</sup>, dividida em 18 províncias: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Cuando-Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.

**Figura 1** - Províncias de Angola



**Fonte:** ABANC (Associação Angolana de Bancos). Disponível em: <https://www.abanc.ao/sistema-financeiro/lista-de-municipios-e-provincias/>

A população de Angola é muito jovem (47,3% tem menos de 15 anos) e majoritariamente urbana (62,6%). Quase 80% dos indivíduos com idades entre 5 e 18 anos estão na escola, mas 47,9% dos adultos não concluíram o ensino obrigatório (6 anos) e apenas 2,5% daqueles com mais de 24 anos possuem diploma universitário (INE, 2016). De acordo com o mais recente recenseamento, a população total do país é de aproximadamente 25.789.024 habitantes, dos quais 71,8% estão concentrados nas províncias ocidentais de Luanda, Huíla, Benguela, Huambo, Kwanza Sul, Uíge e Bié. Luanda é a capital e o maior centro urbano do país.

Luanda tem como característica mais marcante da paisagem urbana o seu comércio de rua, presente desde os primórdios da cidade e integrando seu cotidiano. A cultura do comércio

de rua como prática social indica uma trajetória histórica que reflete as motivações, expectativas, valores e concepções dos indivíduos sobre a vida em sociedade, transcendendo os aspectos econômicos da cidade (Tiriba, 2003; Santos, 2016).

No que diz respeito à situação linguística da capital angolana, Silva, Sene e Araújo (2018) apontam para uma evidente polarização sociolinguística, com a norma culta associada ao prestígio social e à imposição histórica do português, inclusive em ambientes escolares durante o período colonial, enquanto a norma popular valoriza as línguas nacionais como elementos de identidade e preservação cultural. Enquanto falantes da norma culta tendem a defender o ensino do português como língua de coesão social, os da norma popular enfatizam a importância das línguas locais para a manutenção da cultura. Apesar das divergências, o português é amplamente visto como símbolo de *status* e mobilidade social.

A luta pela independência, além de destruir o angolano, teve como consequência um vasto processo de migração das pessoas para os grandes centros urbanos, a exemplo de Luanda, à procura de melhores condições de vida. Entretanto, embora falassem línguas aparentadas os angolanos imigrantes foram obrigados a aprender o português para a comunicação. O multilinguismo em Luanda é uma realidade que antecede a chegada dos portugueses, no entanto a colonização portuguesa contribuiu ainda mais para a diversidade linguística daquela região, pois levaram consigo uma língua que seria somada as que ali já existiam. Aqueles que ali se fixaram, eram, principalmente, os criminosos e excluídos da sociedade portuguesa, abandonando a língua e os hábitos de origem (Silva; Araújo, 2021, p. 234).

A coexistência do português e de dezenas de línguas bantas distintas como línguas maternas (L1) e segundas línguas (L2) da população é também um traço marcante da caracterização linguística de Angola (Lewis, Simons e Fennig, 2015). No entanto, essa coexistência está sujeita a questões de natureza política e social.

Segundo Inverno (2018), as línguas bantas são reconhecidas na Constituição como “línguas de identidade nacional e comunicação”, mas tendem a ser usadas apenas na comunicação oral em níveis locais e regionais. O português é a única língua oficial do país e a língua habitualmente usada em casa por 71,2% da população em nível nacional (INE, 2016)<sup>5</sup>. Além disso, o português europeu é a única norma de referência em todos os domínios oficiais de comunicação, apesar de a maioria dos falantes de português nascidos em Angola (incluindo muitos falantes de L1) não estar familiarizada com essa variedade. Assim vem emergindo a

---

<sup>5</sup> O censo não clarifica se aqueles 71% de falantes se referem a falantes da língua portuguesa como língua materna ou como segunda língua. Constata-se, também, que, apesar do processo migratório, as áreas rurais continuam a resistir à política de silenciamento das línguas nacionais com que se deparam, sendo que 49% da população não usa o português (Bernardo, 2018, p. 45).

variedade angolana do português, ou Português de Angola (PA)<sup>6</sup>, um vernáculo ainda em construção parcialmente reestruturado que começou a se espalhar pelo país por meio do deslocamento linguístico a partir de meados do século XX (Inverno, 2011 *apud* Inverno, 2018), observação desenvolvida mais profundamente na próxima subseção.

## 1.2 LÍNGUA E PODER: CONFIGURAÇÃO DA REALIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA DE ANGOLA

Durante o período colonial, sobretudo a partir do século XIX, diversos colonos e colonialistas portugueses chegaram a Angola e disseminaram-se pelo país, ao longo da costa e ao centro e ao centro-sul (Oliveira, 2019). Um de seus focos principais era estabelecer uma posição distinta da maioria angolana, o que acabou ocorrendo, devido ao suporte das autoridades coloniais (Mingas, 2000). Além da diferença de cor, um dos principais fatores de subjugação dos angolanos por parte dos portugueses foi a falta de proficiência da língua portuguesa.

Durante a época colonial, esta variante (português falado em Angola) era errada e ironicamente designada “pretuguês”, “português de preto”, “português moreno” e/ou “dialecto”, o que criou não só condições ótimas para a promoção do português como também, por um lado, a ideia de que as línguas locais eram inferiores ao português e por outro, um sentimento de vergonha por parte de alguns Angolanos ao admitirem ter uma língua sem prestígio como primeira e/ou materna. (Mingas, 2000, p. 16)

Naquele tempo, os colonos portugueses eram muito poucos e tendiam a casar-se com mulheres africanas e adotar suas línguas bantas como línguas primárias de comunicação (Russel-Wood, 1992). Os descendentes mestiços desses colonos (doravante afro-europeus) também tinham familiaridade com o português, mas o quimbundo<sup>7</sup> era sua língua dominante. Uma minoria de líderes africanos, comerciantes e intérpretes nas proximidades imediatas dos fortes no interior também utilizava o português como língua franca para estabelecer tratados políticos, testamentos escritos e questões comerciais, mas suas línguas maternas eram africanas (Vansina, 2001).

---

<sup>6</sup> Nos termos de Petter (2008).

<sup>7</sup> A grafia dos nomes das línguas africanas nesta dissertação justifica-se em Petter (2015, p. 20), que considera que “tratar com absoluta igualdade as línguas e culturas africanas também em termos de ortografia vigente, escrevendo seus nomes como qualquer outra palavra existente em português, é demonstrar uma atitude respeitosa com relação a essas línguas e culturas”, decidindo grafar com inicial minúscula tanto os nomes das línguas quanto dos povos africanos, seguindo a norma corrente e propondo uma escrita adaptada das designações linguísticas.

Contudo, tendo em conta a especificidade do fenómeno colonial, as diferentes línguas locais desenvolveram-se separadamente porque, durante a época colonial, era proibido aos “Assimilados” e respectivas famílias falar outra língua, à exceção da portuguesa. É assim que, do ponto de vista linguístico, o país assemelhava-se a um arquipélago, onde cada uma das línguas representava uma ilha. (Mingas, 2000, p. 32)

A aquisição não formal e obrigatória do português por uma população predominantemente de falantes de línguas bantas levou ao desenvolvimento de um contínuo de variedades de português como L2 entre uma minoria de afro-europeus e africanos. Esse contínuo variava desde variedades mais próximas ao *input* recebido dos poucos falantes nativos nos centros urbanos da costa (isto é, colonos portugueses e brasileiros e alguns afro-europeus) até aquelas mais distantes no interior (Pinto, 2015).

Assim, fontes dos séculos XVI e XVII descrevem os afro-europeus como bastante conhecedores do português, apesar de uma interferência notável das línguas bantas no sotaque e na pronúncia. A produção de português pelos africanos é descrita como apresentando, ocasionalmente, verbos conjugados ou não conjugados de forma desviante à norma-padrão, pronomes oblíquos disjuntivos em vez de clíticos e marcação de pluralidade e distinções de gênero no sintagma nominal apenas no primeiro elemento não nuclear (Lipski, 2005).

De meados do século XVII até meados do século XIX, o português brasileiro também foi uma fonte significativa de influência linguística em Angola. Contudo, o desequilíbrio entre o número relativo de falantes de português como L1 e L2 na colônia fez com que o português mais acessível para novos aprendizes durante esse período fosse o dos afro-europeus e africanos (Inverno, 2018). O bilinguismo desses agentes e a existência de línguas francas africanas bem estabelecidas na colônia explicam por que um pidgin baseado no português nunca se firmou ali, apesar de seu uso documentado ao longo da costa angolana nas fases iniciais da colonização (Bal, 1979). Em vez disso, a vida cotidiana da colônia foi conduzida em quimbundo e línguas relacionadas por quase 300 anos (Vansina, 2001).

Até 1974, segundo Heimer (1974), somente 0,1% da população angolana usava o português com frequência. Uma vez que o ensino do português por parte dos europeus tratava-se de um projeto de aculturação, por meio de imposições implementadas pelo governo colonial, era de interesse dos angolanos a aquisição da língua e da cultura portuguesa, pois apenas dessa forma conseguiriam a ascensão a um estatuto social de prestígio (Miguel, 2014).

Os portugueses ensinaram a ler, a escrever e a contar aos angolanos, mas com bastantes limitações, tudo porque o objectivo (*sic*) dos portugueses não era propriamente o desenvolvimento dos angolanos, tratava-se apenas de aumentar o

número de auxiliares da economia dos colonos. Desta forma, o que era ensinado nas escolas era de acordo com a realidade portuguesa. O ensino do português expandiu-se na segunda metade da década de 60 e primeiros anos da década de 70. A luta armada que o povo angolano levava a cabo obrigou os colonialistas portugueses a tomarem medidas apressadas no campo do ensino. Viram-se obrigados a alargar a rede de escolas primárias e a criar escolas secundárias nas cidades e mesmo uma Universidade. Entretanto, esta não era bem vista pelos colonos, pois receavam que a universidade viesse a contribuir para o acelerar da descolonização (Zua, 2021, p. 165).

Após a independência de Angola, o português consolidou-se como língua oficial e de unidade nacional, assumindo o papel de veículo de comunicação entre as diversas etnias e línguas nativas do país. Se antes, durante o período colonial, dividia, agora unia os angolanos, servindo como instrumento de integração nacional e combate ao analfabetismo. Além disso, manteve-se como a principal língua de escolaridade, sendo o idioma predominante no sistema educacional e essencial para a participação em organizações internacionais (Adriano, 2015).

O longo conflito da Guerra Civil, que se estendeu por 27 anos (1975-2002), trouxe não apenas consequências sociais, mas também significativas mudanças no campo linguístico. A guerra, concentrada especialmente em áreas rurais, forçou grande parte da população a migrar para os centros urbanos em busca de segurança e melhores condições de vida (Coelho, 2021). Muitos desses migrantes eram falantes de línguas nacionais e, ao se estabelecerem nas cidades, precisaram aprender o português, que emergiu como a língua veicular. Nesse contexto, as novas gerações, já nascidas em áreas urbanas, passaram a adquirir o português como primeira língua, contribuindo para sua consolidação como língua predominante nesses espaços.

Luanda, que historicamente abrigava uma diversidade linguística significativa — com o português convivendo com línguas bantas como o quicongo, o quimbundo e o umbundo —, passa, a partir dos fluxos migratórios internos impulsionados pela independência e pela Guerra Civil, a ser o palco de contatos linguísticos. Segundo Teixeira e Almeida (2011), atualmente, é raro encontrar um falante monolíngue de qualquer língua nacional em meio à grande população da capital angolana.

Do ponto de vista constitucional, o Art.19 da atual Constituição da República de Angola prevê que “a língua oficial da República de Angola é o português” e que “o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.” (Angola, 2010, p. 9). O Artigo reforça o *status* socialmente elevado da língua portuguesa como única língua oficial e reduz as línguas bantas a “demais línguas de Angola”, muito embora sejam numericamente majoritárias em números de falantes no país. Para Ndombele e Timbane (2020, p. 290), “o termo “oficial” significa muito em contextos políticos porque é a língua que é/será o ‘espelho’ da nação. Angola

é um país lusófono por causa da língua oficial que adotou.” Assim, a oficialização do português serve ao propósito de integração nacional, especialmente em um território onde coexistem dezenas de línguas.

Após as centenas de anos de colonização e as cinco décadas de independência, a língua portuguesa falada em solo angolano ainda é alvo de debates acalorados entre pesquisadores, que se dividem em dois grupos, de acordo com Santana e Timbane (2021). De um lado, há os que defendem a autonomia do português falado em Angola em relação ao português europeu, buscando o reconhecimento das particularidades linguísticas angolanas como legítimas, inclusive para a produção literária do país. Por outro lado, existem aqueles que rejeitam a ideia de uma variedade angolana do português, insistindo na observância rigorosa das normas gramaticais do português europeu.

Assim, embora Silva e Araujo (2020) defendam que o português angolano ainda esteja em formação, devido a questões sócio-históricas ou linguísticas, como a oscilação de usos linguísticos no PA (ora convergindo para o PE, ora divergindo), pode-se afirmar que a variedade angolana do português é uma variedade de contato formado em situações de aquisição de L2. O que se observa, de modo geral, é que a maioria dos falantes angolanos utiliza uma forma de português influenciada pelo contato com as diversas línguas africanas presentes no território, em situação de multilinguismo.

### **1.2.1 Os reflexos do multilinguismo generalizado na ecologia linguística angolana**

Angola representa, para Oliveira (2021), um contexto em que o multilinguismo é uma condição vital sob a qual as línguas humanas evoluem (Mufwene, 2008). São as circunstâncias sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais dos falantes que moldam a realidade sociolinguística do país e que criam ecologias próprias, propiciando interações capazes de fomentar a variação linguística.

Historicamente, quando o governo português passou a incentivar, de forma crescente, a migração de portugueses para Angola, com o propósito de “civilizar” a colônia, no século XIX, uma parte dos colonos expatriados integrava-se à população local, resultando em um alto índice de contato entre portugueses e angolanos, bem como no contato entre diferentes línguas, refletindo numa coexistência multilíngue (Torres, Araujo e Araujo, 2025). Contudo, a coexistência entre o português e as demais línguas nacionais de Angola ocorria e ocorre em nítida concorrência,

uma vez que o português, afirmando-se língua oficial e de prestígio social, ameaça a existência das línguas nativas angolanas (Fonseca, 2012).

Para a sociedade da época, uma das condições para a ascensão social era ter o conhecimento da língua portuguesa sem interferências de suas línguas nativas. De acordo com as leis promulgadas, nem nas escolas católicas, nas mídias (jornais, panfletos) e nem nos contatos sociais as línguas nacionais eram permitidas, no entanto, poucos angolanos adentraram os espaços universitários, fato este que ajudou na contribuição de uma identidade linguística portuguesa com interferências. Não somente, a falta de gratuidade, mas a não obrigação e permissão por grande parte dos angolanos de frequentarem a escola favoreceu o uso das línguas nacionais, fazendo com que as situações de multilinguismo persistissem, mesmo com a proibição. O fato de essa estratégia ser utilizada como garantia para a imposição da língua portuguesa como língua oficial, de alguma forma criou um terreno fértil para o surgimento de novas pessoas que falassem o português como L1, mesmo em contexto de país bilíngues. Outro fator que contribuiu também para a concretização da LP foi a própria taxa de analfabetismo do povo angolano, resultando em uma transmissão para as novas gerações de uma variedade de português com interferências das línguas locais, em especial do kimbundo (Torres, Araujo e Araujo, 2025 p. 157).

O multilinguismo em Angola é, assim, caracterizado por um hibridismo resultante dos processos de competição e seleção de traços linguísticos a partir de um “banco de traços” formado durante os contatos entre os indivíduos, envolvendo a variedade do português falado e as línguas africanas locais de origem banta. Ao falar português, os falantes angolanos acionam recursos linguísticos heterogêneos, ou seja, mobilizados a partir das gramáticas das línguas bantas, para atender a necessidades comunicativas específicas (Oliveira, 2021). Há que se considerar, nesse sentido, a relação teórica proposta por Haugen (1972) que liga a língua a um contexto social e natural, numa perspectiva ecológica: de um lado, há o aspecto psicológico, que considera a interação da língua materna com outros códigos linguísticos de seu conhecimento, por outro lado, há também o fator social, motivado pelas relações que veiculam as formas de comunicação.

Na ecologia linguística angolana, a partilha pelo mesmo espaço que vem ocorrendo ao longo do devir temporal tornou incontornável o contato entre o português e as línguas bantas, o que propiciou o surgimento da variedade angolana da língua portuguesa, produto de mais de 400 anos de contato linguístico entre o português oriundo da Península Ibérica e as línguas nacionais de Angola.

[...] uma nova realidade linguística em Angola, a que chamamos ‘português de Angola’ ou ‘angolano’, à semelhança do que aconteceu ao brasileiro ou ao crioulo. Embora em estado embrionário, o ‘angolano’ apresenta já especificidades próprias [...] Pensamos que, no nosso país, o ‘português de Angola’ sobrepor-se-á ao português padrão como língua segunda dos angolanos (Mingas, 1998, p. 115).

A hibridização apontada por Oliveira (2021) e reforçada em Mingas (1998) coaduna com o conceito de “Português bantuizado” de Ganga (2016, p. 75), um “registo linguístico, em que as estruturas frásicas do Português europeu adquirem características fonológicas, fonéticas, morfossintáticas, semânticas e lexicais das marcas próprias da estrutura da gramática das línguas bantu.” As alterações sofridas pelo português no nível gramatical podem revelar indícios de transferências de propriedades das línguas nativas durante o processo de aquisição do português como L2 de uma grande massa de falantes, processo que pode ter moldado aspectos distintivos da variedade angolana. Como, por exemplo, a colocação de pronomes clíticos. No PA, a variante proclítica apresenta uma maior frequência de uso oral, mesmo constituindo fenômeno variável, o que evidencia as semelhanças entre o português brasileiro, a variedade angolana e a moçambicana (Silva, 2022). Chavagne (2005, p. 247) reforça que a tendência de colocação pronominal no PA é “inversa ao PE”, ou seja, o PA coloca o pronome átono numa posição oposta à que é comumente utilizada no PE.

Santos e Kialanda (2020) observaram, ainda, um afastamento da dinâmica de complementação verbal do português do Libolo, província do Kwanza-Sul, em Angola, em relação ao PE quanto ao uso da estratégia de clíticos para a complementação direta, inclinando o padrão de uso para uma aproximação ao PB no que diz respeito ao uso de pronome nominativo.

A regência do verbo “ir”, indicativo de movimento, na fala dos moradores da capital angolana apresenta baixo uso da preposição “a”, preconizada pela tradição gramatical, e apresenta o uso da forma não padrão “em”, que, segundo os compêndios gramaticais, não rege verbos de movimento no PE (Santos, 2015). A nativização de formas das línguas africanas nessa categoria da língua portuguesa demonstra que

o processo específico de transmissão linguística irregular pode, sim, ter desencadeado transferências de matrizes oracionais comuns às línguas bantu para o português adquirido como L2 por falantes nativos dessas línguas, que transmitiam o *input* para várias gerações de falantes que adquiriram o português como L1 tanto no Brasil como em Angola (Santos, 2015, p. 100).

No PA, as construções em que termos locativos ou possessivos ocupam a posição de sujeito e concordam com o verbo diferem das formas usuais do PE. No quimbundo, língua mais falada em Luanda, observa-se a inversão locativa, em que constituintes locativos em posição pré-verbal concordam com o verbo. Avelar e Galves (2014) trazem como exemplo frases como “*Mu njibela muala ni kitadi?*” (No bolso tem dinheiro?), em que o constituinte locativo antecede o verbo e estabelece concordância. Esse padrão também encontra paralelos com

construções do PB, sugerindo a transferência direta de propriedades sintáticas das línguas bantas para o português emergente por meio do contato linguístico.

Alguns outros exemplos observados por Chavagne (2005) na variedade angolana do português foram: ausência de artigo diante de possessivo (onde o PE pede); ausência do plural com –s ou ausência do –s final nas formas verbais e pronome “lhe” empregado como objeto direto.

Oliveira (2021)<sup>8</sup> analisou fenômenos híbridos que emergem da interação entre o português falado em Angola e as línguas bantas locais, observando que as inovações linguísticas surgem principalmente nas falas de cidadãos em contextos informais, onde as práticas linguísticas refletem necessidades comunicativas.

Foram observados casos de adaptações linguísticas para construções de sentido por meio da transferência de propriedades gramaticais atestadas nas línguas bantas de modo geral para a língua portuguesa, como o sistema de concordância<sup>9</sup> e os verbos com propriedades predicativas. Esses traços revelam uma reorganização dinâmica de padrões linguísticos e a formação de formas híbridas (cf. Aboh, 2015) que rompem com noções rígidas de separação entre línguas, contribuindo com a solidificação da identidade linguística angolana, haja vista a sua emergência em um contexto de contato intenso entre línguas.

### 1.3 SÍNTESE DA SEÇÃO

A colonização portuguesa em Angola, que se estendeu por quase cinco séculos, deixou uma marca profunda na estrutura sociopolítica e linguística do país. Os desafios coloniais e pós-coloniais, resultaram em uma transição turbulenta para a construção sócio-histórica e sociolinguística do país.

No âmbito linguístico, o período colonial gerou uma situação de multilinguismo em Angola, com o português se consolidando como a língua oficial do país. Durante o regime colonial, a língua portuguesa fora imposta como um símbolo de distinção social, separando as classes dominantes dos africanos, que eram predominantemente falantes de línguas bantas.

---

<sup>8</sup> A autora utilizou como *corpus* 98 vídeos, totalizando cerca de cinco horas de gravação, extraídos de canais de TV aberta e plataformas digitais angolanas, com foco em falas espontâneas de cidadãos comuns.

<sup>9</sup> Quando ao sistema de concordância, a autora observou que objeto de sentença é deslocado a uma posição pré-verbal topicalizada que aparece imediatamente seguida do verbo, que, por sua vez, estabelece a concordância com o sujeito lógico das respectivas sentenças, ainda que fonologicamente omitido (por exemplo, “*o pexe temos aí quatro mil pexe*”; “*chijyata não temos*”) estratégia similar à observada em línguas africanas (Oliveira, 2021, p. 136).

Após a independência, o português passou a servir como um elemento de integração nacional. Contudo, estudos linguísticos observam que a aquisição e o uso da língua portuguesa entre a população angolana foram profundamente influenciados pelas línguas locais, resultando em uma variedade de português com características únicas, fruto do contato linguístico com as línguas bantas.

Entende-se que as transformações na estrutura da língua não ocorrem por acaso, mas são motivadas por forças externas que atuam sobre a língua em sua ecologia, ou seja, na sociedade que faz uso de seus códigos (Haugen, 1959). Assim, os processos de variação e mudança que ocorrem na fala de indivíduos que convivem em situações de multilinguismo, como é o caso dos falantes angolanos do português, demandam uma análise dos fatores estruturais linguísticos que considere, de igual modo, “a extensão, a direção e a natureza da interferência de uma língua sobre outra”, bem como as particularidades dos falantes e “as relações sociais na comunidade em que eles vivem”, segundo Weinreich (1953, p. 04).

Por fim, o cenário de variação e mudança linguística angolano exige uma análise sociolinguística que considere não apenas as influências estruturais, mas também os fatores sociais e históricos que moldaram a língua e suas práticas de uso. A compreensão dessa dinâmica sociolinguística é fundamental para a análise da relação entre língua e sociedade, como será explorado na seção seguinte.

## 2. LÍNGUA E SOCIEDADE: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA A ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA

Nesta seção, são apresentadas e comentadas as diretrizes teóricas que embasam esta dissertação: a Sociolinguística Variacionista, que leva em consideração a heterogeneidade da comunidade de fala, seu objeto de estudo, e, uma vez que estamos diante de uma realidade multilíngue, a Sociolinguística de Contato, que poderá fornecer hipóteses explicativas para os aspectos comuns entre as variedades angolana e brasileira da língua portuguesa.

### 2.1 FUNDAMENTOS PARA A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA COMO UM SISTEMA HETEROGÊNEO

Na primeira metade do século XX, quando a Linguística se firmou como ciência autônoma, o Estruturalismo, em seu axioma fundamental, tomou a **língua** como objeto de estudo das manifestações da linguagem. Dado que a linguagem é multifacetada e heteróclita, a análise científica não daria conta de estudar toda a sua complexidade sob vários aspectos ao mesmo tempo. Ferdinand de Saussure, então, metodologicamente estabelece a língua como um sistema estruturado, compartilhado e significativo para a comunicação humana, que obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros da comunidade, e atribui-lhe caráter homogêneo. Exterior ao indivíduo, a língua é definida como “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2012 [1916], p. 41). Assim, a Linguística passa a ter “por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma, e por si mesma” (Saussure, 2012 [1916], p. 305).

Nessa perspectiva, para que a língua fosse compreendida como um sistema, seria necessário focar apenas em sua estrutura abstrata, negligenciando os fenômenos de variação e mudança, características que lhe são indissociáveis e que se originam, respectivamente, da heterogeneidade e da dinamicidade da atividade linguística.

A questão dos fatores que propiciavam a mudança linguística tornou-se insolúvel para os estruturalistas, que, no plano teórico, afirmavam que o sistema sincrônico seria “diretamente imune à mudança em decorrência de sua definição como sistema homogêneo em que imperam relações de dependência recíproca” (Camacho, 2013, p. 96), sendo possível encontrar, dentro

da literatura estruturalista, algumas breves menções a alternâncias de formas linguísticas dentro de um sistema geral de uma comunidade de fala em níveis internamente coerentes.

Meillet, um dos mais brilhantes discípulos de Saussure, aceitava a ideia de autonomia da língua, embora reivindicasse seu caráter social, questionando que “o único elemento variável ao qual se pode apelar a fim de explicar a mudança linguística é a mudança social, da qual as variações linguísticas são somente as consequências (1926 [1906], p. 17).” Jakobson (1931) afirmava que a alternância de estilo (*style switching*) não comprometia a sistematicidade de cada estilo como objeto da descrição linguística. Trubetzkoy (1970 [1939]), por sua vez, destacou a existência de vários sistemas fonológicos homogêneos e invariáveis e várias formas expressivas de cada um, propondo uma análise estilística que muito se aproximava da alternância de código (*code switching*), método ao qual o estruturalismo recorreu posteriormente para tentar compreender a variação que acontecia no sistema linguístico.

Sempre que o estruturalismo buscou se aproximar da dimensão sócio-histórica do fenômeno linguístico, fosse através da questão da mudança, fosse através de uma outra formulação (como essa das funções de uso da língua), a sua concepção fundamental do objeto de estudo da linguística, voltada exclusivamente para o modo estruturante da linguagem, esteve ameaçada (Lucchesi, 2004, p. 96).

À medida em que se tornava difícil sustentar uma metodologia que, além de enxergar a língua como uma estrutura independente ao meio histórico e social, a Linguística também não dava conta de respaldar teoricamente o fato empírico da mudança. Houve, dessa maneira, uma mudança de paradigma a partir do momento em que se começa a pensar na língua como reflexo da sociedade, em vez de estrutura de língua por si só.

É nesse cenário que surgem elementos determinantes para uma nova concepção do objeto de estudo da Linguística: rompe-se com a visão pré-estabelecida de um sistema homogêneo, unitário, estático e fechado em sua lógica interna, abrindo espaço para uma perspectiva que enxerga a língua como um sistema heterogêneo, plural, dinâmico e determinado não apenas por suas relações estruturais internas, mas também pelas relações que o conectam à estrutura social.

## 2.2 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Os estudos variacionistas surgem formalmente na década de 1960, a partir das investigações de William Labov sobre mudanças em andamento no inglês de Martha's Vineyard

e Nova York. O percurso metodológico percorrido por Labov em seus estudos da mudança em progresso culminou na formalização do texto programático da sociolinguística, o *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, escrito entre 1966 e 1968, por Labov em conjunto com Uriel Weinreich e Marvin Herzog. Como o nome sugere, o texto apresenta perspectivas para compreender teoricamente a mudança linguística, com base numa forte fundamentação empírica. Os estudos postulavam a necessidade de investigar as dinâmicas do processo de mudança em progresso, contrariando a ideia de que tal análise só poderia ser realizada após a sua conclusão. Essa concepção defende que a mudança linguística ocorre em virtude da variação, inferindo que toda mudança implica necessariamente em um processo de variação, mas que nem toda variação gera mudança.

A generalização da mudança linguística através da estrutura linguística não é uniforme nem instantânea; ela envolve a co-variação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico. (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968], p.126)

Sankoff (1988, p. 157, tradução minha) vê como o principal objetivo da Teoria da Variação e da Mudança Linguística “compreender os mecanismos que ligam fenômenos extralinguísticos (o social e cultural) com a heterogeneidade linguística padronizada (o sistema interno e variável da linguagem)”<sup>10</sup>. Assim, um estudo orientado pelo viés variacionista deverá tomar todas as instâncias da língua em uso como uma indicação do comportamento variável, mas governado por regras, das situações naturais de fala. O alvo ideal da investigação sociolinguística é a “fala cotidiana” (Sankoff, 1980, p. 54), a “língua real em uso” (Milroy, 1992, p. 66).

O rompimento com a visão estruturalista de invariância no domínio da língua, bem como a oposição à ideia de que a língua por si só seria o foco da descrição linguística, estabeleceu novo objeto de análise linguística: a (gramática da) comunidade de fala, em toda a sua heterogeneidade (Lucchesi, 2004). No novo modelo, Labov (2008 [1972], p. 21) esboça uma teoria linguística concisa de variação, indicando que “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo”.

---

<sup>10</sup> No original: “The goal of LVC studies is to understand the mechanisms which link extra linguistic phenomena (the social and cultural) with patterned linguistic heterogeneity (the internal, variable, system of language).” (Sankoff, 1988, p. 157)

Integrada no funcionamento do sistema, a variação constituiria a atualização dos potenciais processos de mudança em curso, em cada estado sincrônico de língua que se considerasse. Essa solução teórica eliminou o falso problema da impossibilidade de observar diretamente o processo de mudança estabelecido pelos estruturalistas e lançou as bases para décadas de pesquisa sociolinguística (Lucchesi, 2015, p. 74).

Para enfrentar adequadamente a questão da mudança linguística, precedida pela concepção de língua como um sistema variável, a Sociolinguística fornece um aparato metodológico quantitativo para aferir, além das ocorrências, a transição e a progressão temporal de uma variante. Para isso, o tempo aparente é observado, partindo do comportamento linguístico de falantes de diferentes gerações em um mesmo espaço de tempo, com a finalidade de entender a direção de uma generalização de uma alternância particular adotada por uma comunidade (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]).

Labov (1966) havia caracterizado a comunidade linguística como um grupo de falantes que compartilham um conjunto de normas avaliativas que regulam a variação social e estilística. No entanto, a complexidade de grandes cidades modernas como Nova York, Londres ou, até mesmo, Luanda, não se encaixa nessa concepção de comunidade linguística, uma vez que se tratam de comunidades de fala compostas por centros urbanos extremamente multi-étnicos (Pereira, 2000; Tagliamonte, 2012). A norma sociolinguística deve, portanto, delimitar conjuntos de pessoas dentro de uma comunidade linguística com base na similaridade no modo como utilizam a linguagem. Isso ocorre porque a frequência média de uso de diferentes formas linguísticas varia de acordo com o grupo social em questão. Assim, Lucchesi (2015) considera três parâmetros essenciais para o conceito de norma como correlata aos grupos sociais que compõem uma comunidade de fala: (i) a frequência relativa de uso das variantes entre os membros de cada estrato social de uma comunidade de fala, (ii) a avaliação subjetiva por parte dos membros em comum de cada grupo, e (iii) as tendências de mudanças em curso comuns a cada grupo.

Em suma, a Sociolinguística Variacionista considera a variação como parte integrante do sistema linguístico. Para determinar a sua sistematicidade, contudo, é necessário considerar os elementos externos na análise linguística, uma vez que aquilo que era aleatório no âmbito estritamente linguístico torna-se sistemático quando relacionado a fatores sociais. O desfecho dessa análise transcende a abordagem quantitativa e alcança um nível mais elevado de interpretação qualitativa, conforme Lass (1980), em que o pesquisador é capaz de esclarecer o fenômeno, descrevendo-o.

### 2.2.1 Princípios para o estudo da mudança linguística no contexto angolano: os cinco problemas

O equacionamento da variação, quer resulte em mudança ou não, requer um olhar atento aos cinco problemas da mudança linguística propostos no estudo clássico de Weinreich, Labov e Herzog. O levantamento dos questionamentos propostos pelas cinco diretrizes metodológicas direciona a análise de um fenômeno sociolinguístico no percurso da pesquisa para entender e explicar as variações e mudanças linguísticas.

Quando se fala de uma comunidade de fala situada num país no continente africano e que tem o português como língua oficial, estes cinco problemas assumem sua influência em meio ao contexto social e histórico. A partir das definições de Undolo (2014), entende-se que a adoção do português como língua oficial e veicular em Angola pós-independência foi um mecanismo político que visava a integração nacional, sendo a LP, na atualidade, o elo que une todos os falantes do território nacional angolano, cultural e administrativamente. A dinâmica histórica de mudanças que afetam social e culturalmente um território, em seus mais diversos aspectos, não ignora a língua, instrumento que veicula tais mudanças.

Assim, os cinco princípios empíricos que estão ancorados nos processos de mudanças linguísticas são seguintes:

- **O problema dos fatores condicionantes** (*constraint problem*): a determinação de mudanças possíveis e de condições possíveis para a mudança, limitando-se ao princípio geral de que nenhuma língua assumirá uma forma que viole os princípios formais postulados como sendo universais.
- **O problema da transição** (*transition problem*): o estágio interveniente que define o percurso pelo meio do qual uma estrutura torna-se outra. Os aspectos transicionais de uma língua podem ser aferidos ao observar o uso de traços inovadores ou arcaicos, bem como a observação da maneira pela qual diferentes gerações de falantes utilizam as variáveis, numa tentativa de encarar mudanças enquanto ocorrem, com duas formas linguísticas coexistindo ao mesmo tempo e servindo à mesma competência.
- **O problema do encaixamento** (*embedding problem*): a concepção da mudança dentro da estrutura linguística e sua interação com a estrutura social da comunidade de fala. Na estrutura linguística, há traços coexistentes no sistema que co-ocorrem

durante o processo gradual de mudança, e o controle da variação faz parte da competência linguística dos falantes da comunidade. Na estrutura social, as variações sociais e geográficas precisam ser analisadas com o objetivo de determinar os níveis de relação que existem entre os fatores sociais e os aspectos do sistema linguístico.

- **O problema da avaliação** (*evaluation problem*): a correlação subjetiva de como os membros da comunidade de fala avaliam uma forma em variação. Essa avaliação deve ser colhida diretamente como uma real percepção consciente do falante, não apenas no que diz respeito a mudanças já concluídas, mas também sobre padrões cambiantes em processo de variação.
- **O problema da implementação** (*actuation problem*): a difusão de um traço característico da variação por meio de um subgrupo específico da comunidade de fala. Com a inserção de novos grupos de falantes numa comunidade de fala, uma forma linguística secundária pode converter-se em primária, numa generalização gradual aos outros elementos já encaixados no sistema linguístico. A implementação é completa quando uma variável toma uma direção e é selecionada como constante, elevando seu grau de regularidade e estabilidade.

Dados os cinco problemas, a presente pesquisa visa considerar o processo sócio-histórico de formação do português falado em Angola, sobretudo os aspectos morfossintáticos que diferenciam a variedade angolana da variedade europeia, a fim de contemplar o problema do encaixamento linguístico e social e os fatores condicionantes do fenômeno investigado. Dessa maneira, será possível controlar qual é a variável morfossintática de ocorrência de artigo definido mais usada pelos falantes angolanos, bem como aferir até que ponto a influência de formas provocadas pelo contato linguístico com as línguas africanas afetou a estrutura interna da língua naquela região. Além disso, por meio da investigação da mudança em tempo aparente, será possível contemplar o problema da transição.

## 2.3 A SOCIOLINGUÍSTICA DE CONTATO

A Sociolinguística Variacionista, além abordar questões relativas à variação e mudança linguística, interessa-se por contatos linguísticos. Antes mesmo da publicação do texto clássico

da Teoria da Variação e Mudança Linguística, Weinreich (1953) já havia destacado que a observação de fatores estruturais linguísticos por si só não dava conta de explicar os processos de mudança que ocorriam na fala de sujeitos bilíngues ou bidialetais, havendo que se considerar as condições sociais em que se davam os contatos linguísticos.

Os estudos puramente linguísticos de línguas em contato devem estar em conformidade com estudos extralinguísticos sobre o bilinguismo e fenômenos relacionados. [...] O linguista que elabora teorias sobre influências linguísticas, mas negligencia a explicação do cenário sociocultural do contato linguístico, deixa seu estudo suspenso, por assim dizer, no ar (Weinreich, 1953, p. 04, tradução minha)<sup>11</sup>.

Para o autor, seria necessária uma abordagem sociocultural, em vista de descrever e analisar os fatores que regem a interferência linguística<sup>12</sup>, os quais caem no domínio extralinguístico da análise, para além das estruturas das línguas em contato. É nesse sentido que, no texto basilar da Teoria da Variação e Mudança Linguística, Weinreich, Herzog e Labov propuseram um mecanismo de transferências linguísticas mais inteligível no que diz respeito ao contato entre línguas, discutindo um processo gradual de transição entre formas originais e inovadoras que coexistem numa mesma comunidade de fala e num mesmo falante motivado por fatores sociais.

Entende-se, contudo, que a origem dos estudos de contato linguístico remonta ao primeiro período do estudo científico da linguagem, ainda no século XIX. Schuchardt (1884), pioneiro nos estudos de línguas crioulas e línguas em contato, apresentou exemplos de efeitos estruturais de transmissões linguísticas em processos de mudanças linguísticas induzidos por contato em diversas línguas, como o contato entre o Esloveno e o Alemão e o Esloveno e o Italiano, bem como situações de pidgins e crioulos. Com efeito, no mesmo estudo, o autor resgata discussões datadas do século XVII sobre a mistura dos dialetos croatas e românicos na região da Dalmácia, com base em registros do século XIV.

No processo de formação das línguas românicas, como o Português, observaram-se mudanças linguísticas radicais, semelhantes às que ocorreram após a queda do Império Romano. Com a dissolução do império, a unidade linguística desapareceu, resultando na transformação do latim em diferentes línguas românicas. Sem a pressão normativa e o contato

---

<sup>11</sup> No original: “Purely linguistic studies of languages in contact must be coordinated with extra-linguistic studies on bilingualism and related phenomena. [...] The linguist who makes theories about language influence but neglects to account for the socio-cultural setting of the language contact leaves his study suspended, as it were, in mid-air.” (Weinreich, 1953, p. 04)

<sup>12</sup> O termo “interferência”, usado por Weinreich para classificar quaisquer fenômenos causados pelo contato entre línguas, vem sendo abandonado por estudiosos da Linguística de Contato, uma vez que seu uso tem se revelado genérico, pouco técnico e causador de julgamentos de valor a respeito de fenômenos (Heine; Kuteva, 2005, p. 34).

entre regiões, as línguas evoluíram internamente (Williams, 1973; Ilari, 1992). Hoje em dia, da mesma forma, o dinamismo e as inovações na língua refletem processos de mudança resultantes do contato linguístico e da ausência de normatização centralizada.

Segundo Thomason (2001), durante milhares de anos, as mais diversas línguas têm estado em contato, possivelmente desde o início da humanidade. Mesmo em situações nas quais, em períodos historicamente recentes, grupos se estabeleceram em territórios previamente desabitados, como as Américas e Oceania, as línguas não permaneceram isoladas, pois houve contato para fins de comércio e casamentos, muito antes da influência dos exploradores e colonizadores europeus e árabes.

A autora ainda propõe três consequências naturais possíveis para mudanças linguísticas motivadas por contato: o resultado mais comum é a mudança em uma ou em todas as línguas envolvidas. Geralmente, embora nem sempre, pelo menos uma das línguas exercerá alguma influência em pelo menos uma das outras línguas. O tipo mais comum de influência específica é a incorporação lexical, ou seja, o empréstimo de palavras de uma língua para outra, contudo todos os aspectos da estrutura linguística (fonológicos, morfológicos, sintáticos e semântico-lexicais) são passíveis de transferência para outras línguas, dadas as condições sociais e linguísticas de contato. O segundo resultado possível se dá por meio de uma aquisição precária de segunda língua devido à força abrupta do contato. Nesse caso, uma língua de contato pode emergir, seja um pidgin (se surgir como uma língua estritamente secundária, usada para fins limitados) ou um crioulo (se surgir inicialmente como a língua principal de uma comunidade). Porém, se há uma adesão geral por parte dos falantes a uma das línguas, um resultado comum em situações de contato é o desaparecimento de uma das línguas. Para a autora, uma língua desaparece quando todos os seus falantes morrem, quando sofrem extermínio de invasores ou colonizadores hostis, por exemplo, ou quando sucumbem a desastres naturais ou a doenças estrangeiras importadas por invasores menos letais.

As perspectivas teóricas que investigam a gênese de situações de pidginização e criouliização passam, então, a ser incorporadas na pesquisa linguística desde que o contato entre línguas passa a ser considerado um fator de relevância nos estudos (sócio)linguísticos, fortalecendo paralelos entre a origem de variedades linguísticas marcadas por contato e de línguas crioulas.

A maioria dos pidgins e crioulos se originaram em contextos de escravidão, em que o número de falantes das línguas dos grupos dominados (ou língua de substrato) superava consideravelmente o número de falantes da língua do grupo dominante (língua de superestrato).

Nesse cenário, o acesso dos falantes das línguas dominadas à gramática da língua superestrato era extremamente limitado. A comunicação inicial entre os falantes de ambas as línguas se baseava em um código emergencial, conhecido como “jargão” ou “pré-pidgin”, composto por um conjunto restrito de itens lexicais da língua de superestrato acoplados aos modelos gramaticais mais profundos da língua de substrato. À medida que esse novo modelo de comunicação, com todas as suas limitações, se tornava a língua materna das novas gerações, ocorria o processo de criouliização (Field, 2004; Siegel, 2008).

Uma das teorizações mais recentes desenvolvidas a partir da *hipótese do substrato* baseia-se na ideia de que, na formação da(s) interlíngua(s) que dará(ão) origem à língua pidgin ou crioula, os falantes adultos do(s) grupo(s) dominado(s) combinam a forma fonética dos itens lexicais da língua do grupo dominante (a *língua de superestrato*) com as propriedades semânticas e sintáticas dos itens lexicais correspondentes em suas línguas nativas (as *línguas do substrato*), em um processo denominado *relexificação* (Lucchesi, 2014, p. 212).

Os efeitos desse conceito são exemplificados quando se observa o haitiano, um crioulo de base lexical francesa que emergiu do contato entre o francês e as línguas africanas da família kwa e que atua como língua materna da maior parte da população do Haiti – a língua crioula mais falada no mundo, superando a marca de oito milhões de falantes (DeGraff, 2003). Segundo Lefebvre (1998), embora as formas lexicais do crioulo haitiano sejam derivadas de sequências fonéticas da língua de superestrato (o francês), nem todas as propriedades das entradas lexicais demonstram correspondência total à língua francesa, fato justificado pelo acesso muito limitado dos falantes das línguas de substrato aos dados da língua de superestrato, o que pode ter gerado dificuldade na aquisição das categorias funcionais da língua francesa. A autora argumenta, portanto, que na gênese do crioulo haitiano, tanto as entradas lexicais de categoria menor (como conjunções e preposições) quanto as de categoria maior (como verbos e substantivos) sofreram relexificação, por meio da qual os falantes relexificaram as categorias funcionais de seu próprio léxico com base em propriedades fonéticas da língua francesa, o que forneceu aos falantes das várias línguas de substrato um vocabulário lexical em comum.

DeGraff (2003), além de introduzir uma nova concepção de crioulo, questionou as ponderações feitas por Lefebvre.

O cenário da gênese crioulistica de Lefebvre alega que os resultados da “aquisição” de segunda língua por africanos no Haiti colonial são virtualmente idênticos às línguas nativas com as quais começaram, exceto pela fonética. No entanto, o léxico e a morfologia do CH (crioulo haitiano) demonstram que os seus precursores foram capazes de segmentar e analisar a fala da língua-alvo (neste caso, o francês) até as formas fonéticas de muitos afixos. Essa segmentação e análise – um feito cognitivo –

contradizem a alegação de que os precursores do CH não acessaram ou usaram nenhuma propriedade abstrata da fonologia, léxico, morfossintaxe ou semântica do francês. A segmentação e análise da fala natural em qualquer língua exigem conhecimento implícito intrincado sobre a estrutura *abstrata* dessa língua. (DeGraff, 2003, p. 396, tradução minha)

O autor defende uma definição socio-histórica e externa à língua do termo ‘crioulização’, que passa a ser visto como uma sequência de eventos sócio-históricos que levaram à formação dessas línguas conhecidas como crioulas. Na realidade, a viabilidade estrutural e a vitalidade cultural das línguas crioulas confirmam a faculdade da linguagem que é intrínseca ao ser humano, ainda que desenvolvida sob condições psicossociais adversas (DeGraff, 2003; 2009).

O trabalho de Labov (1972), que descrevia o inglês vernacular afro-americano (um semicrioulo<sup>13</sup>), fez com que os processos de pidginização e de crioulização se tornassem objetos de importância para os linguistas históricos como exemplos extremos de mudança linguística induzida por contato que desafiam a validade de algumas suposições tradicionais sobre a relação entre línguas (Holm, 2004). A observação das condições de contato aproximou pesquisadores de um método para estabelecer se uma língua fora previamente crioulizada ou não, partindo de dados linguísticos e sócio-históricos.

Apesar disso, segundo Hickey (2010), não há provas concretas na linguística de contato. Se existe uma suspeita que uma estrutura numa língua tenha surgido através do contato com outra, pode-se buscar uma boa correspondência estrutural entre ambas as línguas a fim de atestar a hipótese do contato. Uma distinção essencial em qualquer consideração de mudança linguística induzida pelo contato é a diferença entre a presença de uma categoria numa determinada língua e a exponência desta categoria. Ao mudar para outra língua, temporária ou permanentemente, falantes adultos esperam encontrar na língua-alvo as mesmas distinções gramaticais características de suas línguas nativas. Dessa maneira, buscam equivalências estruturais na língua-alvo para categorias com as quais já estão familiarizados, reestruturando alguns aspectos da segunda língua.

Além de reestruturar elementos da língua-alvo, esses falantes podem transferir elementos de sua língua nativa. Esta transferência de categorias gramaticais é especialmente favorecida quando as expressões das categorias em ambas as línguas não são homófonas e

---

<sup>13</sup> Uma variedade reestruturada da língua que está no meio do caminho entre crioulos e não-crioulos (cf. Holm, 2000).

quando o marcador de categoria na língua-materna é estruturalmente evidente, o que o torna facilmente extraível do seu contexto de origem para outros contextos (Hickey, 2010).

Diante do exposto, entende-se que os contextos propiciados pelo fator social podem favorecer processos de mudança ou alteração de código. Haugen (1972) compartilha sua experiência pessoal de como, nos Estados Unidos da década de 1950, a língua norueguesa falada em comunidades de imigrantes foi afetada por influências da língua inglesa, resultando numa língua de imigração. O autor rejeita metáforas biológicas para descrever o ciclo de vida das línguas, optando por uma metáfora ecológica que destaca a natureza interrelacional do contato linguístico, enfatizando a influência mútua no contato linguístico, superando as abordagens unilaterais.

Assim, a partir de uma perspectiva que leva em consideração o fator social, tempo e espaço nos fenômenos de variação e mudança linguística, a Sociolinguística de Contato expande a investigação ao lançar luz a situações de contato entre línguas como motivadoras dos fenômenos em diferentes contextos de contato. As línguas, na realidade, “entram em contato o todo o tempo. Toda língua é produto de contato entre línguas.” (Savedra; Christino; Spinassé; Araujo, 2021, p. 03). Cada situação de contato é única e suas configurações variam a depender do contexto aquisicional da língua e seu uso em diferentes esferas sociais. Essa ideia também é defendida por Savedra e Spinassé (2021):

Ao se pensar em contato linguístico (doravante CL), é necessário ter em mente que as línguas entram em contato porque pessoas estão em contato. Ou seja, o CL e todos os fenômenos que dele provêm são um resultado natural da interação social entre indivíduos, sendo, portanto, um evento constante e inevitável. Assim, independentemente do enfoque da nomenclatura, estuda-se, nessa área, a influência mútua que indivíduos, grupos de indivíduos e suas variedades desempenham uns sobre os outros quando em contato. (Savedra; Spinassé, 2021, p. 105)

O meio ambiente de uma língua, ou seja, a sociedade que faz uso dela, exerce forte influência nas interações entre a língua e sua ecologia (Haugen, 1972; Mufwene, 2008). Numa realidade multilíngue<sup>14</sup>, como a de Angola, o estudo de variedades linguísticas que emergem do contato, além de contemplar os fenômenos resultantes da interação entre fatores linguísticos e ecolinguísticos na configuração de línguas distintas coexistindo e se mesclando, mudando, adaptando e reestruturando, atenta-se aos aspectos sociais do contato entre diferentes grupos

---

<sup>14</sup> Para Bagno (2017, p. 297), o termo *multilinguismo* pode ser compreendido como “[...] a existência, no interior de um mesmo território – dotado ou não de soberania política –, de diferentes comunidades linguísticas”.

linguísticos, as relações grupais, a lealdade coletiva, aspectos históricos e como tais fatores se refletem na consolidação de uma norma (Winford, 2003).

Como defende Couto (1999), o contato entre línguas nada mais é que uma tentativa de possibilitar a comunicação interlinguística. De fato, praticamente tudo na dinâmica linguística pode ser interpretado à luz do contato, que se manifesta das mais diversas formas e nos mais diversos ambientes.

## 2.4 A IMPORTÂNCIA DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS NO ESTUDO LINGUÍSTICO DO PORTUGUÊS FALADO EM ANGOLA

Entende-se que a Sociolinguística Variacionista e a Sociolinguística de Contato dão conta de embasar teórico e metodologicamente a pesquisa aqui coletada, pois a comunidade de fala estudada, Luanda, caracteriza-se por situações de contato linguístico complexas, tanto em sua formação sócio-histórica, quanto em sua atual situação de multilinguismo. A abordagem empírica que observa a possibilidade de um sistema referencial que se configura a partir do uso variável do artigo definido em contextos particulares na fala de informantes luandenses que declaram ter o português como L1 e L2 reforça a ideia de contato linguístico como hipótese interpretativa para o *continuum* entre as variedades do Português.

As variedades de português formadas em África e no Brasil, sob diferentes situações de contato, e em diferentes épocas, mas envolvendo o português e um conjunto de línguas muito próximas, as do grupo banto, apresentam aspectos semelhantes nos níveis lexical e morfossintático.

As variedades angolana (PA) e moçambicana (PM) do português compartilham o fato de não se terem desenvolvido como línguas crioulas, o que as distingue das demais línguas lusófonas da África e aproxima-as à do Brasil. Além desse aspecto, em Angola e em Moçambique são faladas línguas africanas do grupo banto, aquelas que eram faladas por grande contingente de indivíduos transplantados pelo tráfico para o Brasil. Se o PA, o PB e o PM divergem do PE, como atestam os trabalhos publicados, cabe confrontar essas variedades de português e investigar em que aspectos elas se aproximam e em que aspectos elas se distinguem (Petter, 2008, p. 10).

Esses resultados coletivizados do contato linguístico abrupto e da nativização de uma forma não-padronizada do português adquirido como L2 salientam a ideia de um *continuum* afro-brasileiro de português, ou seja, semelhanças estruturais em espaços em que o português e

línguas do grupo banto estiveram em contato (Petter, 2008), tanto no Brasil, quanto no continente africano, em contextos sócio-históricos específicos.

No contexto angolano, Mingas (2000) atesta a transferência de elementos nos níveis lexical, fonológico e morfossintático do quimbundo para o português falado em Luanda, considerando a aquisição do português em situação de contato com a língua banta durante o período de situação colonial. Para a autora, as transferências de estruturas do quimbundo (e das demais línguas africanas) para o português vernacular angolano, mantendo a evidência de suas marcas, demonstram um processo muito semelhante ao que aconteceu no Brasil.

Da mesma forma, em Moçambique, há uma situação de contato do português com as línguas nativas que contribui para o processo de variação e mudança do português falado no país, haja vista a sua aquisição como L2 e a alternância de códigos gramaticais (Gonçalves, 2005). Os aspectos desviantes que são particulares ao português em Moçambique, fruto de uma expansão em larga escala e não formalizada da L2, são descritos como “propriedades específicas da gramática de uma ‘nova’ variedade do português” (Gonçalves, 2005, p. 49) que demonstram a influência das línguas africanas sobre a L2 transplantada no país.

As variedades de segunda língua que se formam nessas condições, mais ou menos defectivas consoante as especificidades de cada contexto histórico, acabam por fornecer os modelos para aquisição da língua materna para as novas gerações de falantes, na medida em que os grupos dominados vão abandonando as suas línguas nativas. (Lucchesi; Baxter, 2009, p. 101).

Ao abordar aspectos morfossintáticos da gramática do português de Angola, considerando a história e os recortes sociais de seus falantes, seria imperdoável lacuna deixar de considerar aspectos do contato linguístico que vem ocorrendo desde o início da colonização portuguesa no país (no século XVI) até hoje, observando algumas marcas sincrônicas, em ação na língua falada, causadas pelo encontro entre sistemas linguísticos distintos da LP e das línguas africanas como consequência da transplantação linguística e da decorrente necessidade de intercomunicação.

#### **2.4.1 Transplantação linguística: situações de contato entre o português e línguas africanas e o multilinguismo**

Para além das convergências no âmbito histórico de colonização portuguesa, Angola e Moçambique, bem como o Brasil, têm em comum o fato da língua portuguesa falada em seus respectivos países não se ter desenvolvido como língua crioula de base portuguesa,

diferenciando-as dos demais países lusófonos do continente africano (Naro; Scherre, 2007; Petter, 2008). Diante dessas variedades parcialmente reestruturadas da língua, alguns traços estruturais destacam-se de outros por evidenciarem marcas mais contundentes do contato linguístico proveniente da colonização e do multilinguismo, que vigora em Angola até hoje.

Situações de multilinguismo geralmente resultam de alguma intervenção externa no processo linguístico (Couto, 2009). No caso de Angola, a colonização portuguesa, diante de um conglomerado de povos de línguas diferentes que precisavam interagir uns com os outros, por estarem sob o mesmo poder central e compartilharem um território comandado por Portugal, observou a criação de um Estado multilíngue, no qual as línguas nacionais, as línguas dos diferentes povos, coexistem com o português, que é a língua oficial (ou língua estatal, cf. Couto, 2009), que rege a educação, as publicações, os discursos oficiais e a mídia de massa.

No Brasil, o monolinguismo geral da contemporaneidade guarda um passado marcado pelo multilinguismo propiciado pelo contato dos colonizadores portugueses com milhões de indígenas, falantes de milhares de línguas autóctones, e com milhões de africanos escravizados, que para o Brasil trouxeram aproximadamente duzentas línguas. Com a participação desses elementos, a formação da realidade linguística brasileira, marcada mais fortemente pela influência do elemento africano (Mendonça, 1933), não resultou em uma reestruturação original de sua gramática. Os processos de contato deixaram marcas evidentes num processo de Transmissão Linguística Irregular (TLI), iniciada pela aquisição defectiva do português por parte dos africanos e dos indígenas e caracterizada pela simplificação de certas estruturas gramaticais, o que resultou em fenômenos que se observam até hoje, sobretudo no português popular brasileiro (Holm, 2004; Lucchesi, 2009; 2015).

Para o Brasil vieram mais de 4,3 milhões de africanos escravizados, conforme estimado por Reis (2000), um contingencial expressivo de falantes de línguas africanas, o que, possivelmente, propiciaria processos de criouliização, à exemplo do que ocorreu em outros espaços do continente americano, como no Caribe e no sul dos Estados Unidos. Contudo, “não ocorreu no Brasil um processo estável, duradouro e representativo de criouliização da língua portuguesa” (Lucchesi, 2015, p. 93). Sobre a criouliização do português no Brasil, Rodrigues (2006, p. 155) ainda observa que “não é improvável que alguns pidgins, ou mesmo crioulos, tenham-se desenvolvido em certos lugares, mas sem ter alcançado a estabilidade que lhes permitiria expandir-se no espaço e sobreviver por longo tempo”. Lucchesi (2015) atribui o violento desaparecimento das línguas africanas em solo brasileiro ao pelourinho, onde os sujeitos escravizados aprendiam a “superioridade” da cultura ocidental e da língua europeia.

Caso particularmente interessante de resistência são as comunidades rurais afro-brasileiras, muitas delas originárias de antigos quilombos, estiveram, do ponto de vista geográfico e social, isoladas por longos períodos, resultando em aspectos linguísticos diferenciais em cada uma dessas comunidades (Lucchesi, 2009). Tais traços apontam claramente para mudanças profundas resultantes de um processo histórico de transmissão linguística irregular, fruto das interações socioculturais e políticas, incluindo as políticas linguísticas implementadas na época, como a imposição do português como língua adicional.

Originárias, em muitos casos, de antigos quilombos e mantidas em grande isolamento até meados do século XX, comunidades formadas em sua grande maioria por descendentes diretos de escravos africanos, como a comunidade de Helvécia no Extremo Sul do Estado da Bahia, podem se tornar verdadeiros sítios arqueológicos da história sociolinguística do Brasil. Formadas em situações de grande concentração de africanos com pouco acesso aos modelos da língua portuguesa no interior do país, essas variedades linguísticas podem ter sofrido uma erosão gramatical e passado por processos de reestruturação, em níveis superiores aos que afetaram outras variedades do português brasileiro (Lucchesi, 2009, p. 73).

Para Santana, Araújo e Freitag (2018), essas comunidades são detentoras de um maior grau de conservação dos costumes e tradições de seus fundadores ou antepassados, especialmente quando estiveram mais isoladas, preservando, igualmente, seus padrões de uso linguístico. A resistência das comunidades rurais afro-brasileiras durante o processo de formação da norma do português brasileiro apresenta-se como um aporte significativo para o estudo da formação sociolinguística brasileira, uma vez que são espaços onde a língua portuguesa que esteve em contato as línguas africanas é mais preservada, revelando camadas pretéritas desse contato, bem como características típicas de situações de contato massivo que não se encontram em outras variedades populares do Brasil.

A complexidade desses contatos se traduz, no que diz respeito à investigação científica, nas limitações relativas à observação controlada dos fatos linguísticos e à adoção modelos de análise que estabeleçam determinações. As abordagens teóricas da linguística de contato de Myers-Scotton (2002) – que propunham o modelo MLF (*Matrix Language Frame*), que inclui uma língua principal e uma língua secundária, no qual a língua principal contribui com a estrutura gramatical, enquanto a secundária é a língua de contato – foram aplicadas para o caso do português por Petter (2008). Além desse modelo, Myers-Scotton propõe o 4-M<sup>15</sup> (modelo dos quatro morfemas) e o nível abstrato. No modelo 4-M, os morfemas de conteúdo (ou seja, o

---

<sup>15</sup> O modelo fundamenta-se na oposição básica entre morfemas [+ / - conceptualmente ativados], que separa os morfemas em duas grandes classes: *morfemas de conteúdo* e *morfemas gramaticais precoces* de um lado e os *morfemas gramaticais posteriores*, de outro.

léxico) são os primeiros a serem adotados em situações de contato. No nível abstrato, as mudanças têm mais probabilidade de ocorrer na estrutura semântica e pragmática.

O estudo de Petter, que se concentrou no léxico como ponto central do contato linguístico, analisou a integração morfossintática do léxico nas variedades do português angolano, brasileiro e moçambicano, usando o modelo de Myers-Scotton, ou seja, partindo de uma perspectiva que entende que o contato de línguas pode provocar modificações no nível da estrutura morfológica que refletem transformações também no nível léxico-conceitual.

Embora não houvesse descrições completas das línguas africanas envolvidas, os dados analisados na tese de Petter indicaram uma convergência entre o português e as línguas bantas, corroborando a hipótese de contato linguístico. A análise dos três níveis gramaticais abstratos, seguindo o modelo de Myers-Scotton, confirmou a participação das línguas africanas na formação do português falado em Angola, PB e do PM.

Entre os aspectos que denotam uma continuidade entre as variedades linguísticas faladas no Brasil e em África e marcam uma ruptura com o PE, a autora destaca: a colocação pronominal é diferente da estabelecida para o PE<sup>16</sup>, a instabilidade do uso de preposições, como o uso da preposição *em* (a mais usada em Angola) ao invés de *a* com verbo “ir”<sup>17</sup> e marcação de número no primeiro elemento à esquerda do núcleo do sintagma nominal (SN), tópico exhaustivamente estudado no PB sob a perspectiva da sociolinguística variacionista e que apresenta inúmeros exemplos em *corpora* com dados do português falado em África<sup>18</sup>.

## 2.5 SÍNTESE DA SEÇÃO

Foi aqui apresentada a visão estruturalista da língua, predominante no início do século XX, que a tratava como um sistema homogêneo e estruturado, desvinculado das variações e mudanças linguísticas. Essa perspectiva, fortemente influenciada por Ferdinand de Saussure, concebia a língua como um produto social estático e um conjunto de convenções necessárias

---

<sup>16</sup> Apesar de constituir fenômeno variável, constatou-se que a variante proclítica apresenta uma maior frequência de uso oral no PA, o que evidencia as semelhanças entre o português brasileiro (PB), a variedade angolana e a moçambicana. (Silva, 2022). Chavagne (2005, p. 247) reforça que a tendência de colocação pronominal no PA é “inversa ao PE”, ou seja, o PA coloca o pronome átono numa posição oposta à utilizada no PE.

<sup>17</sup> Exemplos: “disse eu primeiro **vamos em** casa (Chavagne, 2005, p. 224 *apud* Petter, 2008, p.171)” e “depois **vou lá na** escola estudar (Chavagne, 2005, p. 224 *apud* Petter, 2008, p.171).

<sup>18</sup> Exemplos: “Você chega lá **os caminhão** todo um dia tão abastecer (Chavagne, 2005, p. 240 *apud* Petter, 2008, p. 122)” e “Era ele com **os outro** que descarregava **os tambor** de óleo (Laban, 1999, p. 141 *apud* Petter, 2008, p. 122).”

para a comunicação. No entanto, por não tomar em consideração as variações intrínsecas e a dinamicidade da língua, tornando a mudança linguística um problema insolúvel dentro do estruturalismo, a concepção de língua como um sistema homogêneo foi desafiada, levando à emergência de uma nova visão que considera a língua como reflexo da sociedade, um sistema heterogêneo e dinâmico.

Essa mudança paradigmática abriu caminho para a Sociolinguística Variacionista, iniciada por William Labov na década de 1960. Labov, junto com Uriel Weinreich e Marvin Herzog, que formalizou uma teoria da mudança linguística baseada na variação observada empiricamente, demonstrando que a mudança ocorre devido à variação linguística presente no uso cotidiano da língua e que fatores sociais imprimem força atuante nesse processo.

A Sociolinguística de Contato surge para complementar a abordagem variacionista ao focar nos fenômenos linguísticos decorrentes do contato entre línguas e dialetos em contextos multilíngues. Essa perspectiva é crucial para entender a dinâmica da mudança linguística em sociedades onde múltiplas línguas coexistem e interagem, como nas comunidades de fala modernas e multiétnicas, mas também em contextos multilíngues, como em Angola.

A investigação sociolinguística no contexto de fala angolano deve, então, considerar a participação das línguas africanas na estrutura do português, língua oficial e veicular do país, e a dinâmica dos contatos linguísticos entre o português e as línguas nacionais. Analisar o português de Angola implica controlar variáveis morfossintáticas e compreender como diferentes línguas em contato moldam as práticas linguísticas locais, refletindo uma complexa rede de influências culturais e sociais.

Esse enfoque não apenas amplia a compreensão da realidade sociolinguística da comunidade de fala estudada, mas também contribui para uma análise mais rica e contextualizada dos processos de variação e mudança, considerando a complexidade sócio-histórica das relações sociais e culturais que permeiam o contexto linguístico abordado.

### 3. O ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE POSSESSIVOS: DOS COMPÊNDIOS GRAMATICAIS ÀS DESCRIÇÕES DAS VARIEDADES DO PORTUGUÊS

Apresenta-se, nesta seção, uma formalização analítica diacrônica do artigo definido e seu caráter variável junto a possessivos pré-nominais no devir histórico da língua, além de apresentar resultados de estudos já realizados sobre o fenômeno na variedade europeia, no Brasil e em África. No mais, são aventadas algumas questões teóricas sobre o estatuto semântico de determinante ocupado pelos possessivos.

#### 3.1 OS POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS E A DEFINITUDE: ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A ocorrência do artigo acompanhando possessivos é comumente observada em línguas de genitivo adjetival (AG) (do inglês *adjective genitive*), que têm como padrão a presença de um possessivo que não necessariamente atribui interpretação definida ao nome e, por isso, pode ser associado um determinante, geralmente em posição pré-nominal (Lyons, 1999). O italiano (1), o catalão (2) e o português (3) são exemplos de línguas com possessivos do tipo AG. Nelas, o artigo é dominante em construções possessivas e o possessivo se comporta como um adjetivo, figurando preferencial ou categoricamente acompanhado de um artigo definido.

(1): *il mio libro*<sup>19</sup>

(2): *el meu llibre*

(3): *o meu livro*

Na língua espanhola (4), na francesa (5) e na inglesa (6), a variante sem artigo antes de adjetivo possessivo é categórica, pois nelas o possessivo pré-nominal é interpretado nesse contexto como determinante<sup>20</sup>. Lyons (1999) descreve essas línguas como exemplos do tipo

---

<sup>19</sup> De acordo com a Grammatica Essenziale Italiano (Mosca, 2011, p. 51, grifos do autor), os adjetivos possessivos necessitam ser precedidos do artigo, mas o recusam nos seguintes casos: com os seguintes substantivos de parentesco no singular: *pai, mãe, filho, filha, marido, esposa, irmão, irmã* (ex. *meu pai, meu marido*, não *o meu pai, o meu marido*). Outros nomes de parentesco (*papai, mamãe*) já aceitam; outros ainda (*avô, avó, tio, tia*) toleram, mas seu uso é bastante coloquial. Todos esses substantivos requerem o artigo quando são alterados (diminutivos, termos carinhosos: *o meu filho, a minha esposinha*), quando estão no plural (*os meus irmãos*), quando o possessivo é seguido por outro adjetivo (*o meu querido pai*) e quando o substantivo é seguido de complemento específico (*o meu irmão de Nápoles*).

<sup>20</sup> Apesar disso, foram encontradas variantes dialetais do norte da península ibérica, nas regiões de León y Asturias, que possibilitam uso de possessivos com artigo definido na língua espanhola (*la mi casa*) (cf. Pereira, 2019).

genitivo determinante (DG) (do inglês *determiner genitive*). Outras línguas que se alinham com essas são o russo, o alemão e o dinamarquês.

(4): *mi* libro

(5): *mon* livre

(6): *my* book

Na gramática das línguas bantas, o sintagma nominal compreende nome(+modificador). Num SN, o nome é o núcleo e, se existir, o modificador pode ser um possessivo também (Nurse; Philippson, 2003; Ngunga, 2004). A exemplo da construção *mwanana wangu* (“meu filho”) em língua Copi, na qual o modificador possessivo aparece após o núcleo (*mwanana* = criança) (Ngunga, 2004). Serão focalizados, aqui, aspectos gramaticais de apenas 3 das diversas línguas bantas: o umbundo, o quimbundo e o quicongo, línguas nacionais com um número significativo de falantes em Angola e que muito contribuíram para a formação do PB.

No umbundo, a língua nacional mais falada em Angola, os possessivos formam duas classes: i. os que derivam dos pronomes pessoais, ou têm no seu radical um pronome pessoal, e ii. os que derivam dos prefixos pronominais, ou têm no seu radical um prefixo pronominal (Nascimento, 1894). No primeiro caso, os possessivos formam-se antepondo os prefixos pronominais das classes de substantivos aos seus radicais, modificando-os.

**Quadro 1** - Radicais dos possessivos pessoais no umbundo

|          | Pronome    | Radical      |
|----------|------------|--------------|
| singular | <i>ame</i> | <i>-ange</i> |
|          | <i>ove</i> | <i>-ove</i>  |
|          | <i>eie</i> | <i>-aie</i>  |
| plural   | <i>etu</i> | <i>-etu</i>  |
|          | <i>ene</i> | <i>-ene</i>  |
|          | <i>ovo</i> | <i>-avo</i>  |

**Fonte:** Adaptado de Nascimento, 1894, p. 39 [sem numeração no original]).

É possível observar esses radicais na formação de algumas palavras do umbundo, como em *bilongue*, (“casa; minha casa” – do umbundo: *mbilo*, cercado + *ange*, meu) e *angana-iangue*,

(“patrão, dono do serviço” – de *angana*: senhor, senhora + do umbundo *ange*, meu: assim, “meu patrão”) (Lopes, 2003), com os possessivos sempre sucedendo os substantivos na sentença.

No segundo caso, é necessário observar a classe de que o radical possessivo deriva para formar o pronome possessivo, à exemplo da seguinte construção, trazida por Nascimento (1894, p. 41):

|                           |                            |                     |                |
|---------------------------|----------------------------|---------------------|----------------|
| <b>o-ngombe</b>           | <b>i-alia</b>              | <b>oku-lia</b>      | <b>ku-a-io</b> |
| <i>o boi</i>              | <i>elle comeu a comida</i> | <i>ella de elle</i> |                |
| o boi comeu a sua comida. |                            |                     |                |

Aqui, o pronome possessivo *ku-a-io* é formado pelo radical possessivo do possuidor (nesse caso, o substantivo *o-ngombe*, “o boi”, pertence à 5ª classe<sup>21</sup>, que tem como prefixo *i-*, que se junta ao artigo definido *o* e forma o radical possessivo *-io*), precedido pelo prefixo pronominal da classe do objeto possuído (*ku-*, prefixo de 9ª classe<sup>22</sup> que faz referência a *oku-lia*, “comeu a comida”) e ligado a ele pela partícula genitiva “a”.

O artigo definido demonstrado no exemplo acima apresenta o único artigo da língua Umbundo, a partícula *o*, invariável em gênero e número e determinante de sentido para prefixos nominais:

o = *o, a, os, as*.

O artigo, no umbundo, é usado junto aos prefixos e só por si forma um prefixo virtual nas palavras que o não têm, a exemplo de *o-ngombe* (“o boi”), uma vez que os substantivos singulares de 5ª classe não têm prefixo. No caso de possessivos, o artigo definido é acoplado aos prefixos pronominais a fim de formar radicais de possessivos gerais, conforme já demonstrado (Nascimento, 1894), mas não demonstra exercer impacto semântico na questão da definitude do possessivo formado.

A gramática do quimbundo é bem semelhante à do umbundo, no sentido de que os adjetivos e pronomes possessivos concordam com o nome da mesma maneira como a partícula genitiva concorda com o nome do objeto possuído, recebendo um prefixo de concordância. Por

---

<sup>21</sup> Animais (cf. Nascimento, 1894, p. 07).

<sup>22</sup> Tempos verbais (cf. Nascimento, 1894, p. 07).

exemplo, na frase *mubika uami* (“o meu escravo”) temos o possessivo “*uami*” que consiste na partícula genitiva *u* + o possessivo de 1ª pessoa do singular *ami* (Chatelain, 1888).

Assim como no Umbundo, não há artigo indefinido no quimbundo, e o artigo definido “*o*” serve para ambos gêneros e números. Chatelain (1888, p. 18) diz que “algumas vezes” o pronome possessivo é precedido do artigo, por exemplo: *o uami* (“o meu”), mas não esclarece se o uso é facultativo ou condicionado a algum contexto linguístico.

O quicongo apresenta um sistema pronominal de posse bem similar ao umbundo e ao quimbundo, cujo emprego é condicionado pela classe e pelo número dos substantivos. No exemplo abaixo, Tavares (1915) apresenta uma construção que conta com um possessivo de 1ª pessoa do singular, *ame* (“meu”), empregado adjetivamente, e um pronome possessivo de 2ª pessoa do singular de 1ª classe, *u-aku* (“teu”), empregado substantivamente e precedido por um artigo definido.

|              |                                           |
|--------------|-------------------------------------------|
| <b>tel’o</b> | <b>ntekulu ame i o u-aku</b>              |
| chama        | o meu neto e o teu (Tavares, 1915, p. 40) |

O quicongo conta com três artigos definidos — *a*, *o*, *e* — e nenhum artigo indefinido. Os artigos definidos no quicongo apenas se empregam quando se fala de pessoas ou coisas determinadas. Exemplos: *butela a iana* (chamai os meninos), *tal’o muanza* (olha o rio), *bik’e kinguadi ki-ame* (deixa a minha perdiz) (Tavares, 1915).

Os exemplos demonstram que as línguas bantas têm, de fato, artigos definidos, que se apresentam como morfemas vocálicos afixados (prefixados, na maioria das vezes) a formas nominais, com a finalidade de marcar o número e a classe do substantivo. Para Petter (2008), a marcação do número e definitude no morfema à esquerda do núcleo do SN foi um fator relevante na aquisição da marca de número na primeira posição por parte dos falantes de línguas africanas (como em: *os caminhão todo um dia tão abastecer* (Chavagne, 2005, p. 240)), fato amplamente observado na variedade brasileira do português (Ex. *as três coisa mais importante; dois risco verde; os próprios vagabundo* (Naro; Scherre, 2003, p. 60)).

Definitude (do inglês *definiteness*), nos termos de Lyons (1999), é uma categoria gramatical das línguas que exibem marcação explícita de elementos de determinação. O conceito de definitude tem sido associado a questões de noções de familiaridade, identificabilidade, singularidade ou inclusão, fazendo referência a itens anteriormente mencionados. Sobre a definitude nas línguas africanas, Petter observa:

Sobre a definitude, convém observar que, normalmente, são os determinantes designados como *artigos* que permitem precisar as noções de referencialidade e identificabilidade. [...] Os artigos definidos tendem a ser menos autônomos que os demonstrativos. Em português eles são clíticos, agregam-se a uma palavra fonológica sem fazer parte da constituição morfológica da palavra. Nas línguas africanas com sistemas de classes nominais, de acordo com Creissels, a aglutinação de artigos definidos ao nome e a generalização de seu emprego levou freqüentemente (*sic*) a uma renovação da morfologia nominal, em que os antigos artigos definidos que concordavam em classe transformaram-se em afixos cuja função única é marcar a classe (2006: 135). (Petter, 2008, p. 124).

Lopes (2005), em estudo que visava explicar o uso variável de concordância de número no SN do português falado em Salvador, observa que nos sintagmas com possessivo, ou outra classe imediatamente anterior ao núcleo, a informação de definitude é expressa pelo elemento de posse. Por exemplo, na construção *o meus filhos*, é o possessivo “meus”, que apresenta tanto a marca de definitude e número quanto o indicativo de posse. O artigo é expletivo e não um marcador de definitude, pois dispensa a repetição de informações. Em decorrência disso, os possessivos, por serem fortes portadores de definitude, “são altamente ‘inibidores’” de outros elementos portadores de referencialidade, como o artigo definido, na fala soteropolitana (Baxter; Lopes, 2004, p. 46).

Rinke (2010, p. 136) esclarece que “a presença/ausência do artigo não indica o estatuto categorial do possessivo como adjetivo (*sic*) ou determinante”. A autora defende a inferência argumentando que: (i) os artigos podem não ser utilizados em línguas que dispõem de possessivos adjetivais, a exemplo da variedade brasileira da língua portuguesa, na qual o uso de artigo no contexto de possessivos não é categórico (diferentemente da variedade europeia), (ii) a omissão do artigo numa língua do tipo AG não sugere que seus possessivos sejam obrigatoriamente determinantes, ainda que um possessivo pré-nominal possa corresponder tipologicamente ao estatuto de determinante quando um artigo não figurar em sua companhia.

O artigo definido na língua portuguesa aventa debates relevantes, dado que o português é uma das línguas que estendem o uso do artigo definido a contextos específicos e variáveis, como possessivos e antropônimos, ainda que essas categorias sejam carregadas de forte valor semântico de definitude intrínseca, conforme observa-se em (1) e (2):

- (1) a. *Minha* irmã não trabalha.  
b. *A minha* irmã não trabalha.

- (2) a. *Maria* não trabalha.

b. *A Maria* não trabalha.

No que concerne ao emprego do artigo definido diante de pronomes possessivos, em sua Gramática da Língua Portuguesa, publicada em Lisboa, Maria Helena Mira Mateus e demais autoras (2003) afirmam que os possessivos expressam valores temáticos e de determinação e que são marcados por gênero e número; demonstrando dupla natureza lexical-funcional. Além disso, os possessivos seriam necessariamente precedidos por artigos definidos, ou outros demonstrativos, e alguns tipos de quantificadores. As autoras, contudo, pontuam as diferenças entre as variantes brasileira e europeia da língua no que diz respeito ao fenômeno: “Em PB é habitual, antes de possessivo pré-nominal, a ausência de artigo, enquanto em PE está sempre presente.” (Mira Mateus *et. al.*, 2003, p. 47).

Cintra e Cunha (2016, p. 228-229) prescrevem que:

1) Quando os substantivos que acompanham os adjetivos possessivos estão claros (*meu amor / o meu amor*), o uso do artigo é facultativo.

2) Quando o possessivo é parte integrante de uma expressão de tratamento (*Nossa Senhora, Vossa Excelência, Nosso Pai Santíssimo*) ou faz parte de um vocativo, o artigo é sistematicamente omitido.

3) Quando o pronome possessivo exerce função de pronome substantivo (*este lápis é meu / este lápis é o meu*), o emprego ou a omissão do artigo definido não tem apenas valor estilístico, mas corresponde a uma distinção significativa, alternando entre a denotação de posse e a evidenciação distintiva do objeto possuído.

Sobre este último caso, Bechara (2005, p. 157) contrapõe, afirmando, sem fornecer maiores esclarecimentos, que “é obrigatório o artigo, quando o possessivo é usado sem substantivo, em sentido próprio ou translato: Bonita casa era *a minha*.” Adicionalmente, “às designações de partes do corpo e nomes de parentesco, os artigos denotam a posse” (p. 158), sendo “*traz a cabeça embranquiçada*” semanticamente equivalente a “*traz sua cabeça embranquiçada*”, um ponto a favor da compreensão de possessivos como determinantes.

Cipro Neto e Infante (2008, p. 285) fazem uma breve menção, indicando que “o artigo é optativo antes dos possessivos”, exemplificando na literatura. Cegalla reforça, ao dizer que “o uso do artigo antes dos pronomes possessivos, salvo em alguns casos, fica ao arbítrio de quem escreve.” (Cegalla, 2009, p. 281). A atual tendência seria a preferência pelo uso do artigo diante dos possessivos que não se referem a nomes de parentesco, excetuando-se apenas a ênfase ao nome ao qual o possessivo se refere (“*Vimos ver o meu pobre irmão*”), o que

justificaria a presença do artigo. Sintaticamente, porém, o uso do artigo no contexto de possessivos “é, geralmente, livre”, de acordo com o autor (2009, p. 552).

Sobre as relações de parentesco, Jespersen e De La Grasserie (*apud* Krámsky, 1972, p. 25) apontam que, quando, por sua natureza, o possuído já é claramente específico, como no caso de “parentesco hiper definido”, o artigo torna-se redundante (como em “*meu pai*” e “*meu irmão*” em oposição a “*meu professor*”). A ausência categórica de artigo em vocativos, assim como sua notável baixa frequência em apostos, também foi atribuída à hiperespecificidade, ainda segundo os autores.

Maria Helena de Moura Neves, em sua Gramática de Usos do Português (Neves, 2000), esclarece que a função do artigo definido pode ser interpretada pelo aspecto da determinação. Assim, o artigo equivaleria a um pronome possessivo, quando junto de substantivos que designam partes do corpo (“*eu podia ter quebrado o braço*”), relações de parentesco (“*cozinha para os irmãos*”), peças de uso pessoal (“*tirou a camisa e deixou-a na cama*”) e faculdades de espírito e sentimentos (“*mas as lembranças amargas persistiam*”).

Um outro caso do uso do artigo determinando o nome é quando está expresso o substantivo, podendo o possessivo usar-se com ou sem artigo. Observa-se, entretanto, que não se emprega, sistematicamente, o artigo definido quando o possessivo: é parte integrante de uma fórmula de tratamento ou de expressões como “*Nosso Pai*” (referente ao Santíssimo), “*Nosso Senhor*” ou “*Nossa Senhora*”, quando faz parte de um vocativo (“*Está bem, Ø meu senhor, obedeço!*”) e quando vem precedido de um demonstrativo (“*...com estes Ø meus olhos abertos...*”).

A autora reforça que não se emprega, geralmente, o artigo definido quando o possessivo pertence a certas expressões feitas, como “*em minha opinião*”, “*em meu poder*”, “*a seu bel-prazer*” e “*por minha vontade*”, embora reconheça que essas expressões também ocorrem com artigo.

Além de vir normalmente precedido de artigo o possessivo que está posposto ao substantivo (“*lava os olhos meus*”), Neves aponta para a generalização do uso do artigo antes de possessivos empregados como núcleo do sintagma nominal (“*respeito quem tem um outro estilo de vida, mas o meu é esse*”).

É nesse sentido que Rocha Lima (2011, p. 392) reforça que os possessivos, quando ao lado de nomes, podem vir precedidos, ou não, de artigo, contudo, não se dispensa o artigo em frases com possessivos pré-nominais que se referem a elementos posse inerente. Em frases de construção paralela, a supressão do artigo dá-lhes significação diversa: quando acompanhado

de artigo, o possessivo indica, entre a pluralidade dos possuídos, qual é o que pertence ao nome; quando desacompanhado de artigo, o possessivo afirma, apenas, a propriedade, como em “entrou na casa que era *a sua*” e “entrou na casa que era *sua*”.

Importa ressaltar que, neste trabalho, são analisados os possessivos pré-nominais, porquanto são pronomes adjetivos subordinados a um substantivo claro na qualidade de adjunto adnominal (como em “*meu pai foi um homem de bem*”, em que “meu” é adjunto adnominal do núcleo “pai”, possibilitando a variação no uso do artigo definido antecedendo-o), em oposição aos seguintes casos: (i) possessivos que exercem função de pronomes substantivos e que se subordinam a substantivos ocultos (como em: “*este livro é o meu*”, em que “meu” é adjunto adnominal do núcleo “livro”, oculto, ao qual necessariamente se prende também o artigo “o”) e (ii) possessivos que funcionam como predicativo, função de natureza adjetiva (como em “*este livro é meu*”, em que “meu” está na qualidade de predicativo) (cf. Rocha Lima, 2011).

Finalmente, assume-se postura semelhante a de Castro (2006<sup>23</sup>, 2016), que defende que, no português, a posição de possessivos pode ser associada à definitude, argumentando que é o caso do PB, sugerindo que a diferença entre o uso ou não do artigo diante de possessivos pré-nominais seja somente uma questão expletiva, ou seja, semanticamente o artigo é vazio, “uma vez que não contribui para a codificação (de definitude) do sintagma nominal” (Castro, 2016, p. 10) e que a definitude está incorporada no próprio possessivo.

## 3.2 A VARIAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO EM CONTEXTOS DE POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS NA LÍNGUA PORTUGUESA: PERCURSO HISTÓRICO

### 3.2.1 Do latim ao português: o artigo definido

O artigo definido é fruto de um longo processo de mudança linguística e compreende o processo de gramaticalização do demonstrativo *ille*, do latim, e a sua recategorização como artigo definido na língua portuguesa. Originalmente, o sistema demonstrativo latino era composto por *hic* (1ª pessoa), *iste* (2a), *ille* (3a), *is* (todas as pessoas) e *ipse* (como marca de identidade) (Silva Neto, 1979).

---

<sup>23</sup> A tese de Castro (2006) é sobre a variação no emprego de diferentes formas de possessivos. A alternância entre o uso ou não do artigo definido diante de possessivos, embora componha uma seção do estudo, não constitui o tema central de sua pesquisa, sendo apenas uma parte dela.

No latim vulgar, que prevaleceu do século II ao século V d.C. (Silva Neto, 1979), apenas *iste*, *ipse* e *ille* mantiveram-se como demonstrativos. Com o tempo, *ille* perdeu seu sentido demonstrativo e passou a ser usado com sentido de definitude, constituindo-se como artigo. Isso ocorreu porque *ille* fazia referência a um indivíduo ausente, mas conhecido pelo ouvinte, função identificadora que o tornava apropriado para ser empregado como artigo definido (Lausberg, 1973).

O artigo, à princípio, teria uma distinção demonstrativa na língua portuguesa (Câmara Junior, 1985). Maurer Jr. (1959) afirma que o enfraquecimento semântico dessa função demonstrativa aconteceu aos poucos, distanciando-o da função anafórica do demonstrativo, mantendo apenas a noção de definitude que lhe era peculiar.

[a] função demonstrativa [do artigo] pode perceber-se ainda em dizeres nos quais, ou pelo contexto, ou por ajuntar-se ao nome algum qualificativo ou frase equivalente, se aponta o ente ou entes de quem se trata. Mas esta função se amorteceu desde que se tornou um costume o antepor, sem grande necessidade, a qualquer substantivo o vocábulo *o*, *a*, tornando-se o seu companheiro quase inseparável. Desde então passou o demonstrativo a ser artigo (Said Ali, 1965, p. 123).

Mattos e Silva (2001, p. 23) reforça que a gênese do artigo definido se deu a partir da forma acusativa latina *ille*, tendo se sedimentado no português como determinante do substantivo. A autora afirma que o artigo definido surgiu para satisfazer a necessidade de especificação dos seres, bem como o desejo de clareza e especificidade próprio do latim vulgar e, subsequentemente, das línguas românicas.

o artigo não era próprio ao latim clássico; no latim corrente do Império Romano se especializou um dos demonstrativos do complexo sistema de demonstrativos latinos, *ille*, na forma do acusativo, como o determinador por excelência dos nomes substantivos, além de marcador básico do gênero (Mattos e Silva, 2001, p. 23).

Tarallo (1990) descreve a transição do *ille* para o artigo definido como um processo que ocorreu nos últimos momentos do latim falado. O autor menciona que a dinâmica da mudança para chegar às formas conhecidas na língua portuguesa atualmente ocorreu da seguinte maneira:

Masculino singular: *illu* > *elo* > *lo* > *o*

Feminino singular: *illa* > *ela* > *la* > *a*

Masculino plural: *illos* > *elos* > *los* > *os*

Feminino plural: *illas* > *elas* > *las* > *as*

O artigo definido, no latim vulgar, já devia perder geralmente a sílaba inicial em consequência de sua posição proclítica, como revelam quase uniformemente as línguas românicas (Maurer Jr., 1959). O que diferencia o português das demais línguas românicas, contudo, é a queda do *l* nos artigos definidos, consoante que foi preservada no francês (*le, la*), no castelhano (*el, lo, la*), no italiano (*il, lo, la*). Convém destacar que as formas *lo, los, la* e *las* do artigo definido foram identificadas em documentos da área galega e, eventualmente, em textos do português arcaico (Mattos e Silva, 2001; Cunha e Cintra, 2001).

Essa emergência de uma nova categoria na língua latina chegou primeiro à fala, enquanto a escrita da época demonstrava uma variação no uso do *ille* exercendo a função de artigo definido, de acordo com Tarallo (1990). O autor ainda aponta para o encaixamento do artigo ao sistema linguístico do latim vulgar, reforçando o caráter dinâmico da língua e da configuração dos processos de variação e mudança.

O latim clássico possuía um sistema para a indeterminação e a indefinidade dos substantivos que apareciam, então, formalmente marcados. Por exclusão, os substantivos sem marca formal determinativa poderiam ser interpretados como definidos. No português moderno, entretanto, a falta da marca formal também garante uma leitura, mas a da indefinidade. Nesse sentido, dissemos que a aquisição de artigos pelas línguas românicas constitui uma instanciação de ganhos morfológicos não-encaixados, pois a função existia no latim clássico sem ser formalmente marcada: as línguas românicas implementaram assim uma nova forma para retomar uma antiga função. (Tarallo, 1990, p. 138).

Na passagem do latim ao português, o *l*, agora inicial, dos artigos definidos caiu desta posição devido “à evolução fonética normal das consoantes” (Tarallo, 1990, p. 137), resultando nos artigos definidos *o, a, os* e *as*. Assim, a reconfiguração de uso dos pronomes demonstrativos, não mais com a intenção de localização espacial, mas sim para determinar um nome de forma específica, atendendo à necessidade de especificação dos seres, resultou na diferenciação entre o pronome demonstrativo, com suas partículas de reforço, e o artigo definido na língua latina (Nazário, 2011).

### 3.2.2 Estudos antecedentes em *corpora* diacrônicos

Quando se considera o artigo definido antecedendo possessivos pré-nominais na língua portuguesa, faz-se necessário recorrer a estudos diacrônicos retrospectivos sobre o fenômeno, reunindo e sintetizando os resultados de pesquisas primárias, visando compreender as origens do fenômeno e, conseqüentemente, situá-lo num panorama sociolinguístico.

Assim, o estudo de Costa (2002) analisa a presença ou ausência do artigo definido diante de possessivos e de antropônimos no português arcaico, abrangendo o período do século XIII ao século XVI. Os textos selecionados, que visavam cobrir todo o período arcaico da língua portuguesa, foram:

**32 documentos notariais editados por Clarinda Maia (T.C.M.):**

**Período:** Datados entre 1281 e 1484 (século XIII ao final do século XV).

**Características:** Documentos de caráter particular e não literários, provenientes da região de Entre-Douro-e-Minho.

**Crônica de D. Pedro (C.D.P.), de Fernão Lopes:**

**Período:** Produzida entre 1418 e 1454.

**Características:** Considerada um marco na prosa medieval portuguesa, a obra de Fernão Lopes imita a historiografia anterior, utilizando relatos contemporâneos e outros textos para compor sua narrativa histórica. A crônica é um exemplo significativo da prosa elaborada em português na época, destacando-se pelo seu estilo detalhado e pela sua importância histórica.

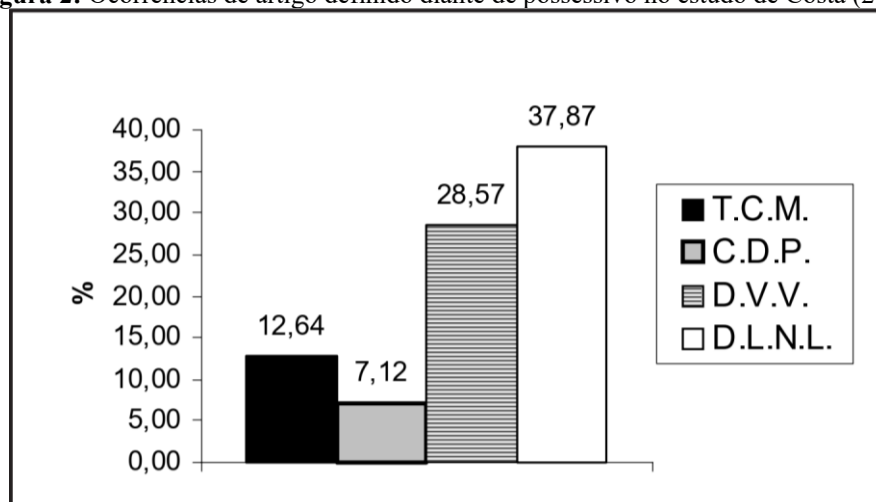
**Diálogo da Viçiosa Vergonha (D.V.V.) e Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem (D.L.N.L.), ambos de João de Barros:**

**Período:** Fim do período arcaico e início do período moderno, com as primeiras edições datadas de 1540.

**Características:** Esses textos pedagógico-gramaticais fazem parte do conjunto de obras de João de Barros, um dos principais representantes do Humanismo português. O “Diálogo da Viçiosa Vergonha” é uma obra moralizante que estabelece regras de comportamento para a juventude, enquanto o “Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem” complementa a gramática do autor, discutindo a origem das línguas, com especial ênfase na conservação das características do latim pelo português.

Os resultados da análise demonstraram que o uso do artigo definido diante de possessivos intensificou-se ao longo do tempo, especialmente nos textos do final do período arcaico (século XVI), como no “Diálogo da Viçiosa Vergonha” e no “Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem”, sendo a variável **possessivo sem artigo** a que apresentou o maior percentual em todos os textos.

**Figura 2:** Ocorrências de artigo definido diante de possessivo no estudo de Costa (2002)



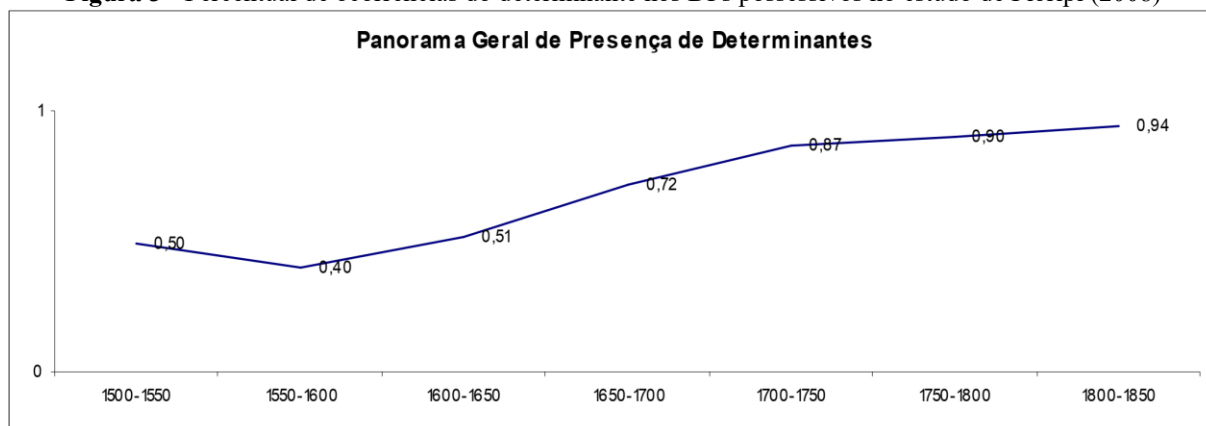
**Fonte:** Extraído de Costa (2002, p. 289, Gráfico 03).

Algumas variáveis influenciaram significativamente o uso do artigo no contexto de possessivos, tais como: *a variável singular* – o uso do artigo se mostrava mais proeminentemente diante de possessivos que ocorriam no singular –, *o sintagma preposicionado* – reforçando a ideia de “que a preposição vem a ser estímulo ao uso do artigo definido” (Costa, 2002, p. 293) – e *a preposição contraída* – indicando que a contração com preposição favorece o uso do artigo definido, “uma vez que a tendência aí é preposição e artigo serem vistos como único morfema” (Costa, 2002, p. 296).

Posteriormente, a tese de Floripi (2008) investigou a variação no uso do determinante em sintagmas nominais possessivos em textos de autores portugueses nascidos entre os séculos XVI e XIX. Reforçando o observado em Costa (2002), Floripi aferiu que, ao longo do tempo, o uso do artigo passou de variável a obrigatório nas estruturas investigadas. A pesquisa buscou identificar os contextos afetados pela mudança e analisar os fenômenos envolvidos utilizando

uma abordagem minimalista, baseada no Modelo de Princípios e Parâmetros do gerativismo, usando como amostra 23 textos<sup>24</sup> pertencentes ao *Corpus Tycho Brahe*<sup>25</sup>.

**Figura 3** - Percentual de ocorrências do determinante nos DPs possessivos no estudo de Floripi (2008)



**Fonte:** Extraído de Floripi (2008, p. 138, Gráfico 2).

#### <sup>24</sup> **Século XVI:**

- Fernão Mendes Pinto (1510-1583) *Perigrinação* (52.555 palavras).
- Francisco de Holanda (1517-1584) *Da Pintura Antiga* (52.538 palavras).
- Diogo do Couto (1542 - 1606) *Décadas* (selecção, prefácio e notas de Antônio Baião) (47.448 palavras).
- Luis de Sousa (1556 - 1632) *A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires* (52.928 palavras).
- F. Rodrigues Lobo (1579 - 1621) *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno* (52.429 palavras).

#### **Século XVII:**

- Manuel da Costa (1601 - 1667) *Arte de Furtar* (52.867 palavras).
- Antônio Vieira (1608 - 1697) *Sermões* (53.855 palavras).
- Antônio Vieira (1608 - 1697) *Cartas* (57.088 palavras).
- F. Manuel de Melo (1608 - 1666) *Cartas* (58.070 palavras).
- Antônio das Chagas (1631-1682) *Cartas Espirituais* (54.445 palavras).
- Manuel Bernardes (1644 - 1710) *Nova Floresta* (52.374 palavras).
- J. Cunha Brochado (1651 - 1735) *Cartas* (35.058 palavras).
- Maria do Céu (1658-1753) *Rellacao da Vida e Morte da Serva de Deos a Veneravel Madre Elenna da Crus* (27.410 palavras).
- André de Barros (1675-1754) *A Vida do Padre Antônio Vieira* (52.055 palavras).
- Alexandre de Gusmão (1675-?) *Cartas* (32.433 palavras).

#### **Século XVIII:**

- Cavaleiro de Oliveira (1702 - 1783) *Cartas* (51.080 palavras).
- Matias Aires (1705 - 1763) *Reflexão sobre a Vaidade dos Homens e Cartas sobre a Fortuna* (56.479 palavras).
- Luís Antônio Verney (1713-1792) *Verdadeiro Método de Estudar* (49.335 palavras).
- Antonio da Costa (1714-?) *Cartas do Abade Antonio da Costa* (27.096 palavras).
- Correia Garção (1724 - 1772) *Obras Completas* (24.924 palavras).
- Marquesa D'Alorna (1750-1839) *Cartas e outros Escritos* (49.512 palavras).
- Almeida Garrett (1799-1854) *Viagens na minha terra* (51.784 palavras).

#### **Século XIX:**

- Ramalho Ortigão (1836 - 1915) *Cartas a Emília* (32.441 palavras).

<sup>25</sup> Este *corpus* eletrônico anotado contém textos em prosa escritos em português por falantes nativos do PE, nascidos entre 1380 a 1978, com acesso a todos os pesquisadores interessados, disponibilizado no seguinte endereço: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>.

A análise feita pela autora buscou entender a reanálise dos traços de definitude e posse no determinante e suas implicações para as gramáticas do PE e do PB. Os dados apontam um aumento significativo no uso de determinantes em DPs (*determiner phrases*) possessivos ao longo dos séculos: entre 1500 e 1550, o uso de determinantes era de aproximadamente 50%, mas esse número aumentou para cerca de 94% entre 1750 e 1800, e praticamente 100% entre 1800 e 1850, culminando na categorização do artigo nesse contexto no PE, que se mantém até os dias atuais.

Enquanto Said Ali (1964) e Mattos e Silva (2002) indicavam que a mudança na regra de aplicação obrigatória do artigo diante de possessivos ocorrera no início do século XIX, e Magalhães (2002) sugeria que essa mudança ganhara força no século XVIII, a tese de Floripi (2008), abrangendo o período de 1500 a 1850 e um maior número de autores, demonstrou que a mudança na aplicação do artigo diante de DPs possessivos começara ainda antes do que Magalhães descrevera, com indícios de mudança identificados já em meados do século XVII, como evidenciado no texto de Cunha Brochado, nascido em 1651.

Para atingir seus resultados, a tese de Floripi adotou a proposta de Castro (2006) como um dos fundamentos teóricos para analisar a variação dos possessivos no Português ao longo do tempo, partindo da noção de que os possessivos pré-nominais são núcleos e ocupam a posição de núcleo de D (determinantes) para explicar a obrigatoriedade crescente do artigo definido em DPs possessivos ao longo dos séculos.

A tese de Castro (2006) apresentou uma análise para explicar as diferenças entre o PE e o PB, propondo que as duas variedades têm o mesmo sistema possessivo, mas diferem na realização fonética do artigo definido expletivo: foneticamente realizado em PE e nulo em PB, implicando que o comportamento distinto dos possessivos nas duas variedades se deve ao sistema do determinante, não ao sistema possessivo em si. Com base no comportamento do PB e PE, Castro propõe que, em ambas as variedades, o possessivo é gerado no próprio núcleo D e o determinante está adjunto à posição D, com o possessivo se comportando como núcleo. Nesse caso, a autora propõe que o determinante (artigo definido) é apenas um elemento expletivo sem função semântica na língua portuguesa, enquanto o possessivo é gerado numa base funcional no núcleo de D.

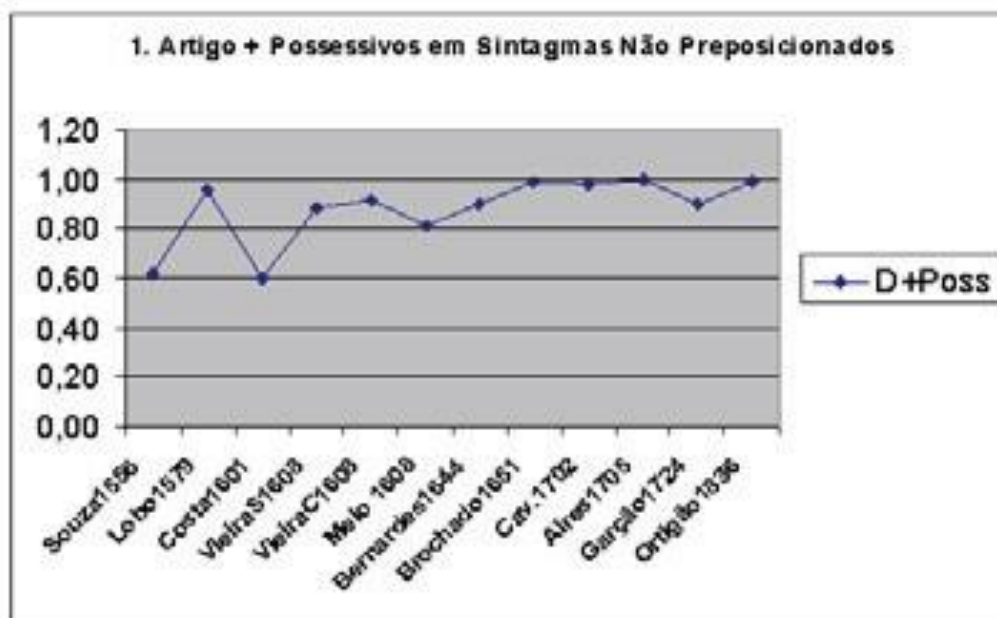
A pesquisa de Magalhães (2011), que se baseou em uma análise diacrônica de 12 textos<sup>26</sup>, de autores portugueses nascidos entre os séculos XVI e XIX, extraídos do *Corpus*

---

<sup>26</sup> Século XVI:

*Tycho Brahe*. revelou dois momentos distintos quanto à variação do artigo diante de possessivos no PE: a variação ocorria em sintagmas não preposicionados no século XVI, mas deixou de existir no século XVIII. Já a variação em sintagmas preposicionados ocorreu do século XVII ao XIX, o que culminou na presente categorização do uso.

**Figura 4** - Artigo + Possessivos em Sintagmas Não Preposicionados no estudo de Magalhães (2011)



Fonte: Extraído de Magalhães (2011, p. 133, Gráfico 1).

- Luis de Sousa (1556 - 1632) *A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires* (52.928 palavras).
- F. Rodrigues Lobo (1579 - 1621) *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno* (52.429 palavras).

#### **Século XVII:**

- Manuel da Costa (1601 - 1667) *Arte de Furtar* (52.867 palavras).
- António Vieira (1608 - 1697) *Sermões* (53.855 palavras).
- António Vieira (1608 - 1697) *Cartas* (57.088 palavras).
- F. Manuel de Melo (1608 - 1666) *Cartas* (58.070 palavras).
- Manuel Bernardes (1644 - 1710) *Nova Floresta* (52.374 palavras).
- J. Cunha Brochado (1651 - 1735) *Cartas* (35.058 palavras).

#### **Século XVIII:**

- Cavaleiro de Oliveira (1702 - 1783) *Cartas* (51.080 palavras).
- Matias Aires (1705 - 1763) *Reflexão sobre a Vaidade dos Homens e Cartas sobre a Fortuna* (56.479 palavras).
- Correia Garção (1724 - 1772) *Obras Completas* (24.924 palavras).

#### **Século XIX:**

- Ramalho Ortigão (1836 - 1915) *Cartas a Emília* (32.441 palavras).

**Figura 5** - Artigo + Possessivos em Sintagmas Preposicionados no estudo de Magalhães (2011)



**Fonte:** Extraído de Magalhães (2011, p. 133, Gráfico 2)<sup>27</sup>.

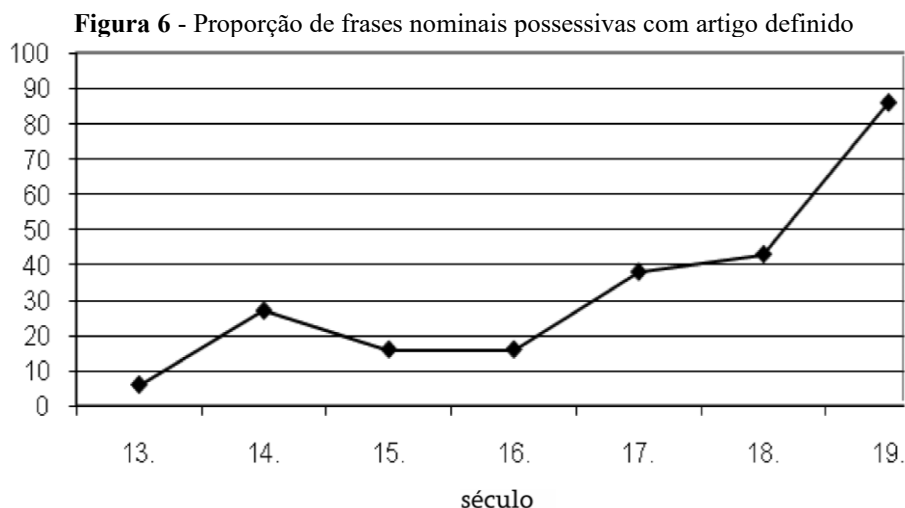
Os resultados mostram uma clara progressão de uso do artigo definido diante de possessivos ao longo dos séculos, dado que no século XVI havia uma considerável variação, com ambos os usos (com e sem artigo) sendo comuns, enquanto no século XVII essa variação começou a diminuir, especialmente em contextos não preposicionados. No século XVIII, o uso do artigo antes dos possessivos em contextos não preposicionados tornou-se quase universal, indicando uma normatização crescente. No século XIX, essa regra se consolidou, tornando-se a norma gramatical que impera até hoje no PE.

Rinke (2010), em sua análise, traz, primeiramente, as seguintes propriedades dos possessivos no português medieval: a) havia formas possessivas femininas (*ma*, *ta*, *sa*) que divergem das formas atuais do português, b) os possessivos figuravam preferencialmente em posição pré-nominal, c) os possessivos ocorriam preferencialmente sem artigo (cf. Mattos e Silva, 1989).

Na sequência, e reforçando as observações de Floripi (2008) e Magalhães (2011), Rinke investiga diacronicamente os possessivos no português num total de 1632 frases nominais do século XIII ao século XX. Para os séculos XIII, XIV, XV e XVI a autora escolheu a edição de

<sup>27</sup> No século XVIII, Garção apresenta um índice de uso de possessivos sem artigo comparável ao uso do século XVII. Para Magalhães (2011, p. 132), esse resultado é observado em outros estudos também, o que parece demonstrar um “comportamento arcaizante” deste autor em particular.

documentos notariais do século XIII até ao século XVI, publicada por Martins (2001), com documentos provenientes do norte de Portugal e da região de Lisboa. Para os séculos XVII, XVIII e XIX, a autora optou por textos narrativos literários e cartas de diferentes autores, considerando dois autores por século.



Fonte: Extraído de Rinke (2010, p. 130, Diagrama 01).

Os resultados indicam o artigo quase categoricamente ausente no século XIII (6% de aplicação), enquanto no século XIX, na outra extremidade do gráfico, o artigo ocorre sistematicamente. No intermédio do intervalo, do século XIV ao XVIII, a ocorrência do artigo é variável, sendo a omissão dominante até o século XVIII.

Rinke ainda sugere que a função categorial dos possessivos na língua portuguesa não é alterada pela presença dos artigos, mas que a extensão do uso do artigo nesse contexto é um fenómeno discursivo, e não categorial, o que explicaria sua distribuição ao longo dos séculos e a eventual generalização em SNs possessivos.

A mudança linguística não afecta (*sic*) o estatuto categorial dos pronomes possessivos, mas está relacionada com a difusão do emprego do artigo definido, que surge primeiro como marcador de um tópico discursivo e se estende depois a todos os contextos em que um sintagma nominal com possessivo é interpretado como definido (Rinke, 2010, p. 136).

Silva (1982) desenvolveu uma investigação sobre os fatores que atuam sobre a variação do uso do artigo antecedendo possessivos partindo de alguns *corpora*, tanto do PE, em que aferiu textos escritos entre os séculos XV e XX, como do PB, em que examinou textos escritos entre os séculos XVI e XX. A pesquisa constatou o já mencionado aumento significativo da

frequência de aplicação do artigo em Portugal a partir do século XV até a categorização, o que não se verificou de igual forma no Brasil.

Os corpora diacrônicos utilizados pela autora contaram com os seguintes textos:

Para Portugal:

- *Chronica do Condetabre de Portugal*, Dom Nuno Alvarez Pereira – Século XV.
- *Chronica do Senhor Rei*, D. Fernando – Século XV.
- *História de Menina e Moça*, Bernardim Ribeiro – Século XVI.
- *Tratado de Província do Brasil*, Pero de Magalhães Gândavo – Século XVI.
- *Verdadeiro Método de Estudar*, Luís Antônio Verney – Século XVIII.
- *O Judeu*, José Antônio – Século XVIII.
- *As Pupilas do Sr. Reitor*, Júlio Diniz – Século XIX.
- *10 Jornais diários de Lisboa* – Século XX.

Para o Brasil:

- *Sermões Comentados*, Padre Antônio Vieira – Século XVII
- *O Rio de Janeiro no século XVII*, Câmara do Rio de Janeiro – Século XVII
- *Documentos sobre a Inconfidência Mineira*, Vários Autores – Século XVIII
- *Escrava Isaura*, Bernardo Guimarães – Século XIX

Nos quadros a seguir estão representados os *overall*, nas palavras da autora, isto é, as frequência dos corpora sem que as variáveis sejam levadas em consideração:

**Tabela 1** - Realização do artigo frente ao possessivo. *Overall* dos corpora em Portugal no estudo de Silva (1982)

| CORPORA      | OVERALL         | CORPORA           | OVERALL         |
|--------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| Nun' Alvarez | 25/243   10,3%  | Séc. XVIII        | 113/284   39,8% |
| D. Fernando  | 16/691   2,3%   | O Judeu           | 238/399   62,8% |
| B. Ribeiro   | 150/509   29,5% | Júlio Diniz       | 647/790   81,9% |
| Gândavo      | 1/74   1,3%     | Jornais (Séc. XX) | 291/325   89,5% |

Fonte: Adaptado de Silva (1982, p. 314, Tabela 5.23)

**Tabela 2** - Realização do artigo frente ao possessivo. *Overall* dos corpora no Brasil no estudo de Silva (1982)

| CORPORA                                 | OVERALL         |
|-----------------------------------------|-----------------|
| Pe. Antônio Vieira                      | 180/437   41,2% |
| Câmara RJ Séc. XVII<br>(só <u>seu</u> ) | 19/169   11,2%  |
| Doc. Séc. XVIII                         | 96/284   33,8%  |
| Escrava Isaura                          | 82/320   25,6%  |

Fonte: Adaptado de Silva (1982, p. 315, Tabela 5.23)

Em Portugal, o único fator controlado pela tese que desfavoreceu o uso do artigo antes de possessivo era quando o possuído carregava alto nível de especificidade, como nos casos de parentesco. Uma sutil diferença semântica entre construções como *Ø seu livro* e *o seu livro* também foi constatada, indicando que o uso do artigo estaria relacionado à questão da especificidade, favorecendo mais o seu uso. No âmbito morfossintático, foi observado que os possessivos que eram acompanhados de preposição com as quais o artigo poderia se contrair eram produzidos quase categoricamente com o artigo.

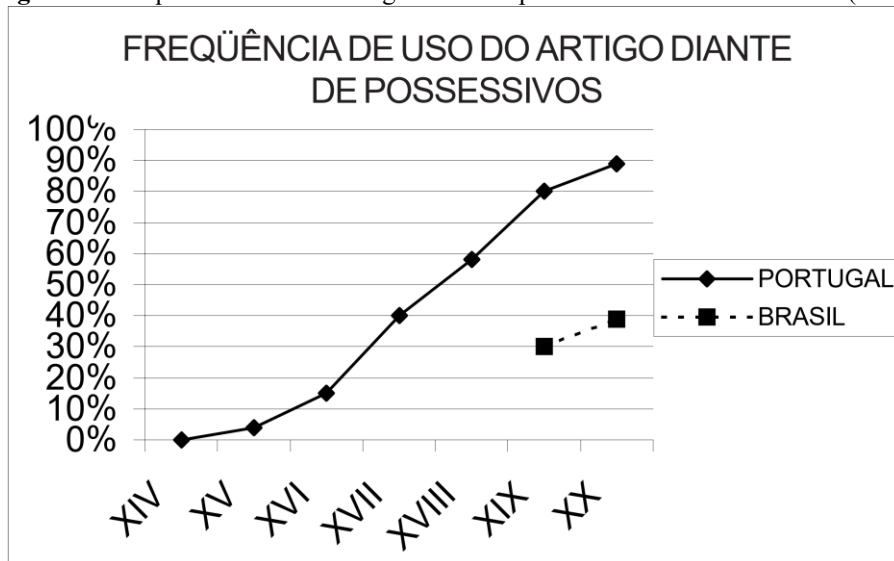
No Brasil, os casos de parentesco também inibiram o uso do artigo diante de possessivos, ao que a autora recorreu à hipótese do alto nível de determinação dos nomes de parentesco, o que dispensaria o artigo antecedendo possessivos. No entanto, os dados gerais não apresentaram mudança, como a que houve em Portugal, mas uma variação constante através de cinco séculos.

A causa desta maior aplicação da regra em Portugal é obscura para nós, já que não aplicamos em Portugal nem o teste de atitude nem um teste que evidenciasse a diferença de uso entre as diversas camadas sociais, faixas etárias, idade, sexos. No Brasil, mesmo não havendo consciência a respeito do maior ou menor prestígio da realização do artigo, demonstrou-se haver leve correlação indireta da presença do artigo tanto com a instrução dos falantes quanto dos seus pais, parecendo que a influência seja mais da classe social e de seu formalismo do que a instrução propriamente dita. Não podemos inferir que o mesmo ocorra em Portugal, mas é possível. De certa maneira, confirma-se o que disse Méier (1973, p. 13) a respeito das diferenças do Brasil relativamente ao Portugal: “talvez continuam uma fase mais antiga do português, juntando-se, assim, às feições conservadoras do português do Brasil.” (Silva, 1982, p. 391).

Com efeito, Callou e Silva (1997) muito bem exemplificam que a dinâmica percentual de ocorrência do artigo diante de possessivos no Brasil no século XX equivale ao percentual de uso em Portugal no século XVII, reforçando a afirmação de que o português do Brasil indica

conservadorismo no que se refere à ausência do artigo diante de possessivo (cf. Marroquim, 1945; Méier, 1973), conforme observa-se no gráfico a seguir:

**Figura 7** - Frequência de uso do artigo diante de possessivos em Callou e Silva (1997)



Fonte: Extraído de Costa (2002, p. 288, Gráfico 1.)

Portanto, observou-se aqui o fenômeno variacional de uso de artigo definido diante de possessivos na língua portuguesa ao longo da história, resultando em duas amplas frentes: a categorização de uso no PE e a variação no PB, com ambos os cenários tendo como pano de fundo uma crescente no uso do artigo nesse contexto desde o português arcaico até os dias atuais.

### 3.4 ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DE VARIEDADES CONTEMPORÂNEAS

#### 3.4.1 O português brasileiro contemporâneo

A fim de melhor descrever os fatores condicionantes do fenômeno, Callou e Silva (1997) analisaram o uso do artigo em dois contextos específicos (possessivos e nomes próprios) em *corpora* de língua oral — falantes das cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife com curso universitário completo (Projeto NURC/Br). Foi possível identificar o caráter diatópico da variação do fenômeno ao passo que as duas cidades do Nordeste (Recife e Salvador) contrastavam nitidamente com as três do Sudeste/Sul (Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), conforme observa-se na tabela:

**Tabela 3** - Aplicação do artigo diante de possessivos em capitais brasileiras

| <b>Região</b>  | <b>Aplic.</b> | <b>%</b> | <b>P.R.</b> |
|----------------|---------------|----------|-------------|
| Recife         | 59/98         | 60       | ,35         |
| Salvador       | 57/87         | 66       | ,38         |
| Rio de Janeiro | 280/399       | 70       | ,54         |
| São Paulo      | 147/209       | 70       | ,50         |
| Porto Alegre   | 26/33         | 79       | ,70         |

Fonte: Extraído de Callou e Silva (1997, p. 21).

As autoras observaram que a frequência do emprego de artigo no Brasil no século XX praticamente correspondia à frequência deste emprego em Portugal nos séculos XVI e XVII, exatamente quando se deu a colonização do Brasil, o que as permitiu inferir que é justamente onde há maior conservadorismo linguístico, ou seja, onde a colonização se iniciou há mais tempo, que é mais baixa a realização do artigo, tanto acompanhando antropônimos, quanto possessivos.

A possibilidade de contração do artigo com preposições antecedendo possessivos apresentou peso relativo alto nos dados. O tipo de possuído também constituiu fator relevante para as autoras, que pensavam que, quando, por sua natureza, o possuído já fosse claramente específico, como nos casos de parentesco, não haveria necessidade de artigo.

Uma análise mais aprofundada pelas autoras aferiu não ser propriamente a definição generalizante do nome de parentesco a responsável pela inibição do artigo, dado que qualquer relação humana do tipo “amigo”, “vizinho”, “médico” etc... também desfavoreciam o artigo, o que indicava não ter relação com a questão da posse, mas com as relações humanas de modo geral. Assim, a hipótese subjacente adotada pelas autoras foi, por ordem crescente de inerência: *parentes* (pai, mãe, filhos, irmãos, marido, mulher, tios, primos), *relações únicas* (dentista, patrão); *relações não-únicas* (vizinho, amigo), *abstrações únicas ou não* (vida, pensamento); *objetos não-únicos* (livro, caneta), *objetos aparentemente inerentes na cultura brasileira* (carro, escova de dente) e *partes do corpo*, inerentes em qualquer cultura. Os resultados estão expostos no quadro abaixo:

**Quadro 2** - Aplicação de uso do artigo diante de possessivos, quanto ao tipo de possuído no estudo de Callou e Silva (1997)

|                      | <b>oco</b> | <b>%</b> | <b>P.R.</b> |
|----------------------|------------|----------|-------------|
| Parentes             | 58/132     | 44       | ,24         |
| Relações             | 38/58      | 66       | ,40         |
| abstrações ã. únicas | 216/288    | 75       | ,55         |
| abstrações únicas    | 112/154    | 73       | ,48         |

|                       |       |    |     |
|-----------------------|-------|----|-----|
| objetos não-inerentes | 31/50 | 62 | ,49 |
| objetos inerentes     | 76/88 | 86 | ,78 |
| partes do corpo       | 19/22 | 86 | ,76 |

**Fonte:** Extraído de Callou e Silva (1997, p. 20, Quadro 05.)

Numa descrição do português falado no Espírito Santo, Campos Jr. (2011) decidiu observar qual era a variante mais usada pelos falantes da capital capixaba, Vitória. Os resultados apontaram para 33% (331/1016) de uso de artigo no contexto de possessivos. O autor atribui a razão pela preferência ao não-uso do artigo definido à necessidade inconsciente do falante vitorienense de marcar um traço linguístico identitário que os diferencie dos falantes de Minas Gerais, estado vizinho. Observou-se que, entre os falantes com maior nível de escolarização, houve uma retenção de uso do artigo, indo na contramão de outros trabalhos já realizados previamente. Para atingir os resultados, o autor recorreu a vinte entrevistas realizadas em 2002, pertencentes ao banco de dados do Projeto PORTVIX (Português falado na cidade de Vitória/ES), com falantes de Vitória - ES, estratificados em gênero (masculino e feminino), faixa etária (7-14 anos, 15-25, 26-49, e acima de 50 anos) e escolaridade (fundamental, médio e universitário).

O grupo natureza do possuído foi selecionado como estatisticamente relevante pela análise do autor. Seguindo os critérios de Callou e Silva (1997), os resultados da dissertação de Campos Júnior apresentaram consonância com a gradatividade dos resultados de Callou e Silva, em que aquilo que é não-humano, objetos e partes do corpo, ou seja, entidades que são ou podem ser possuídas, favorecem consideravelmente o uso do artigo definido diante de possessivos, divergindo de relações humanas e de parentesco.

Menon (2022) estendeu a investigação para outras duas capitais brasileiras: João Pessoa, capital da Paraíba, no Nordeste, e Curitiba, capital do Paraná, no Sul. Para tanto, a autora usou dados retirados do *corpus* do Projeto VARSUL (Variação Linguística do Sul), cuja amostra foi coletada no início dos anos 90, composto por 24 entrevistas sociolinguísticas estratificadas por sexo (masculino e feminino), faixas etárias (adultos jovens e mais velhos) e níveis de escolaridade (até cinco anos, de cinco a oito anos, e de nove a onze anos) e do *corpus* do Projeto VALPB (Variação Linguística no Estado da Paraíba), também dos anos 90, composto por entrevistas de 60 informantes, estratificadas por sexo, faixas etárias (15 a 25 anos, 26 a 49 anos, e acima de 50 anos) e níveis de escolaridade (nenhum, 1 a 4 anos, 5 a 8 anos, 9 a 11 anos, e mais de 11 anos), tendo sido adaptado para comparabilidade com o VARSUL.

Os resultados demonstraram que, em Curitiba (VARSUL), 63% dos sintagmas nominais com possessivo utilizam artigo definido, comparado a 54% em João Pessoa (VALPB). As variáveis mais relevantes para o uso do artigo diante de possessivos incluíram fatores sociais (sexo, faixa etária, escolaridade) e linguísticos (presença/ausência de possessivo, posição do possessivo, contexto sintático, pessoa verbal, gênero e número do possessivo). Essas variáveis foram analisadas com o programa GOLDVARB, permitindo uma análise estatística detalhada para cada cidade.

Convém destacar que a autora optou por incluir o novo paradigma de possessivos, cuja estrutura é composta de preposição mais nome [*prep.+N*] [*de+ele*] > *dele*. As formas genitivas *dele/dela/deles/delas* não ocorrem à esquerda do nome, não abrindo muitas possibilidades de omissão do artigo nesse contexto, o que é demonstrado nos pesos relativos próximos à categorização do grupo favorecedor de artigo junto aos pronomes *dele(a)(s)* (.933 em Curitiba e .870 em João Pessoa). Nas palavras de Menon (2022, p. 46), “talvez esses casos devam ser retirados das amostras por terem comportamento diferenciado dos possessivos tradicionais, antepostos ao núcleo”.

Sedrans, Pereira e Silva (2017) realizaram uma análise nos pressupostos da teórico-metodológicos labovianos sobre a frequência de uso do artigo definido diante de pronomes possessivos pré-nominais em dados de fala coletados em dois municípios localizados no sertão pernambucano, Carnaíba, município que apresentava a menor renda per capita da região na ocasião da pesquisa, e Serra Talhada, segunda cidade mais desenvolvida economicamente do Sertão de Pernambuco.

Os dados coletados apontaram para uma tendência à não-realização do artigo nos dois municípios, apresentando 23% de ocorrência em Carnaíba, e 28% em Serra Talhada. Para a obtenção dos dados, foram realizadas vinte e quatro entrevistas informais em cada município, totalizando quarenta e oito entrevistas. Os dados foram estratificados em sexo (masculino e feminino), faixa etária (faixa 1 – 06 a 17 anos; faixa 2 – 18 a 35 anos; faixa 3 – acima de 35 anos) e escolaridade (fundamental, médio e superior). A interpretação dos resultados obtidos indica que a tendência a não realização do artigo nas comunidades analisadas faz menção a um comportamento linguístico mais conservador, especialmente comparado ao aumento gradativo de uso do artigo diante de possessivos que ocorreu na história do português europeu, evidenciado diacronicamente.

Brito (2019), em estudo de sincronias passadas, investigou o fenômeno em 91 cartas pessoais escritas ao longo do século XX (1906-2000), por 43 redatores pouco escolarizados,

que refletem em seus textos características de estágios incipientes de aquisição da escrita<sup>28</sup>, oriundos da zona rural dos municípios Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, sertão da Bahia. No *corpus* examinado, foram encontradas 334 ocorrências de possessivos em contextos em que é possível a alternância presença/ausência do artigo definido e, desse total, 56,6% foram de possessivos precedidos pelo artigo. A marcação do artigo nas cartas foi influenciada por fatores de ordem semântica, morfológica e sintática e que a estrutura do constituinte em que o pronome possessivo fora realizado.

A pesquisa ainda controlou a localização dos remetentes quando as cartas foram escritas, observando que a marcação do artigo junto a possessivos nas cartas escritas de outros estados apresentou um percentual maior, enquanto, nas cartas escritas na Bahia, o uso desse determinante foi sutilmente inibido, indicando que a estadia dos remetentes em outras localidades poderia exercer alguma influência sobre a realização do artigo no *corpus* analisado, um indício de diferenciação diatópica.

Considerando as comunidades que podem refletir marcas mais maciças de contato linguístico no que diz respeito ao uso do artigo, a comunidade rural afro-brasileira de Helvécia também foi alvo de estudos empíricos. Baxter e Lopes (2009) observaram, na distribuição geracional, que o artigo definido em contextos específicos é desfavorável entre falantes mais velhos, tornando-se mais recorrente na fala dos mais novos.

**Tabela 4** - Efeito da faixa etária sobre o uso do artigo definido em Helvécia-BA

| <b>FAIXA ETÁRIA</b>          | <b>Nº DE DADOS</b> | <b>%</b> | <b>P.R.</b> |
|------------------------------|--------------------|----------|-------------|
| Faixa 2 (35 a 45 anos)       | 1090/1147          | 95%      | .750        |
| Faixa 3 (60 a 70 anos)       | 514/657            | 78.2%    | .479        |
| Faixa 4 (mais de 80 anos)    | 423/666            | 63.5%    | .212        |
| “Faixa 5” (mais de 100 anos) | 102/185            | 55.1%    | .143        |

Fonte: Baxter e Lopes (2009, p. 322)

Os autores chegaram à conclusão de que o perfil diacrônico aquisicional do artigo definido indicava uma mudança em curso na comunidade, apresentando semelhanças quanto à omissão do artigo no SN em alguns crioulos com substratos das famílias linguísticas africanas atlântico-ocidentais. Essas mudanças linguísticas em comunidades rurais afro-brasileiras, sobretudo nas marcas que são encontradas nas falas dos indivíduos mais velhos<sup>29</sup>, dão

<sup>28</sup> “[...] as marcas caracterizadoras de *mão inábeis* são marcas de dificuldade de representação escrita. A escrita mais fonética é apenas um aspecto dessa dificuldade.” (Barbosa, 2017, p. 21)

<sup>29</sup> Dentre os informantes da região de Helvécia, havia uma senhora, cujo inquérito é referido como HV-19, com 103 anos de idade quando foi gravada em 1994. Podemos inferir, então, que algumas das marcas na fala da informante já estavam presentes na oralidade no final do século XIX/início do século XX.

fundamento à interpretação histórica que os indivíduos que formaram as comunidades nos séculos da escravidão eram escravizados que falavam o português como segunda língua em diferentes níveis de proficiência, e seus descendentes, nascidos no Brasil, passaram a utilizar uma variedade nativizada desse português adquirido de maneira simplificada (Lucchesi, 2015).

Em Helvécia, a variável linguística que analisou a presença do constituinte possessivo, capaz de induzir a referência definida, resultou numa frequência de 79/191 (41.4%) para uso de artigo junto a possessivo. A baixa frequência, para os autores, pode justificar-se pelo comportamento geralmente manifesto por possessivos pré-nominais, que são “capazes de atribuir um grau de referência definida suficiente para dispensar a presença do artigo definido, uma característica geral no português brasileiro” (p. 326).

Num outro contexto variacional de artigo definido, Araújo e Azevedo (2023) observaram ainda a variação no uso do artigo diante de nomes próprios de pessoa, ou antropônimos, na fala da comunidade rural afro-brasileira de Mussuca, no interior de Sergipe, obtendo apenas 21% de frequência de uso do artigo na comunidade, num evidente desfavorecimento de uso. A função de adjunto adverbial foi a que, percentualmente, mais pareceu favorecer o uso do artigo (29%), enquanto a função de aposto foi a que apresentou o menor percentual (13%). A presença de preposição, que, conforme a literatura acerca do fenômeno, favorece o uso do artigo em contextos variáveis, também não favoreceu o uso do artigo em Mussuca, apresentando baixo percentual (15%) de produtividade.

Os resultados obtidos com os dados dos antropônimos podem auxiliar em previsões e comparações com os dados de possessivos ao observar como fatores linguísticos e sociais específicos influenciam o uso variável do artigo definido, sugerindo que padrões semelhantes podem ser observados em outras situações de variação. O contexto geral de baixa realização de artigo, porém, remete a algumas particularidades de línguas africanas que podem ter influenciado historicamente a fala de Helvécia e Mussuca, uma vez que essas línguas (principalmente, as bantas) não apresentam o que se entende canonicamente como *determinante* (Avelar; Galves, 2014)<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Avelar e Galves (2014) apresentam uma segunda hipótese que atribui os desvios às dificuldades de processamento criadas pelas diferenças entre a morfologia das línguas em contato, o que geraria um atrito provocado no processo da aprendizagem, sobretudo porque o artigo definido do português é desprovido de força consonantal. Sua baixa saliência fônica poderia resultar em dificuldades de percepção e, posteriormente, de produção do artigo.

### 3.4.2 Variedades africanas do português

#### 3.4.2.1 Variedade moçambicana

A comparação de aspectos históricos e linguísticos comuns ao português brasileiro e o português moçambicano pode auxiliar na compreensão de como o contato de línguas africanas com o português pode explicar e descrever alguns fenômenos sócio-históricos variáveis da língua transplantada (Petter, 2008). Dessa maneira, é importante observar de que maneira o artigo se comporta no português moçambicano, de modo a observar convergências ou divergências com o português falado no Brasil.

Atanásio (2002) analisou, em sua dissertação de mestrado, a ausência de artigos em vários tipos de ocorrência de sintagmas nominais no português de Moçambique, a partir de dados fornecidos (oralmente e por meio de escritos) por alunos do ensino básico das escolas da Cidade de Nampula, capital da província moçambicana de mesmo nome. Divergindo do PE, a ausência de artigos nos sintagmas nominais no PM é um fenômeno observado não apenas entre os estudantes, mas é geral a toda a sociedade moçambicana. Os dados trazidos pelo autor foram comparados aos de Gonçalves e Stroud (1998), sobre o português oral da Cidade de Maputo, e aos de Rego (2000), sobre o português e as línguas do Centro do País.

Os casos de indecisão quanto ao uso de artigos no Português de Moçambique, são muito interessantes, pois parecem ser extensíveis a todas as realizações no PM e a sua distribuição atinge não só diferentes zonas de Moçambique, como também diferentes camadas sociais, incluindo os meios académicos e jornalísticos (Atanásio, 2002, p. 16).

Alguns exemplos apresentados na pesquisa demonstram casos de omissão de artigos definidos junto a possessivos quando a sua presença seria esperada no Português Europeu:

- (1) ...brinquei com **meus** amigos... (Informantes, ex.: (4.b)) (Atanásio, 2002, p. 118)
- (2) ...assinar **sua** própria sentença... (Mass media, ex.: (15.b))<sup>31</sup> (Atanásio, 2002, p. 118)

Os exemplos demonstram que existe, no PM, alternância entre o uso e o não-uso do artigo no contexto de possessivos, aproximando-se da realidade do PB. Uma hipótese

---

<sup>31</sup> O termo *mass media* surge na dissertação representando a população média escolarizada da sociedade moçambicana.

explicativa levantada pelo autor para os casos de omissão de artigos pelos falantes do PM é a de que muitas vezes o falante nativo de uma língua banta não é capaz de encontrar correspondentes para o determinante em sua língua materna, atribuindo à *interferência linguística* o fenômeno. O caráter “expletivo” e “fraco” (Atanásio, 2002, p. 10) do artigo também é um fator considerado pelo autor, uma vez que sua baixa saliência fônica geraria baixa adesão por parte dos falantes maternos de uma língua sem artigos.

#### 3.4.2.2 Variedade sãotomense

O estudo de Gomes e Cordeiro (2021) investigou o comportamento variável do artigo definido diante de pronomes possessivos na variedade urbana do Português de São Tomé (PST) em metodologia fundamentada na Teoria da Variação e Mudança Linguística. Para a pesquisa, Gomes e Cordeiro tomaram dados recolhidos em entrevistas sociolinguisticamente organizadas, totalizando 517 exemplos coletados de 17 entrevistas realizadas na capital do Arquipélago de São Tomé e Príncipe em 2009. Estas entrevistas integram o *corpus* Variedade do Português (VAPOR), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. A amostra foi estratificada de acordo com variáveis sociais como sexo, escolaridade e faixa etária. Os dados foram analisados estatisticamente com o auxílio do programa Goldvarb-X.

Os resultados indicam que a realização do artigo definido diante de pronomes possessivos na variedade urbana do PST é uma regra variável. A análise dos dados recolhidos mostrou que há uma ausência de artigo definido em 45% dos casos (235/517) e presença do artigo em 54% dos casos (282/517). Este equilíbrio percentual evidencia uma tendência distinta da observada no PE, que tem o uso do artigo como regra categórica.

A variável mais significativa para a presença do artigo definido foi o nível de escolarização, visto que os informantes com os maiores índices de escolaridades são mais propícios a realizarem o artigo definido. As autoras atribuem esse comportamento ao tempo mais prolongado desses falantes em contato com modelos normativos, os quais influenciam na implementação do determinante diante de possessivos.

Além disso, os tipos de posse partes do corpo (.723), relações pessoais (.653), relações de parentesco (.643) e posse alienável (.526) consistem em ser as variantes que mais tendem a favorecer a *ausência* do artigo definido diante de possessivos em São Tomé, indo na contramão do que fora comumente observado na variedade brasileira, na qual partes do corpo e elementos de posse alienável geralmente favorecem a *presença* do artigo.

(10) eu fiquei lá desde vinte e três horas que nós chegámos até três horas da madrugada que **meu pé** não saiu daqui pra pisa pista de dança (Mulher, faixa B, nível 1 de instrução) (Gomes e Cordeiro, 2021, p. 35).

(13) **minha casa** pra trabalho é muito perto, não tenho dificuldade (Homem, faixa C, nível 1 de instrução) (Gomes e Cordeiro, 2021, p. 35).

O contato linguístico do português com o crioulo Forro, que não possui um sistema de artigo definido, foi levado em consideração na análise do fenômeno no PST. A coexistência dessas línguas no mesmo espaço poderia influenciar a ausência do artigo definido diante de pronomes possessivos no Português. Contudo, a análise multivariada revelou que a coexistência do PST com o crioulo Forro não foi determinante para a ausência do artigo definido diante de pronomes possessivos, frustrando a hipótese inicial de influência do contato linguístico. Apesar da expectativa de que a ausência do artigo fosse comum devido à influência do Forro, a análise dos dados não confirmou essa influência. A falta de equilíbrio na distribuição dos informantes no *corpus*, com apenas um falante predominante do crioulo, impossibilitou uma conclusão definitiva sobre o impacto do contato entre as línguas.

#### 3.4.2.3 Perspectivas para a variedade angolana

Dentre os locais onde o fenômeno foi analisado sincronicamente, encontrou-se um padrão de uso mais frequente do artigo em contextos de possessivos em locais que foram palco de uma colonização portuguesa mais recente (Callou; Silva, 1997; Caregnato, 2010), o que é o caso de Angola. Apesar disso, muitas línguas africanas com as quais o português teve contato, tanto em África quanto no Brasil, têm uma alta incidência de nominais nus (Lucchesi, 2009), ou seja, nominais que ocorrem em núcleos sem determinantes. O fenômeno é “bastante geral nas línguas crioulas, possivelmente um vestígio de reestruturações morfossintáticas nas fases iniciais da história dessas línguas” (Baxter; Lopes, 2009 p. 319), o que pode condicionar uma variação no uso do artigo nesse contexto na fala dos luandenses.

Em outro contexto variacional de artigo definido, a investigação de Araújo e Azevedo (2023) analisou a variação no uso do artigo junto a 59 ocorrências de antropônimos no português falado na capital de Angola, recorrendo ao mesmo *corpus* de entrevistas acessado para a execução desta dissertação. Os resultados demonstraram favorecimento da presença

(59,3%), em oposição à ausência (40,7%), do artigo, destacando que a função sintática do antropônimo e a presença de modificadores são fatores determinantes para a realização o artigo. A função de sujeito apresentou o maior percentual de uso do artigo (84%), enquanto funções como aposto e predicativo inibiram o uso. Quanto à língua materna do falante, os informantes que disseram ter o português como L1 apresentaram 69% de frequência de uso de artigo nesse contexto, enquanto os falantes que disseram ter alguma língua africana do grupo banto como língua materna apresentaram uma frequência abaixo da média (48%) de realização do artigo.

Reforça-se aqui, portanto, a hipótese de que o contato entre o português e as línguas africanas na formação da variedade angolana, assim como na brasileira, tornou possível a omissão de artigo definido onde o PE pede ou utiliza mais frequentemente, como é o caso dos possessivos. Chavagne (2005), que observou forma geral os aspectos lexicais, fonéticos, morfológicos e sintáticos da língua portuguesa falada em Angola, encontrou casos de redução de artigo diante de possessivos, destacando uma aproximação com o PB. O autor chegou a encontrar variação de uso/não uso de artigo em falas do mesmo falante, no mesmo enunciado.

(3) **o Meu pai** que é ilheu. **A minha mãe** é de Malanje. **O meu pai** é ilheu, é nato de lá.  
(Do29-18/78) (Chavagne, 2005, p. 302)

Assim, fica evidente a necessidade de analisar, sob uma perspectiva sociolinguística nos moldes labovianos e a partir de dados empíricos obtidos e descritos de forma detalhada, os aspectos morfossintáticos variantes dos falares angolanos quanto ao uso do artigo, comparando com outras variedades da língua portuguesa, a fim de buscar vestígios do contato linguístico ocorrido entre o PE e as línguas africanas durante o período da colonização, visando não apenas contribuir com a caracterização da norma do português de Angola, proposta por Undolo (2014), mas também uma ampliação da compreensão acerca da formação da realidade linguística brasileira, formada em situação de contato com línguas africanas.

Convém buscar identificar quais regras se aplicam em relação ao uso do artigo definido diante de possessivos pré-nominais, utilizando, para alcançar esse fim, uma amostra de fala do português luandense, analisando qualitativa e quantitativamente os contextos estruturais que condicionam sua variação, para, dessa forma, situar o PA no *continuum* afro-brasileiro do português.

### 3.5 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, analisou-se o artigo definido quanto à sua origem na língua portuguesa e quanto à sua definitude. Quanto aos possessivos, há línguas que permitem a co-ocorrência com artigos definidos, como o italiano, e há línguas em que o possessivo já expressa especificidade o bastante para declinar artigos definidos, como no inglês. Observa-se, ainda, que as línguas bantas possuem um sistema próprio de possessivos, muitas vezes amalgamados aos nomes, e que os artigos definidos se apresentam como morfemas vocálicos afixados a formas nominais, com a finalidade de marcar o número e a classe do substantivo, o que pode justificar algumas dificuldades de processamento da aquisição da morfologia da língua portuguesa por falantes nativos de línguas bantas.

A variação no uso de artigo definido acompanhando possessivos foi revisada com dados do PB e do PE que possibilitaram a constatação de uma predominância do preenchimento de artigo definido na variedade europeia, resultado de um longo processo de transformações no devir temporal. Essas transformações, no entanto, não ocorreram no Português Brasileiro (PB) da mesma maneira: o aumento na realização do artigo diante de possessivos em Portugal não resultou na marcação categórica do determinante no Brasil.

Por fim, comentaram-se, ainda, alguns resultados de estudos desenvolvidos sobre o uso variável do artigo antes de possessivos em português. Relativamente aos **estudos desenvolvidos com dados do português brasileiro**, observara-se os seguintes fatores relevantes para a realização de artigos junto a possessivos, observando que há variáveis que se repetem e que, foram estreitamente controladas na execução do presente estudo:

**Quadro 3** - Variáveis relevantes para o uso do artigo junto a possessivos em dados do PB contemporâneo

| AUTOR(ES)                      | GRUPOS DE FATORES RELEVANTES                                                                                                                                                                                   |
|--------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Silva (1982)                   | <b>Sociais:</b> escolarização, idade e sexo.<br><b>Linguísticos:</b> status informacional, natureza do possuído.                                                                                               |
| Callou; Silva (1997)           | <b>Sociais:</b> região de origem.<br><b>Linguísticos:</b> presença de preposição, função sintática, natureza do possuído e prosódia.                                                                           |
| Campos Júnior (2011)           | <b>Sociais:</b> escolaridade e gênero do falante.<br><b>Linguísticos:</b> presença de preposição, tipo de preposição, tipo do possessivo e natureza do possuído.                                               |
| Sedrins; Pereira; Silva (2017) | <b>Sociais:</b> irrelevantes no condicionamento da variação na realização do artigo definido.<br><b>Linguísticos:</b> função sintática, tipo de preposição.                                                    |
| Brito (2019)                   | <b>Sociais:</b> naturalidade dos remetentes, localização quando da escrita das cartas, data da escrita da carta e gênero.<br><b>Linguísticos:</b> presença de preposição, função sintática e tipo de possuído. |

|              |                                                                                                                                                        |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Menon (2022) | <b>Sociais:</b> faixa etária, escolaridade e sexo (os dois últimos apenas em João Pessoa).<br><b>Linguísticos:</b> contexto sintático e pessoa verbal. |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

**Fonte:** Elaboração própria.

Em relação aos estudos desenvolvidos com dados do português moçambicano e do português são-tomense, os dados indicam que, similar ao PB, a variação do fenômeno também ocorre nesses países, afastando-se da categorização que é marca do PE. As perspectivas para Angola indicam contexto semelhante de variação.

Na próxima seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a execução desta pesquisa, a amostra e sua estratificação, os grupos de fatores escolhidos para serem controlados e suas justificativas teórico-metodológicas, os processos de análise e os exemplos de variáveis encontrados no *corpus*.

## 4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa. Na subseção 4.1, descreve-se o *corpus* utilizado. Na seguinte, na .2, apresentam-se as variáveis linguísticas e sociais controladas. Na subseção 4.3, apresentam-se os dados excluídos da análise e seus critérios de exclusão. Por fim, na 4.4, as decisões de natureza metodológica tomadas no tratamento dos dados, os procedimentos de análise e o *software* utilizado para quantificar as ocorrências.

### 4.1 A CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

O *corpus* utilizado neste estudo é constituído por amostra de fala vernácula da cidade de Luanda, capital e maior centro urbano de Angola, e pertence ao banco de dados do projeto “Em busca das raízes do português brasileiro”. O projeto está sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tendo sido oficializado em 2009, por meio da portaria 036/2009 expedida por seu Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Portaria CONSEPEP/UEFS 13.04.2009). É também certificado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UEFS), com o número de parecer favorável 140.511 e de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE: 04641412.7.0000.0053. O projeto foi idealizado pela Professora Dra. Eliana Pitombo Teixeira, que o coordenou até o ano de 2016, quando se aposentou da UEFS. A partir de 2017, passou a ser coordenado pela Professora Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (Araújo, 2025).

A execução do projeto tem se dado em três etapas, intituladas de “fases”. A terceira e atual fase do projeto denomina-se “Em busca das raízes do português brasileiro: Fase III - estudos morfossintáticos”. O foco do projeto é a realização de pesquisas empíricas sobre o português de Luanda, incluindo qualquer aspecto de sua morfossintaxe. Sua fundamentação baseia-se na constatação de que as conexões históricas e culturais entre Angola e Brasil são incontestáveis. Tendo em vista que ambos os países são caracterizados por contínuos intercâmbios linguísticos e que as formas linguísticas são moldadas pela interação entre língua e sociedade, infere-se uma notável aproximação sociolinguística entre as duas nações.

A Professora Eliana Pitombo realizou, ela própria, as entrevistas em Luanda, contando com o auxílio de estudantes angolanos do curso de Letras da Universidade Agostinho Neto (localizada em Luanda). As gravações aconteceram nos anos de 2008 e 2013 na área urbana de

Luanda com participantes naturais da capital e com residentes advindos de diferentes regiões de Angola, falantes de português como L1 ou L2.

As entrevistas são do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador) e, para documentar o vernáculo da comunidade de fala, o método das entrevistas consistiu na abordagem de narrativas pessoais, como memórias de infância, rotinas diárias, situações de perigo, entre outras. Segundo Tarallo (1997, p. 22), os estudos sociolinguísticos que envolvem narrativas pessoais “têm demonstrado que, ao relatá-las, o informante está tão envolvido emocionalmente com *o que* relata que presta o mínimo de atenção ao *como*”. Tal desatenção por parte do falante é o que aproxima o pesquisador da naturalidade da situação comunicativa. Tão logo as gravações chegaram ao Brasil, iniciou-se o processo de transcrições juntamente com estudantes de graduação e pós-graduação da UEFS (Cf. Teixeira; Araujo, 2017).

O *corpus* é constituído por dois tipos de amostras de fala, sendo uma de falantes de português como língua materna e a outra de falantes que têm português como segunda língua, todas já transcritas. Na pesquisa aqui apresentada, foram utilizadas 49 entrevistas. A amostra de fala de Luanda foi estratificada de acordo com os seguintes critérios:

**Quadro 4** - Estratificação da amostra de fala do português falado em Luanda segundo as variáveis sociais

|                      |                                                                                  |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| Sexo do informante   | Masculino<br>Feminino                                                            |
| Faixa Etária         | Faixa I - 18 a 35 anos<br>Faixa II- 36 a 50 anos<br>Faixa III - acima de 51 anos |
| Grau de escolaridade | Baixa ou nula<br>Ensino Médio<br>Culta (superior completo/incompleto)            |
| Língua materna       | Língua Portuguesa<br>Línguas Africanas                                           |
| Local de nascimento  | Luanda<br>Províncias                                                             |

**Fonte:** Elaboração própria.

A amostra foi estruturada para abranger a estratificação utilizada no Quadro 04, logo, buscou-se selecionar o máximo de participantes que preenchessem os requisitos aqui pré-estabelecidos. Contudo, o *corpus* ainda está em processo de ampliação, então busca-se apresentar, dentro de cada célula preenchida, na medida do possível, pelo menos um

participante. O quadro a seguir ilustra a divisão feita entre as amostras de português como L1 e L2<sup>32</sup>: informantes dos sexos feminino e masculino, distribuídos por três níveis de escolaridade e faixas etárias.

**Quadro 5** - Estratificação da amostra de fala dos informantes

| Português L1               |                  |     |                  |     |                       |     |
|----------------------------|------------------|-----|------------------|-----|-----------------------|-----|
| Faixa Etária               | A – 21 a 35 anos |     | B – 36 a 51 anos |     | C – 52 anos em diante |     |
| Baixa ou nula escolaridade | 2 M              | 1 H | 2M               | –   | 1 M                   | 1 H |
| Ensino Médio               | 2 M              | 2 H | 2 M              | 1 H | 2 M                   | 1 H |
| Ensino Superior            | 2 M              | 1 H | 2 M              | 1 H | 1 M                   | 1 H |
| Português L2               |                  |     |                  |     |                       |     |
| Faixa Etária               | A – 21 a 35 anos |     | B – 36 a 51 anos |     | C – 52 anos em diante |     |
| Baixa ou nula escolaridade | 2 M              | 2 H | 1 M              | 2 H | 2 M                   | 3 H |
| Ensino Médio               | 1 M              | 2 H | 1 M              | –   | 1 M                   | –   |
| Ensino Superior            | –                | 2 H | 1 M              | 3 H | –                     | 1 H |

**Fonte:** Elaboração própria.

Diante do quantitativo exposto e da divisão entre eles, faz-se necessário pontuar que a amostra analisada é de uma variedade africana de língua portuguesa e que esses dados são, por muitas vezes, de difícil acesso. Em vista disso, conforme pode ser visto no Quadro 05, faltaram, no mínimo, três indivíduos do sexo masculino para preencherem três células da amostra trabalhada e duas participantes do sexo feminino. Isso se deu porque não foram encontrados, durante o processo de gravação, participantes com as características sociais exigidas para o preenchimento dessas células. Essas ausências não inviabilizaram a execução dessa pesquisa, mas chamam a atenção para os desafios da pesquisa sociolinguística com dados de comunidades africanas.

## 4.2 FATORES CONDICIONADORES

Na Sociolinguística Variacionista, a estrutura da língua é composta por elementos e padrões variáveis, que são simultaneamente condicionados pelos contextos linguísticos estruturais e correlacionados com os aspectos sociais. O elemento da estrutura linguística que é observado é conhecido como **variável dependente**, enquanto os fatores linguísticos e sociais

<sup>32</sup> O critério adotado, na constituição do *corpus*, para afirmar que o participante da pesquisa tem o português como L1 ou L2 foi a autodeclaração durante a realização das entrevistas.

que influenciam esse elemento são designados por **variáveis independentes**. Dessa forma, a descrição do sistema linguístico ou da gramática envolve a determinação das frequências relativas dos diferentes valores da variável dependente em relação às variáveis independentes consideradas.

Nesta seção, serão apresentadas as variáveis controladas e as hipóteses levantadas para cada fator. A variável dependente deste estudo é o comportamento variável do artigo definido diante de possessivos. Para tanto, controla-se uma variável dependente binária. Para seleção das variáveis independentes, além de considerar os resultados de pesquisas desenvolvidas sobre o fenômeno (Callou; Silva, 1997; Silva, 1982, 1998a, 1998b; Amaral, 2003; Floripi, 2008; Campos Júnior, 2011; Sedrins; Pereira; Silva, 2019; Brito, 2019; Silva, 2020 etc.), também se consideram os padrões de variação do artigo no *corpus*. Desta maneira, foram selecionadas 13 variáveis independentes para análise da possibilidade de combinação do artigo com possessivo. São elas:

#### 4.2.1 A variável dependente

O artigo definido, segundo a maioria dos compêndios gramaticais, pode ou não preceder os possessivos pré-nominais, estando o uso facultativo ao falante. Dessa forma, a variável dependente estudada é binária, ou seja, é constituída por duas variantes, conforme ilustram os exemplos a seguir:

(a) Uso de artigo diante de possessivo pré-nominal:

Ex. 7: “A minha mãe supletou a quarta [classe], mas não acabou” (Y.F., Faixa B, Nível II, II).

(b) Omissão de artigo diante de possessivo pré-nominal:

Ex. 8: “Só que *num* fui porque Ø minha mãe *num* deixou” (Y.F., Faixa B, Nível II, II).

Tomou-se como regra no *software* estatístico para análise das variáveis independentes a **omissão** do artigo. Apesar de a presença de artigo superar, numérica e estatisticamente, a ausência, faz-se relevante compreender os fatores que condicionam a sua ausência, visto que ela é muito mais produtiva em evidenciar o traço variável do fenômeno na comunidade de fala luandense, em oposição à categorização da variável europeia.

## 4.2.2 As variáveis independentes

### 4.2.2.1 Variáveis linguísticas

Comenta-se, a seguir, o conjunto das variáveis linguísticas significativas.

#### 4.2.2.1.1 Pessoa do pronome possessivo pré-nominal

Esta variável controla as diferentes formas do pronome possessivo, partindo da hipótese de Silva (1982), que demonstra que, na comparação entre os possessivos *meu* (57), *nosso* (58) e *seu* (59/60), o possessivo *seu* (amalgamadas as segunda e terceira pessoas, fenômeno comum no PB) inibe consideravelmente o uso do artigo. Os possessivos no plural também são acompanhados com maior frequência pelo artigo definido. Além disso, o contexto que envolve a 1ª pessoa (singular e plural), por estabelecer uma relação com referentes que são intrinsecamente ligados ao próprio falante, tende a favorecer o uso do artigo de igual forma (Silva, 1982).

- **1ª pessoa do singular – meu(s)/minha(s)**

Ex. 9: “O *meu* filho tem quatro anos” (J.M., Faixa A, I, I).

- **2ª pessoa do singular – teu(s)/tua(s)**

Ex. 10: “A *tua* pergunta é um pouco complicada” (E.F., Faixa A, III, I).

- **3ª pessoa do singular – seu/sua**

Ex. 11: “uma criança quando perde *a sua* língua nacional, também perde *a sua* cultura” (L.C., Faixa B, III, II).

- **1ª pessoa do plural – nosso(s)/nossa(s)**

Ex. 12: “...o *nosso* governo tem a obrigação...” (L.R., Faixa C, I, II).

- **2ª pessoa do plural – vosso(s)/vossa(s)**

Ex. 13: “Ø *Vosso* namoro tá muito... muito mal” (R.M., Faixa B, II, I).

- **3ª pessoa do plural – seu(s)/sua(s)**

Ex. 14: “...crianças que são bem acompanhadas pelos *seus* pais” (B.B., Faixa A, II, I).

Vale destacar que o uso da expressão genitiva **dele** (e formas flexionadas **dela/deles/delas**) para indicar a posse em relação à 3ª pessoa não ocorre à esquerda do nome e, portanto, não se configura como pré-nominal, sendo desconsiderada dessa análise.

#### 4.2.2.1.2 Ausência/presença e tipo de preposição

Conforme já atestado em diversos trabalhos, a presença do artigo é favorecida quando o possessivo é precedido por preposição com a qual o artigo pode se contrair (*em, de, a, para, por*) (Callou; Silva, 1997; Costa, 2002; Campos Júnior, 2011; Sedrins; Pereira; Silva, 2017; Brito, 2019). Assim, controla-se a variável *presença/ausência de preposição* nesta pesquisa, observando não apenas o uso (ou não-uso) de preposição antecedendo o possessivo pré-nominal, mas também os diferentes tipos de preposição. Convém esclarecer que aqui não se considera o tipo de sintagma, ou seja, sintagmas nominais verdadeiros e sintagmas preposicionados estão amalgamados na mesma variável.

- **Ausência de preposição:**

Ex. 15: “...arrumo  $\emptyset$  *meu* negócio lá pras quatorze, ...” (A.E., Faixa A, I, I).

- **Presença da preposição “de”:**

Ex. 16: “...diferente da geração de  $\emptyset$  *meus* pais...” (C.A., Faixa A, III, I).

- **Presença da preposição “a”:**

Ex. 17: “...ela foi lá a *meu* serviço” (S.D., Faixa A, III, II).

- **Presença da preposição “em”:**

Ex. 18: “...todos em  $\emptyset$  *minha* casa estão a dormir” (J.P., Faixa A, III, I).

- **Presença da preposição “por”:**

Ex. 19: “eu tive sempre uma admiração pelo *meu* avô” (A., Faixa B, III, I).

- **Presença da preposição “com”:**

Ex. 20: “...com Ø *teu* amigo?” (J.P., Faixa A, III, I).

- **Presença da preposição “para”:**

Ex. 21: “... deixar o lugar para *os meus* filhos” (P.A., Faixa A, I, II).

- **Presença da preposição “até”:**

Ex. 22: “... pegávamos um carro de praça daqui até Ø *minha* casa” (N., Faixa B, III, II).

Assume-se aqui posição em favor da hipótese que a frequência de uso do artigo será favorecida em contextos que possuam preposições que permitem a contração com o artigo, uma vez que se trata de um único elemento antecedendo o pronome possessivo, conforme atestado nos estudos prévios.

#### 4.2.2.1.3 Função sintática do SN

A variável *função sintática*, neste estudo, controla os seguintes fatores:

- **Sujeito**

Ex. 23: “Ø *Meu* pai não sabia ler e escrever” (M.J., Faixa C, III, II).

- **Objeto direto**

Ex. 24: “...começamos a fazer *os nossos* preparativos...” (F.G., Faixa C, II, II).

- **Objeto indireto**

Ex. 25: “...eu faço comida *pro meus* irmãos...” (V.F., Faixa A, II, II).

- **Adjunto adverbial**

Ex. 26: “...já vivo com *a minha* esposa...” (A.V., Faixa C, I, II).

- **Adjunto adnominal**

Ex. 27: “...saía da casa da *minha* cunhada...” (F.M., Faixa B, III, I).

- **Complemento nominal**

Ex. 28: “...nunca tenho problema com Ø *meu* sogro...” (A.E., Faixa A, I, I).

- **Aposto**

Ex. 29: “Quando mais tarde ela, *a minha* velha mulher, tinha que vortá de novo lá, eu encontrei a moça...” (T.A., Faixa B, I, II).

- **Predicativo**

Ex. 30: “...Ah! Esse é *o teu* problema também...” (L.C., Faixa B, III, II).

- **Agente da passiva**

Ex. 31: “...crianças que são bem acompanhadas pelos *seus* pais...” (B.B.O., Faixa A, II, I).

A hipótese aqui é a mesma de Câmara Júnior (1978) e com Callou e Silva (1997), que defendem que a função sintática do SN onde se encontra o possessivo demonstra relevância quando o possessivo ocupa, preferencialmente, a posição de sujeito. Além disso, o controle deste fator neste estudo tem o objetivo de verificar a relação entre as funções sintáticas que são categoricamente precedidas por preposição, como os casos objeto indireto, por exemplo, e as preposições com as quais o artigo definido pode se contrair, e de que modo essa relação pode condicionar o uso do artigo.

#### 4.2.2.1.4 Gênero do núcleo do SN

Esta variável controla o gênero do núcleo do sintagma em que o possessivo ocorre, compreendendo, assim, dois fatores:

- **Masculino**

Ex. 32: “*O meu marido* mesmo gosta de comer feijão” (P.A., Faixa A, I, II).

- **Feminino**

Ex. 33: “*A minha língua* materna é Umbundo” (V.K., Faixa B, III, II).

O gênero do núcleo do SN em que ocorrem os pronomes possessivos não costumam apresentar fator de relevância nas pesquisas de cunho variacionista acerca da variação do uso

do artigo definido. Contudo, supõe-se que o efeito que o gênero do núcleo do SN poderia provocar nessas circunstâncias seria a maior omissão de artigo diante de nomes femininos por conta da baixa saliência fônica do artigo feminino, composto pela vogal baixa [a].

#### 4.2.2.1.5 Número do núcleo do SN

A variável número do núcleo do SN baseia-se na distinção entre sintagmas no plural e no singular nos resultados encontrados em Silva (1982), em que a autora constatou que artigos definidos figuram menos diante de possessivos no plural, haja vista que, no plural, todos os elementos do conjunto são focalizados, dispensando maiores especificações, oposto ao que acontece com elementos únicos, no singular, em que o sentido é mais genérico.

- **Singular**

Ex. 34: “... deve respeitar Ø *teu pai*” (A.J., Faixa C, II, I).

- **Plural**

Ex. 35: “Não vivo com Ø *meus pais*” (A., Faixa C, II, I).

#### 4.2.2.1.6 Natureza do possuído

Esta variável foi escolhida com a intenção de controlar a influência da relação de sentido de posse denotado pelo item possuído e a realização variável do artigo. Dessa maneira, consideram-se as seguintes categorias:

- **Possuído inerente**

Ex. 36: “...foi o senhor que desgraçou *a minha vida*” (A.E., Faixa A, I, I).

- **Possuído não-inerente**

Ex. 37: “...deixa *o teu carro* porque tá muito alagado...” (L., Faixa B, III, I).

- **Partes do corpo**

Ex. 38: “...Ø *minha cabeça* agora não dá pro barulho...” (T.M., Faixa B, I, II).

- **Parentesco**

Ex. 39: “...não queremos muitas das vezes os *nossos avós*” (A.J., Faixa A, II, I).

- **Relações humanas**

Ex. 40: “Eu sou relógio do *meu patrão*” (L.C., Faixa B, III, II).

A hipótese aqui aceita é a mesma de Callou e Silva (1997), que afirma que as designações do que foi classificado como não-humano, inclusive objetos de *posse inerente e partes do corpo*, favorecem de modo considerável o uso do artigo, enquanto os elementos que não são comumente possuídos, como os de *parentesco*, dispensariam o artigo.

#### 4.2.2.1.7 Tipo de substantivo

Esta variável controla a relação entre o uso/não-uso do artigo e o tipo de substantivo no núcleo do sintagma nominal em que o possessivo se encontra, compreendendo, assim, dois fatores:

- **Substantivos abstratos**

Ex. 41: “tenho Ø *minhas limitações*, tenho medo de morrer...” (S.D., Faixa A, III, II).

- **Substantivos concretos**

Ex. 42: “...tenho Ø *meu carro* pessoal...” (A.V., Faixa C, I, II).

A justificativa da escolha da variável *tipo de substantivo* também se baseia em Callou e Silva (1997). As autoras observaram que, quando o possuído é um elemento abstrato, a realização do artigo é menos favorecida, enquanto quando o item possuído é um elemento concreto, há maior realização do artigo diante de possessivo, haja vista que “pode-se comprar ou vender um objeto concreto, mesmo que não-inerente, um lápis, por exemplo, mas não se pode comprar vida ou inteligência que são atributos e não posses” (Callou; Silva, 1997, p. 20).

#### 4.2.2.1.8 Status informacional

A variável *status informacional* tem por objetivo controlar apenas se a informação ou pessoa referida já havia sido evocada ou não no diálogo, ainda que implicitamente, abrangendo dois fatores:

- **Novo**

Ex. 43: “Ø Meu pai nasceu cá em Luanda” (A.J., Faixa C, II, I).

- **Dado**

Ex. 44: “...eu também segui o meu pai” (A.J., Faixa C, II, I).

No Exemplo 43, o falante menciona o lugar onde seu pai nascera, evocando a expressão “meu pai” pela primeira vez no diálogo, um elemento *novo*. Em contrapartida, no decorrer do diálogo, o mesmo falante retoma a expressão “meu pai”, dessa vez acompanhada pelo artigo, como no Exemplo 44, num elemento que agora caracteriza-se como *dado*.

Hipotetiza-se que o *status* da informação possui impacto na variável dependente, uma vez que a ausência do artigo ocorrerá com maior frequência quando a informação for dada previamente (Silva, 1982). Said Ali (1965) reforça esse conceito, ao considerar que a presença do artigo junto a substantivos tem por finalidade principal lembrar ao interlocutor a quem nos referimos que aquilo de que se fala é de seu conhecimento.

#### 4.2.2.2 Variáveis sociais

Comenta-se, a seguir, o conjunto das variáveis sociais, ou extralinguísticas, significativas.

##### 4.2.2.2.1 Gênero do informante

Embora o condicionamento do fenômeno pela variável gênero (*masculino* ou *feminino*) possa estar ligado ao prestígio social da variante, não há pesquisas que determinem com precisão o grau de consciência social e estilística dos falantes em relação a esse fenômeno. Pesquisas anteriores mostram que, estatisticamente, os homens tendem a usar menos o artigo, se comparado às mulheres, como observado em Campos Júnior (2011) (31% 123/391) e Silva (1982) (35% 462/1324). Assim, e sendo o uso do artigo definido diante de possessivos um

fenômeno não estigmatizado na sociedade, a hipótese deste estudo é que não há diferença significativa quanto ao seu uso em relação ao gênero do falante.

#### 4.2.2.2.2 Faixa Etária

A variável *faixa etária* compreende as seguintes faixas:

- Faixa A – *18 a 35 anos*
- Faixa B – *36 a 50 anos*
- Faixa C – *acima de 51 anos*

Em Luanda, o uso do artigo definido no contexto de antropônimos parece ganhar força com o passar do tempo, apresentando maior percentual entre os mais jovens (Araújo; Azevedo, 2023)<sup>33</sup>. Assim, acredita-se que a mesma regra pode ser válida no contexto variável de possessivos.

#### 4.2.2.2.3 Grau de Escolaridade

A variável que controla o *grau de escolaridade* constitui fator de destaque em análises que seguem a metodologia da Sociolinguística Quantitativa por ser a escolarização, não raramente, a evidenciar a influência da norma-padrão ensinada nas instituições de ensino nas manifestações linguísticas dos que tiveram acesso aos mais altos níveis de instrução formal. Nesta dissertação, controlam-se três níveis de escolarização, a saber: *Nível 1 – Baixa ou nula*, *Nível 2 – Ensino Médio* e *Nível 3 – Culta* (acesso, completo ou incompleto, ao nível superior).

O uso do artigo definido diante de possessivos pode ser endossado no sistema educacional luandense, o qual leva em consideração o padrão gramatical português europeu. Portanto, espera-se que, à medida que o informante possua mais escolaridade, mais faça uso do artigo em contextos variacionais.

#### 4.2.2.2.4 Língua Materna

---

<sup>33</sup> O estudo utilizou como *corpus* as mesmas entrevistas orais consultadas na presente dissertação (Projeto *Em Busca das Raízes do Português Brasileiro* (NELP/UEFS)).

Controlou-se, também, a variável “Língua Materna”. Por analisar uma amostra em que os participantes têm o português como L1 e como L2, acredita-se que essa variável pode trazer resultados que possam sugerir a importância do contato entre a *língua portuguesa* e as *línguas africanas* na atuação dos padrões do fenômeno analisado. Faz-se relevante destacar que mesmo os participantes que têm português como L1 falam e/ou entendem outras línguas africanas, o que só reforça tal hipótese.

Supõe-se que omissão do artigo seja mais observada na fala de indivíduos que têm o português como L2, o que pode sugerir divergências de processamento de fala criadas pelas diferenças na morfologia nominal das línguas africanas do grupo banto e da língua portuguesa, coexistentes na situação multilíngue de Angola.

#### 4.2.2.2.5 Local de Nascimento

Com o controle desse grupo de fatores, investiga-se a existência de diferenças quanto à realização do fenômeno relacionada à naturalidade dos falantes. A variável *local de nascimento* abarcou três fatores:

- Falantes naturais de Luanda (25 falantes);
- Falantes naturais de outras províncias angolanas (24 falantes).

Faz-se necessário reforçar que Angola conta com um total de dezoito províncias, ou seja, subdivisões administrativas do primeiro nível do país.

Visto que o português de Angola é falado majoritariamente em regiões geográficas específicas (como centros urbanos costeiros) (Inverno, 2004), hipotetiza-se que os informantes nascidos em Luanda farão mais uso do artigo diante de possessivos, uma vez que é a norma do português europeu, variedade de referência para os luandenses.

### 4.3 CRITÉRIOS PARA A EXCLUSÃO DE DADOS

Foram selecionados, para análise, apenas os sintagmas em que é possível a alternância presença/ausência do artigo definido antes de possessivos pré-nominais. Assim, buscando uma

apuração mais precisa dos resultados alcançados, foram excluídos das rodadas quaisquer dados que pudessem enviesar tais resultados, como os seguintes:

- possessivos precedidos por demonstrativos: “queimaram *essa minha* roupa” (T.A., Faixa B, I, II);
- vocativos: “*meu filho*, por favor, vem fazer isso pra tua mãe” (J.M., Faixa A, I, I);
- expressões cristalizadas: “Eu disse: *Meu Deus!*” (A.E., Faixa A, I, I);
- possessivos que exercem função de pronomes substantivos e que se subordinam a substantivos ocultos: “DOC: E a senhora tem ensinado o Umbundo *aos seus filhos?* INF: *Aos meus*, sim.” (L., Faixa B, III, I);
- artigos indefinidos precedendo possessivos pré-nominais: “*uma minha* tia tinha bebido” (P.A., Faixa A, I, II);
- preposição para + a: “tá a olhar *pra minha* situação” (V.K., Faixa B, III, II);
- contextos em que é impreciso saber se há artigo: “convidei que fosse *a minha* casa” (S.D., Faixa A, III, II);

#### 4.4 PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO QUANTITATIVO DAS OCORRÊNCIAS

A Sociolinguística Variacionista atenta-se à frequência recorrente de uso de variantes, o que permite a descrição de padrões de variação e mudança na comunidade de fala estudada. Tarallo (1997) rotula essa vertente de investigação como sociolinguística quantitativa, por operar com números e tratamento estatístico dos dados coletados, visando resultados numericamente significativos que possibilitarão uma análise fundamentada.

Considerando que as entrevistas da amostra do português luandense já haviam sido transcritas, as etapas subsequentes para a realização da pesquisa consistiram em: a) levantar as ocorrências de pronomes possessivos pré-nominais; b) planejar o sistema de codificação, em que se define para cada fator das variáveis dependente e independentes um código; c) quantificar dos dados: medição da influência dos fatores linguísticos e extralinguísticos na aplicação da regra por meio do Programa Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), atribuindo, para cada fator da pesquisa, um valor numérico estatístico (percentuais e pesos relativos); por fim, d) analisar os resultados, verificando quais variáveis foram consideradas significativas por meio da interpretação dos resultados fornecidos pelo programa.

Antes que o levantamento de dados fosse iniciado, o projeto de pesquisa foi submetido ao CEP/UEFS via Plataforma Brasil, recebendo dispensa de apreciação da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) por meio do Parecer 6.788.940 de 25 de abril de 2024.

A escolha do Goldvarb X como *software* estatístico para a realização dessa pesquisa justifica-se pela natureza fundamental do programa, que é auxiliar na modelagem e análise de dados sociolinguísticos de regra variável, relacionando as variáveis independentes com a variável dependente, por meio de uma técnica matemática denominada de modelo de regressão logística. Esse modelo permite que se possa explicar um fenômeno variável (a variável dependente) relacionando-o a um conjunto de fatores (variáveis independentes) que podem ou não reger a variação (regra variável) no referido fenômeno. Esse modelo é aplicado quando a regra variável é de natureza binária, ou seja, quando há duas possibilidades de ocorrências na variável dependente.

No caso do presente estudo, a análise estatística concentrou-se numa variável dependente binária, constituída por duas variantes (presença de artigo *versus* ausência de artigo). Para tanto, o Goldvarb X considerou variáveis isoladas e combinadas para gerar tabelas e gráficos, calculando os percentuais e os pesos relativos (probabilidades) dessas variáveis, facilitando a compreensão dos dados a partir da sua sistematização.

Só assim tornou-se possível descrever e analisar de forma mais precisa os fatores que influenciam as variáveis, como refletiu Araújo (2014), ao descrever o estudo sociolinguístico em sua tese de doutoramento:

Um estudo sociolinguístico visa, portanto, à descrição estatisticamente fundamentada de um fenômeno variável, tendo como objetivo analisar, apreender e sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala. Para tanto, calcula-se a influência que cada fator (linguístico ou sociocultural) exerce na realização de uma ou de outra variante. Os pesos relativos (frequências corrigidas) refletem, de certa maneira, a competência linguística dos falantes. O linguista interpreta regras variáveis que descrevem e explicam os pesos relativos ligados aos fatores associados à ocorrência das formas variantes a fim de se investigar o peso de questões socioculturais na estrutura linguística da comunidade de fala analisada. Assim, a análise sociolinguística busca estabelecer a relação entre o processo de variação que se observa na língua em um determinado momento (isto é, sincronicamente) com os processos de mudança que estão acontecendo na estrutura da língua ao longo do tempo (isto é, diacronicamente) (Araújo, 2014, p. 61-62).

Em síntese, é assumindo a noção de variação sistemática quanto ao uso do artigo junto aos diferentes tipos de possessivos pré-nominais, procurando estabelecer variáveis linguísticas e não linguísticas, entendendo a existência de fatores internos e externos como forças

motivadoras ao fenômeno, que essa pesquisa destaca seus caminhos viáveis para a realização de uma investigação linguística que compreende as relações entre língua e sociedade.

A primeira etapa de tratamento quantitativo das ocorrências por meio do Goldvarb forneceu um arquivo com os resultados numéricos e percentuais absolutos da contagem de células analisadas. Os dados apresentaram um nocaute na variável função sintática, em que apenas uma ocorrência de possessivo pré-nominal precedendo a função sintática de *Agente da Passiva* figurava no *corpus*, não apresentando variação e sendo necessário, portanto, ser eliminado. Após sua devida exclusão, fez-se uma nova rodada, fornecendo os pesos relativos dos grupos de fatores controlados, bem como apontando as variáveis mais significativas estatisticamente para a omissão do artigo definido diante de possessivos pré-nominais, visto que essa variante foi adotada como valor de aplicação.

Na sequência, realizou-se o cruzamento entre variáveis, com o objetivo de testar a interação entre elas, como o cruzamento de “*Gênero do núcleo do SN x Número do núcleo do SN*” e “*Escolaridade x Língua materna do falante*”.

Dessa maneira, procurou-se descrever os procedimentos metodológicos adotados para alcançar e interpretar os resultados que são apresentados e discutidos na Seção 5.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

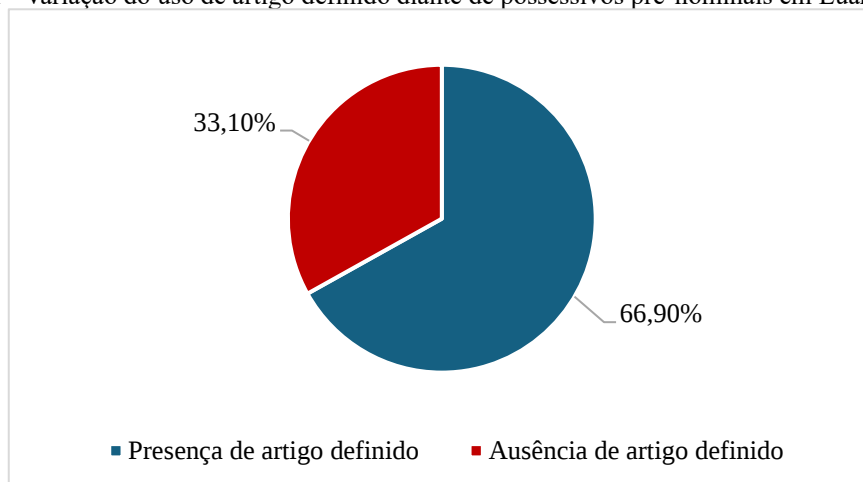
Nesta seção, apresentam-se os resultados da análise qualitativa e quantitativa da variação do artigo definido diante de possessivos pré-nominais. Apresenta-se aqui o comportamento das variantes em relação aos grupos de fatores, buscando comparar os resultados obtidos com os resultados de outras pesquisas com o propósito de fornecer uma visão mais abrangente sobre a variação em estudo, analisando as evidências de tais resultados, propondo identificar a realidade do fenômeno na comunidade estudada.

### 5.1 DISTRIBUIÇÃO GERAL E ANÁLISE DE DADOS

Apresenta-se, a seguir, a frequência geral de ocorrência de artigo diante de possessivos pré-nominais na capital de Angola, Luanda.

Após análise das quarenta e nove entrevistas sociolinguísticas, foram obtidos 1.666 possessivos pré-nominais, após os devidos critérios de exclusão e desconsideração de dados. Desses possessivos, 1.114 (66,9%) estavam acompanhados de artigos definidos, enquanto 552 (33,1%) figuravam sem a presença de um artigo, como ilustra o Gráfico 1:

**Gráfico 1** - Variação do uso de artigo definido diante de possessivos pré-nominais em Luanda, Angola

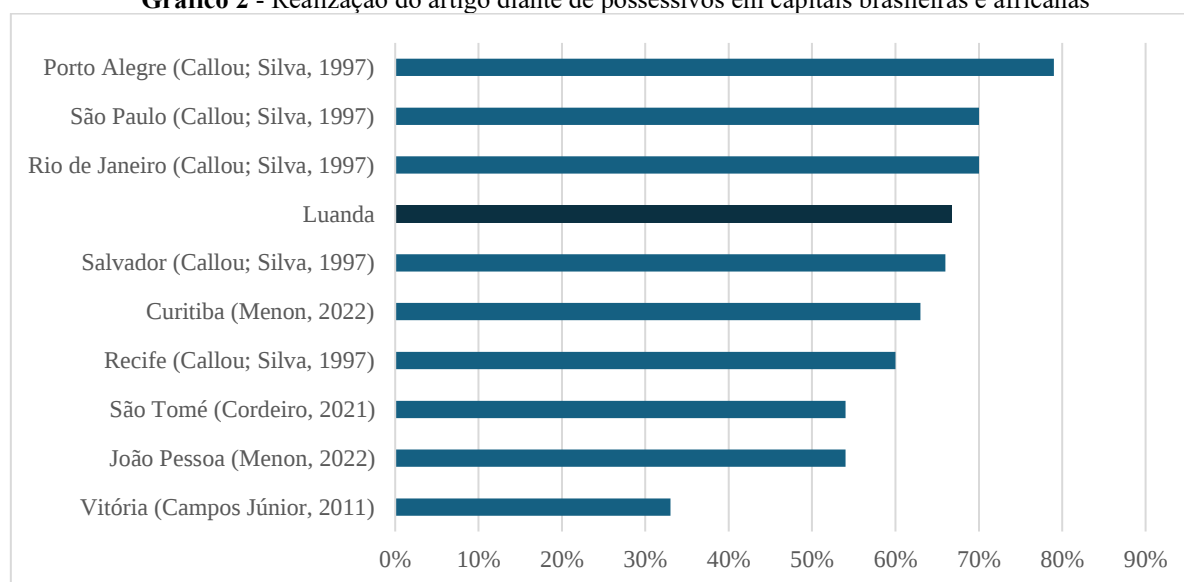


**Fonte:** Elaboração própria.

O gráfico demonstra que a presença do artigo diante de possessivo supera expressivamente sua ausência no *corpus*. Apenas 33,1% dos 1.666 possessivos pré-nominais analisados figuraram sem artigo definido.

O percentual geral de aplicação do artigo pôde ser contrastado com os percentuais gerais de trabalhos que utilizaram como modelo teórico-metodológico a Sociolinguística Quantitativa em diversas comunidades de fala, a exemplo de algumas capitais brasileiras e da capital de São Tomé e Príncipe, no continente africano, conforme demonstrado no Gráfico 2:

**Gráfico 2** - Realização do artigo diante de possessivos em capitais brasileiras e africanas



**Fonte:** Elaboração própria.

Em Luanda, predomina o uso do artigo antes de possessivos pré-nominais, com os números bem próximos aos de grandes capitais brasileiras, como Salvador (66%), Rio de Janeiro (70%) e São Paulo (70%) (Callou; Silva, 1997) e superando, percentualmente, São Tomé (54%) (Gomes e Cordeiro, 2021), uma outra capital africana.

Feitas essas observações gerais acerca dos dados analisados, passa-se à descrição dos contextos significativos que atuam para a ausência de artigo definido. No conjunto das 13 variáveis consideradas na análise da ausência do artigo, foram selecionadas pelas rodadas como relevantes cinco variáveis linguísticas e duas variáveis sociais. Os resultados concernentes ao controle desses grupos de fatores são comentados nas subseções a seguir. Inicialmente, abordam-se as variáveis linguísticas e, posteriormente, as sociais.

## 5.2 AS VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE RELEVANTES

Realizaram-se dois tipos de rodadas no programa Goldvarb X. A primeira rodada foi simples (ainda sem calcular os pesos relativos), para identificar as frequências das variáveis e

os possíveis nocautes. Os dados apresentaram apenas um nocaute na variável função sintática, em que apenas uma ocorrência de possessivo pré-nominal precedendo a função sintática de *Agente da Passiva* figurava no *corpus*. Para eliminá-lo, excluiu-se da rodada o dado em que o nocaute ocorreu e foi feita uma nova rodada, a qual forneceu os pesos relativos e apontou os grupos *ausência/presença e tipo de preposição*, *gênero do núcleo do SN*, *tipo de substantivo*, *número do núcleo do SN* e *função sintática* como os fatores linguísticos e *língua materna* e *faixa etária* do falante como os fatores sociais mais significativos estatisticamente.

Por outro lado, não são relevantes, em termos estatísticos, na omissão do artigo definido diante de possessivos, as seguintes variáveis: *natureza do possuído*, *status informacional*, *local de nascimento do falante*, *pessoa do pronome*, *gênero do informante* e *grau de escolaridade*.

Vale destacar que, nessa rodada, o nível de significância foi de 0.007 e o *Input* de 0.272.<sup>34</sup>

### 5.2.1 Análise de variáveis linguísticas relevantes

Cinco variáveis linguísticas controladas no estudo foram apontadas como significativas para a não-combinação do artigo com possessivo em Luanda. Esses grupos são descritos a seguir.

#### 5.2.1.1 Ausência/presença e tipo de preposição

Esta variável foi a primeira selecionada por ordem de relevância na rodada em que foi testada. Com esse grupo de fatores, controla-se a influência do não-uso de preposição ou uso de cada tipo de preposição na omissão do artigo diante de possessivo. Seus resultados são apresentados na tabela abaixo:

**Tabela 5** - Omissão de artigo definido e ausência/presença e tipo de preposição

| Tipo de preposição     | Apl./Total | %     | Peso relativo |
|------------------------|------------|-------|---------------|
| “com”                  | 69/135     | 51,1% | <u>0.645</u>  |
| Ausência de preposição | 441/1064   | 41,4% | <u>0.644</u>  |

<sup>34</sup> Um nível de significância de 0,007 indica relevância estatística, considerando o critério usual de significância em ciências humanas e sociais, que é 0,05 (5%). Uma vez que  $p = 0,007$ , isso significa que a probabilidade de o resultado observado ser devido ao acaso é de apenas 0,7%, ou seja, é muito baixa. Como  $0,007 < 0,05$ , rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ), indicando que há evidência estatística para suportar a hipótese alternativa ( $H_a$ ), que sugere haver um efeito, diferença, ou relação significativa.

|        |        |       |                     |
|--------|--------|-------|---------------------|
| “para” | 5/14   | 35,7% | <b><u>0.610</u></b> |
| “até”  | 1/3    | 33,3% | 0.583               |
| “por”  | 1/6    | 16,7% | 0.485               |
| “a”    | 2/14   | 14,3% | 0.231               |
| “em”   | 22/206 | 10,7% | 0.178               |
| “de”   | 11/224 | 4,9%  | 0.150               |

**Fonte:** Elaboração própria.

Nos dados analisados, a marcação do artigo foi mais inibida com a preposição *com* precedendo o possessivo (.645) e também quando não há preposição alguma precedendo-o (.644). Percentualmente, contudo, o único fator que demonstra favorecer a omissão de artigo definido é a preposição *com*, a única que supera os 50% de ocorrências sem artigo. Confirma-se, assim, a hipótese inicial de que a frequência de uso do artigo seria favorecida em contextos preposicionados e que permitem a contração com o artigo (*em, a, para, de, por*), por constituir um único elemento antecedendo o pronome possessivo, enquanto preposições com as quais o artigo não pode contrair-se (*com, até, sobre*) apresentam um comportamento inverso ao das preposições que possibilitam essa fusão morfológica. Nesse sentido, sua incapacidade de formar um único elemento com o artigo resulta na manutenção de duas unidades distintas, o que parece desencorajar a realização do artigo acompanhando possessivos na fala.

Enquanto os dados com a preposição *com* indicaram um alto valor de significância, por apresentar um número significativo de ocorrências da preposição, a preposição *até* apresentou apenas uma de três construções desacompanhada de artigo, o que não permite uma observação mais apurada do comportamento do artigo com essa preposição. É possível, contudo, fazer inferências individuais acerca dos dados obtidos.

Ex. 45: “não chega **até a**, realmente, **a minha** porta” (F.M., Faixa B, III, I).

Ex. 46: “da minha primeira classe **até a minha** décima segunda eu nunca tive uma negativa em Língua Portuguesa.” (J.P., Faixa A, III, I).

Ex. 47: “daqui **até Ø minha** casa...” (N., Faixa B, III, II).

No Ex. 45, a presença do artigo parece introduzir um elemento adicional de ênfase, especialmente por tratar-se de um contexto no qual a construção envolve um grau de pausa ou

descontinuidade, como indicado pelo advérbio “realmente”. A presença do advérbio ainda interrompe a sequência fluida entre a preposição *até* e o determinante possessivo *minha*, criando um novo contorno prosódico na frase, marcando a necessidade de um suporte, nesse caso, o artigo, que ajude a retomar e reforçar a estrutura sintática.

Os Ex. 46 e 47 evidenciam o caráter variacional do fenômeno, por apresentar sentenças que apresentam o mesmo possessivo (*minha*), em SNs cujos núcleos exercem a função de *adjunto adverbial* e precedidas pela mesma preposição (*até*). Nota-se, contudo, que a realização do artigo diante de possessivo após a preposição *até* no Ex. 46 é produzida por um falante que tem o português como L1, enquanto a não-realização do artigo no Ex. 47 é produzida por um falante que tem como L1 uma língua banta, oferecendo, por ora, subsídios para a hipótese do contato na omissão do artigo definido por parte dos falantes nativos de línguas bantas.

Convém destacar que não foram identificadas, no *corpus* analisado, sentenças formadas pela preposição **sobre** + [artigo] + **possessivo**, o que teria gerado debates relevantes a respeito do comportamento desse fator na aplicação da regra.

#### 5.2.1.2 Gênero do núcleo do SN

O controle da segunda variável escolhida como relevante pelo programa, *gênero do núcleo do sintagma nominal*, revelou que os sintagmas masculinos tendem a favorecer a omissão do artigo (.624), quando comparados aos femininos (.379):

**Tabela 6** - Omissão de artigo definido e o gênero do núcleo do SN

| Gênero do núcleo do SN | Apl./Total | %     | Peso relativo       |
|------------------------|------------|-------|---------------------|
| Masculino              | 356/823    | 43,3% | <b><u>0.624</u></b> |
| Feminino               | 196/843    | 23,3% | 0.379               |

**Fonte:** Elaboração própria.

As evidências que justificam essa distinção podem ser fonológicas. O artigo definido masculino singular, “o”, pode ser mais propenso à omissão devido à sua menor saliência acústica, uma vez que é comumente produzido como uma vogal fechada /u/ em posição átona. Essa realização mais breve e fechada da vogal pode facilitar sua elisão diante do som consonantal inicial do possessivo. Contudo, o artigo definido feminino singular, “a”, é composto apenas da vogal aberta /a/, que possui maior sonoridade e saliência perceptiva. Na

fala, esse atributo pode impedir que a vogal seja facilmente elidida, o que pode favorecer a manutenção do artigo “a” diante de possessivos para preservar a clareza articulatória.

### 5.2.1.3 Tipo de substantivo

A variável *Tipo de substantivo* também demonstrou ser relevante quanto à não realização do artigo diante de possessivos pré-nominais.

**Tabela 7** - Omissão de artigo definido e o tipo de substantivo

| <b>Tipo de substantivo</b> | <b>Apl./Total</b> | <b>%</b> | <b>Peso relativo</b> |
|----------------------------|-------------------|----------|----------------------|
| Concreto                   | 451/1226          | 36,8%    | <u><b>0.533</b></u>  |
| Abstrato                   | 101/440           | 23,0%    | 0.409                |

**Fonte:** Elaboração própria.

Contrariando os resultados obtidos por Callou e Silva (1997) nas capitais brasileiras, nota-se que, em Luanda, os substantivos concretos que figuram no núcleo do sintagma nominal tendem a inibir o artigo (.533), ao invés de favorecer o uso. O alto grau de saliência referencial dos substantivos concretos pode ser um dos fatores que determinam a omissão do artigo mais frequentemente que antecedendo sintagmas com núcleos abstratos, semelhantemente ao observado nas cartas baianas analisadas por Brito (2019), nas quais os substantivos abstratos favorecem o uso do artigo (115/153=75,2%; P.R. .70), enquanto os substantivos concretos o inibem (72/173=41,6%; P.R. .32).

### 5.2.1.4 Número do núcleo do SN

A variável *Número do núcleo do sintagma nominal* revelou uma sutil predominância dos sintagmas singulares em relação aos plurais na aplicação da regra de omissão do artigo:

**Tabela 8** - Omissão de artigo definido e o número do núcleo do SN

| <b>Número do núcleo do SN</b> | <b>Apl./Total</b> | <b>%</b> | <b>Peso relativo</b> |
|-------------------------------|-------------------|----------|----------------------|
| Singular                      | 437/1296          | 33,7%    | <u><b>0.524</b></u>  |
| Plural                        | 115/370           | 31,1%    | 0.415                |

**Fonte:** Elaboração própria.

A hipótese de Silva (1982) sobre o fator número é de que se o uso do artigo ocorre para determinar maior ou menor especificidade do DP, o plural necessitaria menos da presença do artigo que o singular. Numa tentativa de comprovar a hipótese de Silva, Floripi (2008) verificou que, em Portugal, entre os séculos XVI e XIX, as ocorrências de artigos junto a possessivos no singular eram ligeiramente mais frequentes do que aquelas com o possessivo no plural, ou seja, o plural favoreceria a *omissão* do artigo, indo na contramão do observado com os dados de Luanda. Ainda nos termos de Silva, o plural também favoreceu a ausência de artigo em São Tomé (Gomes; Cordeiro, 2021) reforçando a ideia do plural como um demarcador de “definição intrínseca” que dispensa o uso de artigo.

Em dados do PB, contudo, os resultados tendem a ser diversos. Nos estudos de Menon (2022), os possessivos plurais parecem favorecer a ausência de artigo, tanto em Curitiba, quanto em João Pessoa, que apresentaram (.515) e (.523), respectivamente, de peso relativo para o singular. Em Vitória, no Espírito Santo, os sintagmas na forma plural não se distinguiram significativamente dos sintagmas na forma singular quanto ao uso do artigo em termos estatísticos (Campos Júnior, 2011).

O caso que mais parece alinhar-se com os resultados de Luanda é o observado em cartas baianas do século XX, que indicou um favorecimento discreto da realização do artigo em sintagma possessivo plural, enquanto SN singular apresenta comportamento próximo à neutralidade (.53). Para Brito (2019), a maior omissão do artigo em sintagmas singulares aponta para um componente sintático da variação de uso do artigo diante de possessivo, visto que, na variedade popular do PB, nem sempre a flexão de número apresenta-se em todos os elementos do SN, sendo a marca de plural mais realizada nos elementos que antecedem o núcleo do sintagma, inclusive no artigo.

Ex. 48: “...fazer o jantar **dos meu filhos**.” (A.E., Faixa A, I, I).

Ex. 49: “...**as** *nossa* **crianças** de hoje já não conseguem refazer-nos recordar todos aqueles tempos que nós vivemos.” (A.J., Faixa A, II, I).

Sendo assim, e coadunando com Brito (2019), entende-se que a omissão do artigo pode ser mais comum em Luanda em contextos de singular pelo fato de o singular possuir menos marcas morfológicas para processar em comparação ao plural, no qual o número deve ser sinalizado no artigo, no possessivo e no substantivo, conforme demonstrado nos exemplos.

Além disso, optou-se por cruzar os grupos *Gênero* e *Número do núcleo do SN* para observar até que ponto as variáveis se influenciavam quanto à não-ocorrência do artigo. Com a tabulação cruzada, obtiveram-se os seguintes percentuais:

**Tabela 9** - Omissão de artigo definido: gênero e número do núcleo do SN

| <b>Gênero</b> | <b>Masculino</b>     |            | <b>Feminino</b>      |          | <b>Total</b>         |          |
|---------------|----------------------|------------|----------------------|----------|----------------------|----------|
| <b>Número</b> | <b>Não oc./Total</b> | <b>%</b>   | <b>Não oc./Total</b> | <b>%</b> | <b>Não oc./Total</b> | <b>%</b> |
| Singular      | 269/566              | 34%        | 168/730              | 23%      | 437/1296             | 34%      |
| Plural        | 87/257               | <b>48%</b> | 28/113               | 25%      | 115/370              | 31%      |
| Total         | 356/823              | 43%        | 196/843              | 23%      | 552/1666             | 33%      |

**Fonte:** Elaboração própria.

Na análise interseccionaria, a ausência de artigo ocorre em **48%** dos sintagmas masculinos no plural, tornando-se o contexto mais próximo de um uso consistente da regra de não-aplicação do artigo.

Ex. 50: “Vivia com Ø *meus* pais lá no Bié.” (A.O., Faixa B, II, I)

Ex. 51: “É difícil nós dialogarmos com essa pessoa, por exemplo, Ø *nossos* mais velhos e mesmo pessoas de média idade que vêm do interior.” (N., Faixa B, III, II)

O feminino singular (23%) é o contexto que apresenta maior resistência à omissão de artigo, o que pode indicar uma tendência maior de marcação linguística nesses casos.

Ex. 52: “...tenho que pedir o Pai pra me ajudare e o Anjo da Guarda pra vire guardar **a** *minha* alma de noite.” (L., Faixa C, I, I)

Ex. 53: “Há lugares, há instituto, em que ensinam a língua nacional, mas **a** *nossa* língua ainda não se faz sentir aqui em nosso país.” (J.P., Faixa A, III, I)

Fato interessante nesse cruzamento é que, apesar de a variável *Número do núcleo do sintagma nominal* ter apresentado uma predominância geral dos sintagmas singulares em relação aos plurais, é são os sintagmas masculinos no plural que mais favorecem a omissão de artigo definido diante de possessivos.

### 5.2.1.5 Função sintática

No que diz respeito à relevância da função sintática do sintagma nominal onde se encontra o possessivo, quinto contexto linguístico mais relevante para a não-realização do artigo, o software indicou como mais produtivos os contextos em que o possessivo ocupa a posição de *predicativo* e de *adjunto adverbial*, conforme exposto na tabela 10:

**Tabela 10** - Omissão de artigo definido e a função sintática

| Função sintática    | Apl./Total | %     | Peso relativo |
|---------------------|------------|-------|---------------|
| Predicativo         | 43/77      | 55,8% | <u>0.676</u>  |
| Adjunto Adverbial   | 94/333     | 28,2% | <u>0.607</u>  |
| Sujeito             | 295/685    | 43,1% | 0.501         |
| Objeto indireto     | 14/61      | 23,0% | 0.476         |
| Objeto direto       | 87/274     | 31,8% | 0.422         |
| Aposto              | 5/23       | 21,7% | 0.411         |
| Adjunto Adnominal   | 10/155     | 6,5%  | 0.387         |
| Complemento Nominal | 4/57       | 7,0%  | 0.358         |

**Fonte:** Elaboração própria.

Os resultados da tabela 10 revelam que a omissão do artigo diante de possessivo é mais favorecida quando o SN exerce a função de *predicativo* (.676) (Ex. 54) e *adjunto adverbial* (.607) (Ex. 55).

Ex. 54: “...ele é Ø meu troféu de guerra.” (A.V., Faixa C, I, II)

Ex. 55: “Vivi com Ø minha avó também.” (L., Faixa B, III, I)

Possessivo em função de sujeito apresenta um resultado dentro da neutralidade (.501), embora percentualmente o uso do artigo (56,9%) supere o não-uso (43,1%). *Adjunto adnominal* (.387) e *complemento nominal* (.358) parecem favorecer o uso do determinante antes de possessivo, com pesos relativos próximos. Nota-se, contudo, que os possessivos em função de *complemento nominal*, assim como em *aposto*, ocorreram poucas vezes nos dados analisados,

não permitindo uma plena interpretação de suas funções como realmente favorecedoras do uso do artigo.

A função sintática também se demonstrou relevante em estudos sociolinguísticos prévios. No estudo de Callou e Silva (1997), à guisa de exemplo, a função *adjunto adverbial* apresentou frequência alta de uso do artigo diante de possessivos (86%)<sup>35</sup>. Os fatores que apresentaram os menores PR no estudo das autoras quanto ao uso do artigo foram *antitópico* (2/10=20,0%; P.R .12), correspondente ao aposto, e *genitivo* (85/123=69,0%; P.R .19), ou seja, são os principais inibidores de artigo nesse contexto, resultados que divergem do que foi observado em Luanda, onde o *aposto* e o *adjunto adnominal*, apesar do alto grau de especificidade, não apresentam altos índices de omissão do artigo.

Sedrins, Pereira e Silva (2017) observaram em Carnaíba e em Serra Talhada, sertão pernambucano, que a função sintática *objeto indireto* (.75 e .79, respectivamente para ambos os municípios) é a função que aparece como mais significativa para uso do artigo, coadunando com os resultados aqui encontrados, que também apontam para um uso que supera o não-uso nesse contexto. Contudo, as funções sintáticas de *antitópico* (Carnaíba .12; Serra Talhada .28) e *adjunto adnominal* (Carnaíba .32; Serra Talhada .38) foram as que menos favoreceram a ocorrência o artigo nas localidades, na contramão do que se observou em Luanda.

Caso ainda mais interessante é o constatado por Gomes e Cordeiro (2021), em dados de São Tomé, que controlaram as funções sintáticas que mais propiciam a não realização de artigo definido diante de possessivo, tal qual o presente estudo, e obtiveram como resultado as variantes *adjunto adverbial* (.752), *obliquos nucleares* (.691) e *predicativo* (.667), alinhando-se aos resultados de Luanda, que também apontaram *predicativo* (.676) e *adjunto adverbial* (.607) como as funções mais relevantes para a não realização do artigo.

Convém destacar que os resultados das variedades africanas de Luanda e de São Tomé vão de encontro ao que postulou Câmara Júnior (1978), que afirmava que, devido ao possessivo não ter necessariamente função de partícula definida, exigiria artigo em função prediativa, fato que não se verifica expressivamente nessas variedades.

---

<sup>35</sup> Quanto ao *adjunto adverbial* em Callou e Silva (1997), ocorre uma discrepância no que tange ao à porcentagem e o peso relativo (.36), o que as autoras atribuem a uma superposição de grupos, o que teria feito o programa computacional, por razões estatísticas, escolher o fator cujos dados estavam melhor distribuídos em torno de uma ou outra das variáveis envolvidas (nesse caso, presença de preposição foi o fator escolhido).

## 5.2.2 Análise de variáveis sociais relevantes

Foram apontadas como relevantes duas variáveis extralinguísticas de natureza social, a saber: *língua materna do falante e faixa etária*.

### 5.2.2.1 Língua materna

A variável *língua materna* foi a variável social escolhida como mais relevante pelo programa para a omissão de artigo definido diante de possessivos pré-nominais.

**Tabela 11** - Omissão de artigo definido e a língua materna do falante

| Língua materna    | Apl./Total | %     | Peso relativo       |
|-------------------|------------|-------|---------------------|
| Línguas Africanas | 243/631    | 38,5% | <b><u>0.583</u></b> |
| Português         | 309/1035   | 29,9% | 0.449               |

**Fonte:** Elaboração própria.

Conforme apresentado na tabela 11, os resultados indicam um favorecimento à omissão do artigo por parte dos falantes que têm português como L2 (.583), ou seja, falantes que têm línguas africanas do grupo banto como L1. O favorecimento à omissão do artigo por parte dos falantes de línguas bantas reforça e corrobora a hipótese do contato linguístico no fenômeno, além de confirmar a hipótese inicial aventada no presente estudo de que a omissão do artigo seria mais observada na fala de indivíduos que têm o português como L2 em virtude de divergências de processamento de fala causadas pelas diferenças na morfologia nominal das línguas africanas do grupo banto em contato com a língua portuguesa, dado que o sistema de artigos das línguas bantas faladas em Luanda não encontra paralelo formal e funcional com os artigos da língua portuguesa.

Convém hipotetizar uma justificativa para o alto índice geral de uso do artigo em Luanda, sobretudo se comparado a outras comunidades de fala também marcadas pelo contato, para além dos fatores posteriormente detalhados: a semelhança entre os artigos das línguas bantas cujas gramáticas foram aqui descritas e o do português, ainda que essas estruturas não sejam funcionalmente análogas no sentido de demarcar definitude.

Embora a variável *Escolaridade* não tenha sido considerada estatisticamente relevante de forma isolada, o cruzamento dessa variável com a *Língua materna* permite explorar possíveis interações entre o nível de escolaridade e a língua de origem na omissão do artigo definido

diante de possessivos pré-nominais. Esse cruzamento se justifica pelo potencial de a escolaridade funcionar como um moderador no impacto da língua materna sobre o fenômeno em estudo. Assim, a análise exposta na tabela 12 busca observar se o grau de escolaridade altera padrões de omissão associados à influência do contato linguístico.

**Tabela 12** - Omissão de artigo definido: língua materna e escolaridade

| Escolaridade      | Baixa ou Nula |     | Ensino Médio  |     | Culta         |     | Total         |     |
|-------------------|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|---------------|-----|
| Língua materna    | Não oc./Total | %   | Não oc./Total | %   | Não oc./Total | %   | Não oc./Total | %   |
| Português         | 115/359       | 32% | 103/293       | 35% | 91/383        | 24% | 309/1035      | 30% |
| Línguas africanas | 155/416       | 37% | 31/77         | 40% | 57/138        | 41% | 243/631       | 39% |
| Total             | 270/775       | 35% | 134/370       | 36% | 148/521       | 28% | 552/1666      | 33% |

**Fonte:** Elaboração própria.

De modo geral, a ausência do artigo é relativamente alta em falantes com baixa escolaridade (270/775=34%; P.R. .46) e escolaridade nível médio (134/370=36%; P.R. .22), sugerindo que a omissão de artigo é aplicada de forma mais frequente entre falantes com acesso mais básico ou nulo à educação formal. Os dados apontam que, quanto maior o nível de escolaridade, menor a frequência da ausência do artigo (148/521=28%; P.R. .31), sugerindo que a norma culta favorece a presença do artigo em contextos em que a ausência seria esperada.

Na interseção entre *Escolaridade* e *Língua Materna*, a ausência ocorre em **37%** das ocorrências de possessivos pré-nominais de falantes com escolaridade baixa ou nula e que têm português como L2. O nível de omissão do artigo tende a aumentar conforme o grau de instrução dos falantes cresce, atingindo seu maior percentual, 41%, na fala dos sujeitos que têm o português como L2 e que já chegaram ou concluíram o ensino superior.

Por outro lado, o inverso acontece com os falantes de português como L1, uma vez que a ausência do artigo na fala de falantes cultos cai para **24%**, destacando o efeito da norma europeia, que tende a maximizar o uso do artigo nesse grupo. Assim, o grupo de falantes nativos de português de maior escolaridade converge para um padrão mais prescritivo (presença do artigo), enquanto os grupos de baixa escolaridade e falantes de línguas africanas preservam a ausência do artigo como um traço estatisticamente mais frequente.

#### 5.2.2.2 Faixa etária

O último fator selecionado como favorecedor da omissão de artigo diante de possessivo pré-nominal foi a *faixa etária*, compreendida em três faixas diferentes, conforme exposto na tabela 13:

**Tabela 13** - Omissão de artigo definido e a faixa etária do falante

| Faixa etária    | Apl./Total | %     | Peso relativo |
|-----------------|------------|-------|---------------|
| 18 a 35 anos    | 251/719    | 34,9% | <u>0.533</u>  |
| 36 a 50 anos    | 205/555    | 36,9% | <u>0.531</u>  |
| Mais de 50 anos | 96/392     | 24,5% | 0.398         |

**Fonte:** Elaboração própria.

Os resultados alcançados pela variável apontam que a Faixa A, formada por indivíduos de 18 a 35 anos, e a Faixa B, por participantes que têm 36 a 50 anos, são fatores que favorecem a omissão do artigo. Em contrapartida, a Faixa C, constituída por participantes que têm mais de 50 anos, favorece o uso do artigo.

O estudo de Araújo e Azevedo (2023), que analisou a variação do artigo diante de nomes próprios de pessoas no mesmo *corpus* utilizado no presente estudo e fazendo uso da mesma estratificação etária, indicou um processo de variação estável no comportamento do grupo faixa etária em Luanda. Embora o estudo não contasse com uma quantidade expressiva de dados, o que poderia permitir deduções mais consistentes, a faixa intermediária apresentou um índice percentual de uso do artigo próximo da neutralidade (45%) e o grupo de falantes mais jovens realizou mais o artigo (73%) em relação ao grupo de falantes mais velhos (61%), que também apresentou um índice alto de uso do artigo.

O comportamento variável do artigo quanto ao grupo *faixa etária* segue um caminho diferente no contexto de possessivos, pois os resultados aqui obtidos indicam uma mudança em curso que parece favorecer a omissão do artigo por parte dos mais jovens, distanciando-se da norma europeia de uso categórico do artigo e caminhando em direção à consolidação de uma identidade linguística própria da comunidade de fala.

### 5.3 SÍNTESE DA SEÇÃO

Apresentaram-se, nesta seção, os resultados da análise do uso variável do artigo definido diante de possessivos pré-nominais em Luanda, capital de Angola. Levantaram-se no *corpus*

1.666 sintagmas em contextos que possibilitam a variação de presença ou ausência do artigo diante de possessivo, dos quais 1.114 (66,9%) foram precedidos por artigo, enquanto 552 (33,1%) figurava sem o determinante, tendo sido a ausência de artigo tomada como regra para que seus condicionamentos fossem observados.

A análise dos dados relevou que a omissão variável do artigo diante de possessivos pré-nominais no *corpus* é condicionada por fatores linguísticos e também por fatores de ordem social, considerando as variáveis selecionadas como relevantes pelo programa de processamento estatístico dos dados.

Em relação aos **condicionantes linguísticos**, foi possível observar que:

- No que concerne ao grupo *ausência ou presença e tipo de preposição* diante do possessivo pré-nominal, a análise constatou que, nos casos em que havia preposições impassíveis de contração com o artigo, o uso do artigo foi inibido, indicando um desencorajamento da produção de duas unidades distintas (a preposição e o artigo) na fala em situações que não permitem a fusão.
- Quanto ao *gênero do núcleo do sintagma nominal*, os resultados indicaram que substantivos masculinos apresentaram maior frequência de omissão artigo definido em comparação aos substantivos femininos. Tal disparidade pode estar associada a fatores fonológicos que reforçam a necessidade do artigo em estruturas femininas, enquanto as formas masculinas podem ser mais suscetíveis à omissão, fato que carece de ser reforçado em estudos variacionistas posteriores.
- O *número do núcleo* também se mostrou relevante. Substantivos no singular exibiram uma frequência levemente maior de omissão do artigo definido em relação aos substantivos no plural. O não-uso do artigo pode ser explicado pelo processamento de substantivos singulares, que dispõem de menos marcas morfológicas, em comparação com o plural, no qual o número deve ser sinalizado no artigo, no possessivo e no próprio substantivo. Para uma visão mais ampla dos resultados, decidiu-se fazer uma tabulação cruzada entre as variáveis *número do núcleo* e *gênero do sintagma nominal*, revelando que a ausência de artigo ocorre mais frequentemente em sintagmas masculinos no plural, tornando-se o contexto mais favorável à omissão do artigo.

- Os resultados relativos ao *tipo de substantivo* revelaram que substantivos concretos apresentaram maior propensão à omissão do artigo definido em comparação aos abstratos. A concretude dos substantivos parece favorecer a explicitação do referente, dispensando o determinante, enquanto os substantivos abstratos, por sua natureza mais genérica, tenderam a figurar mais com o artigo.
- Por fim, a *função sintática* do sintagma nominal também demonstrou relevância estatística. Sintagmas que desempenhavam funções de predicativo do sujeito ou adjunto adverbial apresentaram menor incidência variável de artigo definido, indicando que a posição e a relevância do sintagma dentro da estrutura oracional influenciam no uso ou na omissão do artigo definido.

O **condicionamento social** do uso do artigo com possessivo no *corpus* sugere que:

- Os resultados da variável *Língua materna* indicam que falantes cuja L1 são línguas africanas do grupo banto tendem a preferir a omissão do artigo definido diante de possessivos pré-nominais em comparação aos falantes nativos de português. O peso relativo (.583) desse grupo confirma a influência do contato linguístico no fenômeno, uma vez que as línguas bantas faladas em Luanda não possuem um sistema de artigos equivalente ao do português. Além disso, o cruzamento com a variável *Escolaridade* revela que, entre os falantes de línguas africanas, a omissão do artigo aumenta conforme o nível de escolaridade cresce, atingindo 41% entre aqueles com ensino superior. Em contrapartida, os falantes nativos de português apresentam um comportamento oposto, reduzindo a omissão à medida que o nível de instrução aumenta, chegando a apenas 24% entre os falantes cultos, sugerindo que a norma culta influencia fortemente o uso do artigo entre falantes nativos de português, enquanto os falantes de línguas africanas mantêm a omissão como um traço mais persistente, independentemente do nível de escolaridade.
- No que diz respeito à *Faixa etária*, os dados mostram que indivíduos mais jovens (18 a 35 anos) e os da faixa intermediária (36 a 50 anos) favorecem a omissão do artigo, enquanto falantes com mais de 50 anos apresentam uma maior tendência ao uso do artigo definido. Os pesos relativos (.533 e .531 para os grupos dos mais jovens e o intermediário, respectivamente) indicam um processo

de mudança em andamento, que pode estar associado à consolidação de uma identidade linguística própria da comunidade luandense. Ao contrário do observado acerca do uso do artigo antes de nomes próprios em Luanda, em que os mais jovens demonstraram uma maior realização do artigo, o contexto dos possessivos sugere um afastamento da norma europeia e uma maior aceitação da omissão do artigo entre as gerações mais novas.

Os resultados sugerem, com relevância estatística, que a omissão do artigo definido diante de possessivos pré-nominais em Luanda está associada ao contato linguístico. Assim, entende-se que os fatores descritos nesta seção são, de fato, produtivos para a omissão do artigo acompanhando possessivos pré-nominais na fala luandense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, fundamentada no arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, analisou a variação presença/ausência do artigo definido diante de possessivos pré-nominais no português oral luandense a partir de dados orais coletados em campo e levantados nas transcrições das entrevistas sociolinguísticas gravadas em 2008 e 2013, pertencentes ao banco de dados do projeto de pesquisa “Em busca das raízes do português brasileiro”, vinculado ao NELP da UEFS.

Ao longo do estudo, analisou-se os fatores que condicionam a omissão do artigo definido diante de possessivos pré-nominais no português falado em Luanda, considerando tanto fatores linguísticos quanto sociais. O objetivo central foi compreender como esse fenômeno se manifesta na variedade angolana da língua portuguesa e quais fatores condicionam tal variação, em oposição à categorização do uso do artigo observada no português europeu.

Levou-se em consideração as peculiaridades do processo de formação linguística de Angola para comparar os resultados aqui obtidos com resultados outras variedades da língua portuguesa, sobretudo aquelas cuja formação sofreu influências das línguas africanas, como no Brasil, para buscar vestígios do contato linguístico ocorrido entre o português europeu e as línguas africanas durante o período da colonização.

Para análise dessa amostra, consideraram-se três questões, levantadas na introdução:

i) Há vestígios do contato entre o português e as línguas africanas na construção e na consolidação da norma linguística de Angola a partir do não-preenchimento do artigo diante de possessivos pré-nominais?;

ii) Quais são os principais contextos, estruturais e sociais, que favorecem a omissão do artigo definido diante de pronomes possessivos pré-nominais na variedade luandense da Língua Portuguesa?

iii) Considerando um *continuum* sócio-histórico de colonização portuguesa, o português de Angola aproxima-se mais da variedade brasileira ou da europeia?

Retomando tais questões, na investigação pôde ser observado que:

i) a norma angolana, representada por Luanda, reflete vestígios de contato linguístico entre o português e as línguas bantas, conforme confirmado pelos dados. Primeiramente, aferiu-

se que a omissão do artigo ocorre de maneira sistemática na comunidade de fala, o que sugere que essa estrutura foi incorporada à gramática da comunidade, dado que as línguas africanas do grupo banto apresentam um sistema de artigos que não encontra paralelo formal no sistema de artigos da língua portuguesa, o que pode favorecer desvios nos usos dos artigos. Além disso, a análise estatística demonstrou que o grupo que mais omite o artigo definido diante de possessivos é o grupo de falantes cuja L1 são línguas africanas do grupo banto, em comparação aos falantes nativos de português, sugerindo dificuldades de processamento criadas pelas diferenças na morfologia nominal das línguas africanas e das línguas indo-europeias (cf. Avelar; Galves, 2014);

ii) os fatores que condicionam a variação apontados pelo software estatístico são de ordem linguística, como a *ausência ou presença (e tipo) de preposição*, o *gênero* e o *número do sintagma nominal*. Além disso, a *função sintática* do sintagma nominal na oração influencia a ausência do artigo, sobretudo quando o núcleo do sintagma nominal antecedido por possessivo encontra-se em posição de **predicativo** do sujeito ou **adjunto adverbial**. Uma vez que fatores como *status informacional* e *natureza do possuído* não foram selecionados como estatisticamente relevantes para a ausência do artigo, não foi possível analisar interpretativamente o fator definitude na semântica que correlaciona posse e referencialidade, fato que carece de ser observado minuciosamente em estudos posteriores sobre o fenômeno. Fatores de ordem social também influenciam na variação do fenômeno, como a *língua materna do falante* e sua *faixa etária*. Com o cruzamento de variáveis, observou-se que falantes com menor escolaridade e cuja língua materna não é o português tendem a omitir o artigo definido com mais frequência.

iii) comparações feitas a nível de análise sobre o fenômeno indicam que a norma angolana **apresenta divergências a nível morfossintático da variante europeia, sendo mais próxima do português brasileiro nesse sentido**. A hipótese explicativa para essa convergência aqui assumida é o contato histórico entre Brasil e Angola e pela participação das línguas bantas nas formações de suas variedades. O fato reforça a importância de estudos que considerem o impacto do contato na formação das variedades do português, especialmente em contextos multilíngues como o de Angola.

Entende-se que os resultados aqui obtidos reforçam a compreensão da variação sistemática morfossintática do artigo, podendo esta ser explicada a partir de uma abordagem que entrecruza fatores linguísticos estruturais e sociais quanto à realização ou não-realização

do artigo. Ademais, ao descrever e caracterizar um aspecto gramatical do português de Angola, a pesquisa amplia o conhecimento sobre a norma linguística angolana, ainda em processo de documentação e consolidação, contribuindo para a valorização de sua identidade linguística e para o reconhecimento de suas especificidades.

Por fim, cabe trazer que alguns aspectos levantados nesta análise demandam maiores esclarecimentos futuros, como: a observação da correlação entre a variável tipo de sintagma (sintagma nominal verdadeiro ou sintagma preposicionado) e a variação do artigo, a correlação entre posse e referencialidade para entender a possível natureza expletiva do artigo definido diante de possessivos pré-nominais, o impacto de mudanças educacionais e políticas na normatização do português de Angola e, finalmente, a percepção dos falantes sobre o fenômeno, sobretudo para verificar a existência de avaliação social e formas de prestígio entre as formas com e sem artigo.

Como é natural no saber científico, essas e outras lacunas serão preenchidas a partir da ampliação do escopo de pesquisas sobre o fenômeno em questão, o que já está em processo. Para um aprofundamento mais abrangente, futuras pesquisas realizadas sob o aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Quantitativa poderiam contemplar outras regiões de Angola, verificando se as tendências identificadas em Luanda são representativas do país como um todo. Além disso, estudos diacrônicos na região de Angola podem oferecer uma visão ainda mais detalhada da evolução da variação ao longo do tempo, permitindo entender com maior precisão os processos de mudança linguística em contextos de contato prolongado no país. O estudo da variação do uso do artigo definido em contextos multilíngues configura um campo promissor para estudos sociolinguísticos que consideram o contato entre línguas e a transferência de propriedades morfossintáticas.

## REFERÊNCIAS

ABOH, Enoch Oladé. **The Emergence of Hybrid Grammars: Language Contact and Change**. Cambridge: Cambridge University Press. 2015.

ADRIANO, Paulino S. **A crise normativa do português em Angola: cliticização e regência verbal: que atitude normativa para o professor e o revisor?** Luanda: Mayamba, 2015.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

ANGOLA. INE - Instituto Nacional de Estatística. **RESULTADOS DEFINITIVOS RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO - 2014**. Gabinete Central do Censo Subcomissão de Difusão de Resultados. Luanda, Angola. 2016. Disponível em:

[http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014\\_Versao%2022032016\\_DEFINITIVA%2018H17.pdf](http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf). Acesso em: 01 set. 2023.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. **A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu**. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português Brasileiro**. 2014. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; AZEVEDO, Matheus de Araujo. A variação no uso do artigo definido diante de antropônimos no português falado em Luanda-Angola. In: SOUSA, Valéria Viana; SILVA, Jorge Augusto Alves da (org.). **A variação e a mudança linguística na Língua Portuguesa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; AZEVEDO, Matheus de Araujo. O artigo definido diante de antropônimo em duas variedades não europeias do português. In: ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; ARAUJO, Jean Marcel Oliveira (org.). **Lusofonia afro-brasileira: questões sócio-históricas e linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025, p. 257-278.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. Pesquisas com dados do português falado em Luanda-Angola: algumas considerações metodológicas. In: ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; ARAUJO, Jean Marcel Oliveira (org.). **Lusofonia afro-brasileira: questões sócio-históricas e linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025, p. 15-44.

ATANÁSIO, Nicolau. **Ausência do Artigo no Português de Moçambique: Análise de um corpus constituído por textos de alunos do Ensino Básico em Nampula**. 2002. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Universidade Pedagógica – Moçambique, Nampula, 2002.

AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. **Linguística**, Montevideu, v. 30, n. 2, p. 241-288, dec. 2014.

AZEVEDO, Matheus de Araujo. The variation in the use of the defined article before anthroponyms in the Portuguese spoken in Luanda-Angola. In: Benjamin Meisnitzer; Máté Huber. (org.). **Pluricentric Languages in Africa and in Other Regions of the World**. Graz: PCL-Press, 2024, p. 83-94.

BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BAL, Willy. **Afro-Romanica studia**. Albufeira: Edições Podeidon, 1979.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das mãos inábeis em corpora histórico-diacrônicos. **Revista da ABRALIN**, v.16, n.2, p. 19-43, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017.

BAXTER, Alan; LOPES, Norma. **Variação no uso de artigos**: uma comparação. Trabalho apresentado à 20ª Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, João Pessoa, 2004.

BAXTER, Alan; LOPES, Norma. O artigo definido. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José. **Política Linguística para o Ensino Bilíngue em Angola**. 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Linguísticas Críticas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2018.

BRITO, Rosana Carvalho. **Uso variável dos artigos definidos antes de possessivos em cartas pessoais do sertão baiano (século XX)**. 2019. 553 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

BROADHEAD, Susan H.; MARTIN, Phyllis. **Historical dictionary of Angola**. 2. ed. Metuchen, NJ: The Scarecrow Press, 1992.

CÁ, Lourenço Ocuni. Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 207–224, 2010.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, D. (org.). **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.

CÂMARA JÚNIOR, João Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. Rio de Janeiro:

J. Ozon, 1978.

CÂMARA JÚNIOR, João Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAMPOS JÚNIOR, Heitor da Silva. **A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba**. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CAREGNATO, Lucas. Domínio colonial português em Angola nos séculos XV e XVI. In: X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS, 2010, Santa Maria. **Anais do X Encontro Estadual de História – ANPUHRS**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2010.

CASTRO, Ana. **On Possessives in Portuguese**. Dissertação de Mestrado em Linguística, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

CASTRO, Ana. Possessivos e artigo definido expletivo em PE e PB. **Veredas - Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1 e 2. 2016.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: IBEP, 2009.

CHATELAIN, Heli. **Grammatica Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola**. Genebra, Typ. de Charles Schuchardt: 1888.

CHAVAGNE, Jean-Pierre. **La langue portugaise d'Angola** – etude des écarts par rapport à lanorme européenne du portugais. Tese (Doutorado) – Université Lumière. Lyon 2. 2005

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

COELHO, Mariele Nazaré. Migrações contemporâneas em Angola: culturas e identidades construídas e reconstruídas. **Cadernos CERU**, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 2, p. 60–83, 2021.

COMERFORD, Michael G. **O rosto pacífico de Angola: biografia de um processo de paz (1991-2002)**. Luanda, 2005.

COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (org.). **O português quinhentista: estudos linguísticos**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 284-306.

COUTO, Hildo Honório do. **Contato interlinguístico: da interação à gramática**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, 1999.

COUTO, Hildo Honório do. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas**. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2016.

DEGRAFF, Michel. Against Creole Exceptionalism. **Language**, [S.L.], v. 79, n. 2, p. 391-410, 2003. Project MUSE. <http://dx.doi.org/10.1353/lan.2003.0114>.

DEGRAFF, Michel. Creole Exceptionalism and the (Mis)Education of the Creole Speaker. In: KLEIFGEN, Jo Anne; BOND, George C.. **The Languages of Africa and the Diaspora: Educating for Language Awareness**. Toronto: Multilingual Matters, 2009. p. 124-144.

FERNANDES, João; NTONDO, Zavoni. **Angola: povos e línguas**. Luanda: Editorial Nzila, 2002.

FIELD, Fred. Second Language Acquisition in Creole Genesis. In: ESCURE, G.; SCHWEGLER, A. (org.). **Creoles, Contact and Language Change: Linguistic and Social Implications**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004. pp. 127-160.

FLORUPI, Simone. **Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do português**. 2008. 271f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola. In: **Anais do SIELP**, Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

GANGA, José Gabriel. **Tendências fonológicas e ortográficas do Português em Luanda** (Dissertação de Mestrado). Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, 2016.

GOMES, Danielle Kely; CORDEIRO, Livia Rodrigues. O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 95-114, 2021.

GONÇALVES, Perpétua. Falsos sucessos no processamento do *input* na aquisição de L2: papel da ambigüidade na gênese do português de Moçambique. **Revista da ABRALIN**, v. 4, n. 1 e 2, p. 47-73, 2005.

HAUGEN, Einar. Language Planning in Modern Norway (1959 [1961]). In: DIL, A. S. **The Ecology of Language: Essays by Einar Haugen**. Stanford: Stanford University Press, 1972, p. 133-147.

HAUGEN, Einar. The Ecology of Language (1971). In: DIL, Anwar S. **The Ecology of Language: Essays by Einar Haugen**. Stanford: Stanford University Press, 1972, p. 325-339.

HEIMER, Franz-Wilhelm. **Educação e sociedade nas áreas rurais de Angola: resultados de um inquérito**. Luanda: Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, 1974.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. **Language Contact and Grammatical Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HICKEY, Raymond. Contact and Language Shift. In: HICKEY, Raymond (org.). **The Handbook of Language Contact**. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 2010.

HOLM, John. Semi-criolization: Problems in the development of theory. In: NEUMANN-HOLZSCHUH, Ingrid; SCHNEIDER, Edgar (org.). **Degrees of restructuring in creole languages**. Amsterdã: Benjamins, 2000, pp. 19-40.

HOLM, John. **Languages in contact**: the partial restructuring of vernaculars. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ILARI, Rodolfo. **Lingüística Românica**. São Paulo: Ática, 1992.

INVERNO, Liliana. Português vernáculo do Brasil e Português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. In: FERNÁNDEZ, Mauro; FERNÁNDEZ-FERREIRO, Manuel; VÁZQUEZ VEIGA, Nancy (org.). **Los Criollos de base ibérica**: ACBLPE. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt Am Main: Vervuert, p. 201-213, 2004.

INVERNO, Liliana. Angolan Portuguese: Its historical development and current sociolinguistic setting. In: ÁLVAREZ, Laura; GONÇALVES, Perpétua; AVELAR, Juanito Ornelas de (org.). **The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil**. Amsterdam: John Benjamins, 2018. p. 111-134.

JAKOBSON, Roman. **Prinzipien der historischen Phonologie**. TCLP 4.257-267. 1931.

JÚNIOR, Miguel. **Análise da História Geral das Guerras Angolanas (1575-1680) de António Oliveira de Cadornega**. Luanda: Mayamba, 2011.

KRÁMSKY, Jíri. **The article and the concept of definiteness in language**. Paris: Mouton, 1972.

LABOV, William. **The Social Stratification of English in New York City**. Washington, DC: Center for Applied Linguistics. 1966.

LABOV, William. **Language in the inner city**: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LASS, Roger. **On explaining language change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

LAUSBERG, Heinrich. Pronombre. In: LAUSBERG, Heinrich. **Linguística românica – Morfologia**. Madrid: Gredos, 1973. p. 151-238.

LEFEBVRE, Claire. **Creole Genesis and the Acquisition of Grammar**: The Case of Haitian Creole. New York: Cambridge University Press, 1998.

LEWIS, Paul M.; SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. Languages of Angola. In: LEWIS, P. M.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (org.). **Ethnologue: languages of the world**. 18. ed. Dallas, TX: SIL International, 2015.

LIPSKI, John. **A history of Afro-Hispanic language: five centuries, five continents**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto-português**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LOPES, Norma. Aquisição da concordância no português: uma explicação com base na teoria dos 4-M. **Papia Revista de Estudos Crioulos e Similares**. Vol. 15, p. 15-72, Brasília: UnB, 2005.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. A HIPÓTESE DO SUBSTRATO NO CONTEXTO DA HISTÓRIA SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL. **Linguística**, Montevideo, v. 30, n. 2, p. 209-240, dez. 2014.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LYONS, Christopher. **Definiteness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MAGALHÃES, Telma Vianna. **O Uso do Artigo Definido de Pronome Possessivo em Textos Portugueses do Século XVI a XIX**. Qualificação em Sociolinguística. 2002.

MAGALHÃES, Telma Vianna. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. **Leitura**, Maceió, n. 47, p. 123-143, jan./jun. 2011.

MARROQUIM, Mário. **A Língua do Nordeste**. São Paulo: E. Nacional, 1945.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Angola 61: guerra colonial: causas e consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março**. Alfragide: Texto Editores, 2011.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas Trecentistas: Elementos para uma Gramática do Português Arcaico**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O nome e o sintagma nominal: morfologia e estrutura. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 13-35.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Fatores sócio-históricos condicionantes na formação do Português Brasileiro: em questão o propalado conservadorismo da língua portuguesa no Brasil – conferência apresentada no XIII Congresso Internacional de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL), (18 a 23 de fevereiro, San José).** 2002.

MAURER JR., Theodoro Henrique. Pronomes e determinativos. In: MAURER JR., Theodoro Henrique. **Gramática do Latim Vulgar.** Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MBAH, Jean Martial Arsene. **As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (FNLA) – 1961-1975.** Luanda: Mayamba, 2010.

MÉIER, Harri. Sobre o emprego do artigo com pronomes possessivos em português. **Littera.** Rio de Janeiro, 7:5-14, 1973.

MEILLET, Antoine. **L'État actuel des études de linguistique Générale:** reimpresso in *Linguistique historique et linguistique générale*. I, 1-18. Paris: Champion. 1926[1906].

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil.** Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MENON, Odete Pereira da Silva. Uma regra variável no português do Brasil (PB): artigo diante de possessivo e de antropônimo: Curitiba (VARSQL) versus João Pessoa (VALPB). In: MENON, O. P. S.; FAGUNDES, E. D. (org.). **Estudos sobre o português no Sul do Brasil.** Curitiba: EDUTFPR, 2022. p. 23-51.

MIGUEL, Maria Helena. **Dinâmica da pronominalização no português de Luanda.** Luanda: Mayamba Editora, 2014.

MILROY, James. **Linguistic Variation and Change.** Oxford: Blackwell. 1992.

MINGAS, Amélia. **O Português em Angola:** Reflexões em VIII encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (vol. 1), Praia: Centro Cultural da Universidade de Macau, 1998.

MINGAS, Amélia. **Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda.** Luanda: CACHINDE, 2000.

MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa.** Lisboa: Caminho, 2003.

MOREIRA DE SÁ, Tiago. **Os Estados Unidos e a descolonização de Angola.** Córdova: Dom Quixote, 2011.

MOSCA, Nicoletta. **GRAMMATICA Essenziale Italiano.** Novara: Istituto Geografico De Agostini, 2011.

MUFWENE, Salikoko. **Language evolution: contact, competition and change.** London: Continuum International Publishing Group, 2008.

MYERS-SCOTTON, Carol. **Contact Linguistics: Bilingual Encounters and Grammatical Outcomes**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. Estabilidade e mudança lingüística em tempo real: a concordância de número. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (org.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCIMENTO, José Pereira do. **Grammatica do Umbundu ou Língua de Benguella**. Lisboa, Imprensa Nacional: 1894.

NAZÁRIO, Maria de Lourdes. Variação e mudança linguística: a emergência do artigo definido na língua latina. **Via Litterae**, Anápolis, v. 3, n. 2, 2011. p. 333-344

NDOMBELE, Eduardo David; TIMBANE, Alexandre António. O ensino de língua portuguesa em Angola: reflexões metodológicas em contexto multilíngue. **Fólio – Revista de Letras**, v. 12, n. 1. Vitória da Conquista. jan./jun. 2020.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português**. 6ª Reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NGUNGA, Armindo. **Introdução à Linguística Bantu**. Maputo: Imprensa Universitária – Universidade Eduardo Mondlane, 2004.

NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. **The Bantu Languages**. London: Routledge, 2003.

OLIVEIRA, Heloisa Tramontim de. Língua Portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2019. DOI: 10.25189/rabralin.v17i2.507.

OLIVEIRA, Gabriella Souza. **Multilinguismo e ecologia linguística: evidências de usos do português falado em Angola**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

PANTOJA, Selma Alves. **Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Os regressados na cidade de Luanda: um estudo sobre identidade étnica e nacional em Angola**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PETTER, Margarida. Introdução. In: PETTER, Margarida (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, Margarida. **Variedades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro, português moçambicano**. 2008. Tese (Livre docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PINTO, Alberto Oliveira. **História de Angola – Da pré-história ao início do século XXI**. Lisboa: Mercado de Letras, 2015.

REIS, João José. Presença negra: conflitos e encontros. In: IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

RINKE, Esther. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. **Estudos de Linguística Galega 2**. Santiago de Compostela, p. 121-139, 2010.

ROCHA LIMA. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RODRIGUES, Ayrton D. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

RUSSEL-WOOD, Anthony John. **A world on the move – The Portuguese in Africa, Asia and America 1415–1808**. New York, NY: St. Martin's Press, 1992.

SAID ALI, Manuel. **Gramática Histórica do Português**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.

SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SANKOFF, David. Variable rules. In: U. Ammon, N. Dittmar, and K.J. Mattheier (org.), **Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society Vol. 2**. Berlin: Walter de Gruyter, 1988. pp. 984–997

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. **Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows**. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SANKOFF, Gillian. **The Social Life of Language**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1980.

SANTANA, José Humberto dos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. **Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: procedimentos metodológicos**. PAPIA, São Paulo, 28(2), p. 219-237, Jul/Dez 2018.

SANTANA, Yuran Fernandes Domingos; TIMBANE, Alexandre António. Evidências sociolinguísticas da variedade angolana do português e o combate ao preconceito linguístico. In: TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Márcio. **O PORTUGUÊS DE/EM ANGOLA: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino**. São Paulo: Opção Editora, 2021. p. 55-80.

SANTOS, Eduardo Ferreira dos; KIALANDA, Kialunda Sozinho. Complementação verbal no português do Libolo (Angola): uma descrição preliminar. **A Cor das Letras**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 77–90, 2020. DOI: 10.13102/cl.v21i1.5087.

SANTOS, Maria Rosane Passos dos. **“Amanhã vais na panela”**: um estudo sobre a regência do verbo ir no português falado em Luanda. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, Feira de Santana, 2015.

SANTOS, Orlando. Luanda: a cidade, o comércio e a história. In: CARVALHO, Juvenal de (org.). **Reflexões sobre a África contemporânea**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte, Fino Traço, 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães.; CHRISTINO, Beatriz; SPINASSÉ, Karen Pupp; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. Estudos em Sociolinguística de Contato no Brasil: a diversidade etnolinguística em debate. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, p. 01-28. 2021.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; SPINASSÉ, Karen Pupp. Estudos de contato no GT de Sociolinguística. **Revista da Anpoll**, [S.L.], v. 52, n. , p. 103-117, 27 set. 2021.

SCHUCHARDT, Hugo. **Slawo-deutsches und Slawo-italienisches**. Graz: Leuschner & Lubensky, 1884.

SEDRINS, Adeilson Pinheiro; PEREIRA, Déreck Kássio; SILVA, Cláudia Roberta. O uso do artigo definido diante de antropônimos e pronomes possessivos em duas cidades do sertão pernambucano. **Caleitroscópio**, n. 8, Ouro Preto, p. 12-33, 2017.

SEDRINS, Adeilson Pinheiro; PEREIRA, Déreck Kássio; SILVA, Cláudia Roberta. A função sintática e o licenciamento de artigos definidos diante de antropônimos e de possessivos pronominais. **Domínios de Lingu@gem**, v. 13, n. 3, p. 1266- 1295, 2019.

SIEGEL, Jeff. **The Emergence of Pidgin and Creole Languages**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a. p. 120-145.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998b. p. 265-281.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; SENE, Marcus Garcia; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. Notas sobre o português falado em Luanda: Um estudo sobre sócio-história e crenças linguísticas. **MIGUILIM - REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI**, v. 7, p. 337-353, 2018.

SILVA, José Manoel Siqueira da. **Variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais**: padrões dialetais e contatos. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A formação da identidade linguística do português falado em Angola: uma revisão bibliográfica e notas sobre a sócio-história. **Revista philologus**, v. 26, p. 61-78, 2020.

SILVA, Josimar Santana; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. Percurso histórico e sociolinguístico de Angola. In: TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Márcio. **O PORTUGUÊS DE/EM ANGOLA**: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino. São Paulo: Opção Editora, 2021. p. 217-238.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da. **A colocação dos pronomes clíticos no português falado em Luanda-Angola: um estudo sociolinguístico e sócio-histórico**. 2022. 130 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022.

SILVA NETO, Serafim da. **História da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

SOUZA, Talita Tavares Batista Amaral de. Escravidão interna na África antes do tráfico negro. **VÉRTICES**, ano 5, n. 2, maio / ago, 2003.

TAGLIAMONTE, Sali A. Social Patterns. In: TAGLIAMONTE, Sali A. **Variationist sociolinguistics**: change, observation, interpretation. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 25-70.

TARALLO, Fernando. **Tempos Linguísticos**. Itinerário histórico da Língua Portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1997.

TAVARES, José Lourenço. **Gramática da Língua do Congo (Kikongo) (Dialecto Kisolongo)**. Luanda, Imprensa Nacional de Angola: 1915.

TEIXEIRA, Eliana Sandra Pitombo; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes. A indeterminação do sujeito no português angolano: uma comparação com o português do Brasil. **PAPIA**, v. 21, n. 1, p. 99-111, 2011. ISSN 0103-9415.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **Diálogos entre Brasil e Angola**: o português d'aquém e d'além-mar. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017.

THOMASON, Sarah G. **Language Contact**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

TORRES, Paula Freitas de Jesus; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; ARAUJO, Jean Marcel Oliveira. Angola: breve panorama do perfil multilíngue e sócio-histórico. In: ARAUJO, Silvana Silva de Farias; SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; ARAUJO, Jean Marcel Oliveira (org.).

**Lusofonia afro-brasileira: questões sócio-históricas e linguísticas.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2025, p. 131-166.

TIRIBA, Lia. “**O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal**”. Proposta. n. 97, 2003, pp.38-49.

TRUBETZKOY, Nikolai. **Principes de phonologie**. Trad.: J. Cantineau. Paris: Librairie Klincksieck. 1970 [1939].

UNDOLO, Márcio. **Caracterização da norma do português em Angola**. Évora: Universidade de Évora, 2014.

VAINFAS, Ronaldo.; SOUZA, Marina de Mello e. Catolização e ressurreição: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. (org.). **Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-brasileiro, séculos XIV-XXI**. Salvador: Corrupio, 2006.

VANSINA, Jan. Portuguese vs Kimbundu: language use in the colony of Angola (1575-c. 1845). **Bulletin des Séances de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer**, v. 47, p. 267–281, 2001.

WEINREICH, Uriel. **Languages in Contact: Findings and problems**. New York: Mouton Publishers, 1953.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WILLIAMS, Edwin B. **Do Latim ao Português**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

WINFORD, Donald. **An Introduction to Contact Linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.

ZUA, Dorivaldo Alfredo. A influência da guerra civil angolana na hegemonia do português no século XXI. In: TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Márcio. **O PORTUGUÊS DE/EM ANGOLA: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino**. São Paulo: Opção Editora, 2021. p. 160-173.